



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

PERSPECTIVAS DE GOVERNAÇÃO PARA O ANO 2025: **RISCOS A MONITORAR EM ANO DE INÍCIO DE MANDATO DO NOVO GOVERNO**



Maputo, Março de 2025

INFORMAÇÃO EDITORIAL

Título: PERSPECTIVAS DE GOVERNAÇÃO PARA O ANO 2025:
RISCOS A MONITORAR EM ANO DE INÍCIO DE MANDATO DO NOVO GOVERNO

Autores: Baltazar Fael, Edson Cortez, Gift Essinalo, Ivan Maússe, Lázaro Mabunda, Mery Rodrigues, Milagrosa Calangue, Rui Mate, Teresa Boene, Stélio Bila

Director: Edson Cortez

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Revisão Linguística: Samuel Monjane

5ª Edição

Maputo, Março 2025



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro, nº 124
Caixa postal: 3266 - Maputo - Moçambique
Tel: + 258 21 492335, Cel: +258 82 301 6391
Fax: 258 21 492340 | email: cip@cipmoz.org | website: www.cipmoz.org



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

**PERSPECTIVAS DE GOVERNAÇÃO
PARA O ANO 2025:
RISCOS A MONITORAR EM ANO DE INÍCIO DE
MANDATO DO NOVO GOVERNO**

Maputo, Março de 2025

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
1. RISCOS A MONITORAR NAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	10
1.1 Riscos para as Finanças Públicas.....	11
1.2 Risco de reestruturação da Dívida Pública.....	12
1.3 Risco de downgrade de rating de Crédito Soberano.....	13
1.4 Risco do sector empresarial do Estado.....	14
1.5 Risco de aumento do nível geral de preços.....	14
1.6 Risco de depreciação do metical.....	15
1.7 RESUMO DE RISCOS, PROBABILIDADES E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO.....	16
1.8 Considerações finais.....	16
1.9 Referência bibliográfica.....	17
2. RISCOS A MONITORAR NA INDÚSTRIA EXTRATIVA.....	18
2.1 Tendências globais e impactos no sector extractivo.....	18
2.2 Crescimento económico dos destinos de exportação.....	19
2.3 Preços dos principais produtos de exportação.....	20
2.4 Desafios económicos e políticos.....	21
2.5 Discurso inaugural de Daniel Chapo evidencia lacunas e aponta melhoria no sector extractivo.....	22
2.6 Principais riscos a monitorar.....	23
2.7 Recomendações.....	24
2.8 Considerações finais.....	25
2.9 Referências bibliográficas.....	26
3. RISCOS A MONITORAR NA ÁREA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	28
3.1 Risco de emergência de novos actores nos negócios do Estado.....	28
3.2 Risco de reestruturação das Unidades Gestoras Executoras das Aquisições (UGEA).....	29
3.3 Risco de abuso de ajuste directo.....	30
3.4 Risco de sobre facturação, má qualidade das obras executadas e fraca responsabilização.....	30
3.5 Riscos associados aos contratos de Parceria Público-Privada.....	31
3.6 Considerações finais.....	31
3.7 Referências bibliográficas.....	32
4. RISCOS A MONITORAR NO SECTOR PRIVADO.....	33
4.1 Risco de austeridade económica e redução da procura interna.....	34
4.2 Risco de desvalorização do metical e aumento dos custos de importação.....	35
4.3 Risco de instabilidade política e insegurança.....	37

4.4 Risco de transformação digital e inovação tecnológica.....	38
4.5 Risco de exploração sustentável de recursos naturais.....	40
4.6 Considerações finais.....	42
4.7 Referências Bibliográficas.....	43
5. RISCOS NA ESTRATÉGIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO: NÃO SERÁ A REPETIÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO DOS SEUS ANTECESSORES SEM RESPALDO NA PRÁTICA?.....	45
5.1 Riscos que Daniel Chapo pode enfrentar para o combate à corrupção.....	45
5.2 Risco da central de aquisições do Estado (contratação pública) falhar.....	46
5.3 Risco de duplicação de órgãos com a criação da Inspeção-geral do Estado.....	46
5.4 Risco de digitalização dos serviços do Estado não ser implementada.....	47
5.5 Risco de o reforço da supervisão das empresas públicas falhar.....	47
5.6 Outros riscos que podem contribuir para o fracasso de Daniel Chapo no combate à corrupção.....	48
5.7 Considerações.....	49
5.8 Referências bibliográficas.....	50
6. RISCOS DE INTEGRIDADE POLÍTICA NA GOVERNAÇÃO DE DANIEL CHAPO.....	51
6.1 Risco de aumento de autoritarismo do Estado.....	51
6.2 Risco de surgimento de nova rede clientelista.....	52
6.3 Risco de bloqueios da Comissão Política.....	53
6.4 Risco de fuga de investidores, do aumento de desemprego e da pobreza devido à instabilidade política e social....	54
6.5 Risco de aumento de desconfiança dos cidadãos às instituições públicas.....	55
6.6 Risco de surgimento de grupos armados descontrolados.....	55
6.7 Considerações finais.....	56
6.8 Referências bibliográficas.....	57
7. RISCOS INSTITUCIONAIS NA GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZADA PROVINCIAL E MUNICIPAL.....	58
7.1 Riscos de continuidade das “guerras de protagonismo” entre o Governador de Província e o Secretário de Estado na Província.....	58
7.2 Riscos de a CREMOD terminar mandato sem Relatório consensual, sólido e harmonizado sobre Modelo de Descentralização.....	59
7.3 Riscos de ocorrência de deficiência na provisão de serviços públicos pelas entidades descentralizadas.....	60
7.4 Riscos inerentes ao novo figurino de competências entre o Secretário de Estado na Província e o Governador de Província resultante da potencial revisão da lei.....	61
7.5 Referências bibliográficas.....	62
8. RISCOS CLIMÁTICOS E DE GOVERNAÇÃO AMBIENTAL.....	64
8.1 Riscos climáticos.....	64
8.2 Envolvimento dos PPEs no sector mineiro.....	66
8.1 Conclusão.....	67
8.2 Referências bibliográficas.....	68

SUMÁRIO EXECUTIVO

O primeiro mandato de Daniel Chapo, candidato da Frelimo, apresenta vários riscos que poderão afectar a sua governação. Neste sumário executivo apresentamos riscos distribuídos em cinco pilares que correspondem às oito principais linhas temáticas de intervenção do CIP no seu novo plano estratégico em processo de implementação desde 2024. Referimo-nos aos pilares de Transparência e Integridade Política, Transparência e Integridade no Sector Público, Justiça e Anticorrupção, Transparência e Integridade no Sector Privado e Transparência e Integridade na Governação Ambiental.

No pilar de **finanças públicas**, os maiores riscos estão associados à redução da actividade económica com impacto no atrofamento da capacidade de mobilização de receitas do Estado, devido às manifestações populares em curso. Estimativas iniciais de perdas fiscais indicam que o Governo deixou de arrecadar mais de 42 mil milhões de MT como resultado das manifestações. Este facto revela que, a continuarem as manifestações, o novo governo enfrentará sérias dificuldades de mobilização de recursos para atender ao plano de governação. A atenuação das manifestações requer melhoria dos serviços sociais básicos, o que pode acarretar aumento das despesas públicas. A dificuldade de arrecadação de receitas, associada à fraca confiança de credores externos devido a instabilidade sociopolítica, faz com que o ano de 2025 possa se caracterizar por um crescimento exponencial da dívida pública interna e, ao mesmo tempo, pela reestruturação da dívida externa.

Na **contratação pública**, as reformas planificadas poderão aumentar o risco de surgimento de novos actores nos negócios envolvendo o Estado, alguns dos quais ligados à nova elite política no poder, como tem sido habitual em todos os processos de transição política. Tem sido prática em Moçambique que um novo Governo signifique a emergência de novos actores no sector empresarial e conseqüentemente o colapso de outros que anteriormente dominavam os negócios do Estado. A criação de uma central de aquisições do Estado é outro elemento que merece maior atenção, pois há um risco de que este se torne num epicentro para a centralização da corrupção numa lógica da rede clientelista pelo “big man”.

A nível da **indústria extractiva**, a instabilidade política e os riscos globais, como a queda nos preços das commodities e as mudanças nos mercados internacionais, são riscos significativos. Além disso, o país continua altamente dependente de mercados externos como a Índia, China e África do Sul e enfrenta desafios em diversificar a sua economia e melhorar a sustentabilidade das suas operações extractivas. As flutuações nos preços do carvão e do gás natural, produtos-chave para as exportações, ressaltam a vulnerabilidade económica e a necessidade urgente de planeamento estratégico e resiliência económica. A indústria extractiva em Moçambique desempenha um papel crucial na economia nacional, esperando-se que a sua contribuição aumente de 10,6% no PIB, em 2022, para 16%, em 2030.

Na área de **governação**, Daniel Chapo terá de enfrentar vários riscos. Há risco evidente de as promessas de reformas do aparelho estatal, através do qual recebeu toda a socialização política até chegar ao cargo de Presidente da República, poderem não ser cumpridas por duas razões: a primeira é que as decisões governamentais não dependem do Presidente da República mas sim da Comissão Política do partido Frelimo, composto por *players* que procuram preservar os seus interesses no Estado; a segunda é que a sua ascensão política deve-se, em grande parte, aos mecanismos fraudulentos usados através da máquina do Estado. Sem esses mecanismos, o poder do partido que ele passou a dirigir a partir de 14 de Fevereiro é residual. Além de evidente défice de legitimidade, o Governo de Chapo enfrenta uma crise de confiança dos cidadãos em relação às instituições públicas, o que aumenta o risco de violência popular contra essas instituições. Há ainda o risco do surgimento de grupos armados a confrontar o Estado, como as movimentações dos Naparamas em Nampula e Zambézia, e a prevalência de actos terroristas em Cabo Delgado.

A nível da **descentralização**, há risco de continuidade de “guerras de protagonismo” entre os governadores de província e o secretário de Estado na província pela concorrência de competências entre os Serviços de Representação do Estado na Província e as Direcções Provinciais.

No pilar de **anticorrupção**, com a anunciada Inspeção Geral do Estado surge o risco de duplicação de órgãos com as mesmas ou quase as mesmas atribuições e competências e o aumento de custos, dado que já existe a Inspeção-geral da Administração Pública. As promessas de combate à corrupção anunciadas por Daniel Chapo, sem linhas de orientação concretas, correm o risco de não se concretizarem. Relativamente às promessas de centralização da contratação pública, o principal risco que pode levar a sua não concretização, pelo menos a curto e médio prazo, tem a ver com o facto de que, para o efeito ser necessário criar um regime jurídico específico para o funcionamento dessa central de aquisições e conferir-lhe a necessária autonomia para funcionar sem que existam interferências, principalmente de ordem política e, concretamente, de membros do partido Frelimo.

A nível do **Sector Privado** há desafios estruturais críticos para 2025, com impactos directos sobre o comércio, a indústria extractiva e a exploração da madeira. A instabilidade política e a insegurança, aliadas à desvalorização do Metical e ao aumento dos custos de importação, comprometem a competitividade das MPMEs e desincentivam os investimentos estratégicos. A corrupção sistémica nas alfândegas e na concessão de licenças agrava ainda mais o ambiente de negócios, reduzindo a transparência e ampliando as desigualdades no acesso a mercados e financiamento.

No Pilar de **Governança ambiental**, a fraca capacidade de resposta do governo aos ciclones cíclicos compromete a resiliência do país face às mudanças climáticas. Apesar do governo estar ciente da vulnerabilidade climática do país, não tem adoptado medidas eficientes e eficazes para minimizar os efeitos dos ciclones. Outro factor que representa um risco significativo e agrava os problemas climáticos é a fraca fiscalização, aliada à falta de transparência na gestão e prestação de contas de doações para vítimas de eventos climáticos, o que alimenta a corrupção. As novas construções não têm sido projectadas de acordo com as exigências impostas pelas mudanças climáticas, tornando-as altamente vulneráveis a desastres naturais. Como consequência, infraestruturas recém-inauguradas são frequentemente destruídas por eventos extremos. Um exemplo emblemático ocorreu em Metuge, Cabo Delgado, onde o Centro de Saúde de Naminawe, inaugurado em Novembro de 2024 foi destruído apenas um mês depois pelo Ciclone Chido, em Dezembro do mesmo ano.

INTRODUÇÃO

O ano de 2025 marca o início do primeiro mandato de Daniel Chapo como Presidente da República de Moçambique. O mandato de Chapo inicia no meio de tensão e turbulência resultante de um processo eleitoral marcadamente fraudulento.

A turbulência caracteriza-se por uma onda de manifestações que iniciaram a 21 de Outubro. Segundo organizações da sociedade civil, que monitoram a situação (CIP, Decide, CDD e Amnistia Internacional), já foram assassinados mais de 300 cidadãos e mais de 600 foram feridos por baleamentos da Polícia da República de Moçambique, que age em defesa dos interesses do partido Frelimo no poder desde 1975.

Tradicionalmente, a transição de poderes na Frelimo é marcada por saque ao Estado e às empresas públicas, deixando-se os cofres vazios para o novo governo. A situação gera, conseqüentemente, uma crise financeira, obrigando o novo governo ao recurso excessivo à endividamento interno para o pagamento de salários dos funcionários públicos como de outros compromissos com terceiros e mesmo para o pagamento de dívidas anteriores. Os exemplos mais clássicos são dos saques a Aeroportos de Moçambique (2009), à Direcção de Trabalho Migratório (2013-2015); da falência da Mcel (2011-2015), entre outros.

Os primeiros anos de novos governos são, por isso, caracterizados por ofensivas de reestruturação institucional e de mudanças de denominações, seja de ministérios, das direcções nacionais, das provinciais e até distritais, com a nomeação de novos dirigentes.

Durante a transição de poderes, emergem conflitos intra-instituições que resultam em reestruturações profundas nas direcções, departamentos e repartições, revelando-se como uma luta pelo reposicionamento da nova elite política para controlo do aparelho burocrático do Estado a partir do qual se irão servir nos períodos subsequentes.

A Unidade Gestora e Executora das Aquisições (UGEA), a todos os níveis, é a principal fontes de luta e, por isso, objecto de reestruturações para facilitar a manipulação dos concursos públicos.

O reposicionamento e a entrada em jogo de novos actores gera, sempre, empresários emergentes e o colapso de outros, que anteriormente eram referências. Foi assim no processo transitório de Governação de Joaquim Chissano para Armando Guebuza e de Armando Guebuza para Filipe Nyusi. Por exemplo, na governação de Guebuza, empresários como Celso Correia, Salimo Abdula, Silvestre Bila e Fernando Sumbana ganharam preponderância, alguns usados como “testas de ferro” de Guebuza. Com Filipe Nyusi alguns destes empresários não só desapareceram como também perderam terreno a favor dos novos *players* próximos ao “big man”, a maioria de origem asiática e chinesa. Houve ainda emergência de empresários políticos, como é caso de Carlos Mesquita, mas também houve sobreviventes que transitaram e continuaram a ganhar protagonismo na governação de Nyusi. É, por exemplo, o caso da família Sidat que continuou a ganhar muitos concurso, sobretudo manteve a hegemonia nos negócios de material eleitoral.

Na verdade, Chapo vai herdar um estado falido, cuja dimensão e gravidade do problema ele mesmo ainda desconhece.

O mandato de Chapo será, provavelmente, ensombrado pelo défice da sua legitimidade devido à forma como ele e o seu partido ascenderam ao poder. Venâncio Mondlane, com níveis altos de legitimidade popular, vai constituir uma pedra no sapato do Chapo e da Frelimo. Serão provavelmente cinco anos de um ambiente político e social de tensão, imprevisibilidade, volatilidade e de manifestações profissionais e populares recorrentes.

As manifestações do chamado “Turbo V8” vieram agravar a crise ao destruírem parte considerável do tecido comercial e industrial, responsável pelas receitas do Estado nas cidades de Maputo e Matola. Os supermercados, pequenas e médias empresas encerraram e lançaram para o desemprego milhares de cidadãos. A Confederação

das Associações Económicas (CTA) estima em 32.2 mil milhões de meticais as perdas das empresas devido às manifestações e 16.4 mil cidadãos perderam empregos¹. Alguns investidores estrangeiros abandonaram o país e o seu retorno dependerá da melhoria da segurança e estabilidade do ambiente político social. Chapo será desafiado, não só a pagar salários e serviços a terceiros, como também a investir em sectores chave ora colapsados, como a saúde e educação.

O CIP pretende usar este documento como base orientadora no seu trabalho de monitoria, consciencialização e advocacia para uma governação transparente, íntegra e responsável. E, sendo este um documento público, pretende-se que seja de uso por parte de outras organizações da sociedade civil, jornalistas, Governo, Parlamento, parceiros de desenvolvimento e outras entidades e pessoas individuais interessadas na governação.

A análise do risco centra-se nas áreas de actuação tradicional do CIP, agrupadas em cinco pilares, nomeadamente: i) Transparência e Integridade no Sector Público; ii) Transparência e Integridade no Sector Privado; iii) Transparência e Integridade na Política; iv) Justiça e Anticorrupção; e v) Transparência e Integridade na Governação Ambiental.

Em termos de metodologias, o documento é resultado de pesquisa documental e de revisão de bibliografia relevante conduzida por pesquisadores do CIP que trabalham nas áreas monitoradas. O documento está estruturado em cinco partes, cada uma correspondendo ao sector a monitorar.

¹ CTA (2025, 20 de Fevereiro). Relatório Índice de robustez empresarial IV Trimestre: Crise pós eleitoral abala desempenho empresarial. Maputo: CTA.

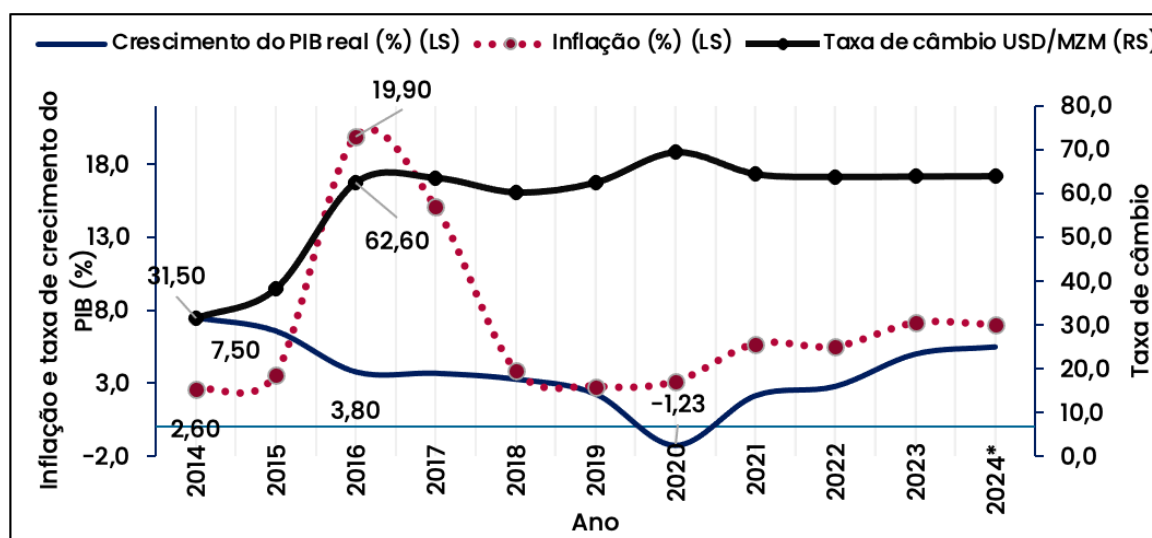
1. RISCOS A MONITORAR NAS FINANÇAS PÚBLICAS

Os mandatos do governo anterior, liderado por Filipe Nyusi, entre 2015-2019 e 2020-2024, foram caracterizados por um aumento significativo nos níveis de pobreza e de desigualdade. Segundo estimativas do Banco Mundial, durante o período de 2015 a 2020, mais de 5,8 milhões de moçambicanos foram empurrados para a pobreza, com o número total de moçambicanos em situação de pobreza aumentando de 13,1 milhões para 18,9 milhões (World Bank, 2023).²

Diversos factores contribuíram para a deterioração da qualidade de vida durante o período em análise, com destaque para o impacto das dívidas ocultas. As dívidas ocultas provocaram um aumento significativo da inflação, uma forte depreciação cambial e uma redução expressiva na taxa de crescimento do PIB. A taxa de inflação, por exemplo, saltou de 2,6%, em 2014 quando as dívidas ocultas foram reveladas, para 19,9%, em 2016. O câmbio MZN/USD passou de 31,5, em 2014, para 62,6, em 2016. A taxa de crescimento do PIB caiu de 7,5%, em 2014, para 3,8%, em 2016. Além disso, a descoberta das dívidas ocultas acelerou o endividamento público. O rácio da dívida pública total sobre o PIB passou de 48,9%, em 2014, para 101,5%, em 2016, (excluindo passivos contingentes) para além de ter criado restrições ao crédito externo e aberto espaço para o crescimento acelerado da dívida pública interna (Vide Gráfico nº1).

Em termos financeiros, as dívidas ocultas, estimadas em USD 2 bilhões, resultaram em um custo superior a USD 11 bilhões para o país, correspondendo a um impacto de USD 403 dólares per capita.³

Gráfico 1. Evolução dos principais indicadores macroeconómicos, 2014-2024



Fonte: CGE, 2014-2024; *Dados de PESOE 2024.

Os impactos combinados das dívidas ocultas, desastres naturais, terrorismo em Cabo Delgado e a pandemia de Covid-19 culminaram em um período de retração económica sem precedentes, reflectido na taxa de crescimento negativa de -1,23% em 2020. No entanto, a partir de 2021, a economia começou a mostrar sinais de recuperação gradual, impulsionada por uma leve retoma das actividades económicas e uma maior resiliência em sectores-chave.

Apesar disso, os desafios permanecem significativos com uma elevada dívida pública, pressões inflacionárias e desigualdades sociais ainda evidentes. O novo governo enfrentará a tarefa crucial de consolidar essa recuperação, promovendo reformas estruturais, reforçando a gestão fiscal e garantindo que o crescimento económico seja inclusivo e sustentável, capaz de reduzir a pobreza e as disparidades regionais.

² World Bank. (2022). Poverty Reduction Setback in Times of Compounding Shocks - Mozambique Poverty Assessment. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/> [Acessado em: 27 de Janeiro de 2025].

³ Centro de Integridade Pública (CIP), Moçambique, e Chr. Michelsen Institute, Noruega. (2021) Custos e Consequências das Dívidas Ocultas Para Moçambique. Disponível em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/05/Custos-e-consequencias-das-dividas-ocultas.pdf>

1.1 Riscos para as Finanças Públicas

O ano de 2025 iniciou com a continuidade das manifestações pós-eleitorais, iniciadas a 21 de Outubro de 2024 como resultado de reivindicação dos resultados eleitorais que atribuíram a vitória à Frelimo e ao seu candidato, Daniel Chapo. As manifestações foram marcadas por destruição de parte considerável de pequenas e médias empresas, de infra-estruturas públicas e privadas, resultando numa redução de actividades económicas, com maior impacto nos sectores de comércio, turismo e transportes e comunicação.⁴

A redução da actividade económica teve um impacto na capacidade de mobilização de receitas do Estado. Estimativas iniciais de perdas fiscais, segundo a ministra das Finanças, Carla Louveira, indicam que o Governo deixou de arrecadar mais de 42 mil milhões de MT como resultado das manifestações.⁵ Este facto revela-nos que, a ter de continuar com as manifestações, o novo Governo enfrentará sérias dificuldades de mobilização de recursos para atender ao plano de governação. Além da dificuldade de obter receitas, o novo Governo enfrentará desafios significativos relacionados à legitimidade e à pressão social para melhorar a qualidade dos serviços públicos. Por outro lado, as mudanças nas prioridades dos parceiros internacionais têm o potencial de reduzir substancialmente os fluxos de ajuda externa, aumentando a pressão sobre o orçamento público. A possível diminuição, ou suspensão, da contribuição dos Estados Unidos⁶ para os programas de ajuda ao desenvolvimento, por exemplo, poderá impactar de forma significativa sectores essenciais como a saúde, com destaque para os programas de combate ao HIV/SIDA que dependem fortemente desse apoio externo para sua implementação e sustentabilidade. Para reduzir esse problema, espera-se que o Governo aumente o volume de investimentos nos sectores, cruciais actualmente em crise, sobretudo saúde e educação.

Portanto, o novo governo enfrentará, de um lado, uma limitação severa de recursos financeiros e, do outro lado, a necessidade de aumentar e melhorar os serviços sociais básicos. Num contexto em que as receitas do Estado são na sua maioria absorvidas pelas despesas de funcionamento (vide tabela nº1), com destaque para as despesas com pessoal, que absorvem mais de 60% e encargos da dívida acima de 10%, isso implica que a resposta a crise sectorial dependerá mais de novos empréstimos, essencialmente internos.

Tabela 1. Cobertura das despesas de funcionamento pelas receitas do Estado, 2020-2024 (em milhões de MT).

	2020	2021	2022	2023	2024*
Receitas do Estado	235,213.30	265,596.10	285691.8	326386.5	383,537.50
Despesas de funcionamento	226,744.60	247,028.30	315306.4	341989.8	339,524.70
Despesa com pessoal	124440.80	139192.92	194446.8	202845.4	199,375.20
Encargos da dívida	27377.90	26997.48	35434.2	51553.5	54,183.40
Outras despesas de funcionamento	74,925.90	80,837.91	85,425.40	87,590.90	85,966.10
%Receitas do Estado					
Despesas de funcionamento	96.4%	93.0%	110.4%	104.8%	88.5%
Despesa com pessoal	52.9%	52.4%	68.1%	62.1%	52.0%
Encargos da dívida	11.6%	10.2%	12.4%	15.8%	14.1%
Outras despesas de funcionamento	31.9%	30.4%	29.9%	26.8%	22.4%

Fonte: CGE 2021-2023; PESOE 2024.

4 Vale ressaltar que essas manifestações foram também uma resposta ao desgaste social em relação à qualidade da governação, já que até em distritos onde a Frelimo obteve uma vitória expressiva, também ocorreram protestos contra o governo da Frelimo.

5 Jornal Notícias. (2025, 21 de Janeiro). Manifestações violentas: Estado perde em receitas 658 milhões de dólares. Jornal Notícias. Disponível de <https://www.jornalnoticias.co.mz/2025/01/21/manifestacoes-violentas-estado-perde-em-receitas-658-milhoes-de-dolares/>

6 O País. (2024). Estados Unidos congela quase toda a assistência estrangeira. O País. Disponível em [31 de Janeiro 2025], de <https://opais.co.mz/estados-unidos-congela-quase-toda-a-assistencia-estrangeira/>

O cenário apresentado na Tabela 1 demonstra a ausência de recursos suficientes para cobrir as despesas de investimentos. Dessa forma, num contexto de baixa mobilização de receitas, os projectos de investimento poderão depender integralmente de ajuda externa e de novos empréstimos para o seu financiamento, o que pode agravar a insustentabilidade das Finanças Públicas.

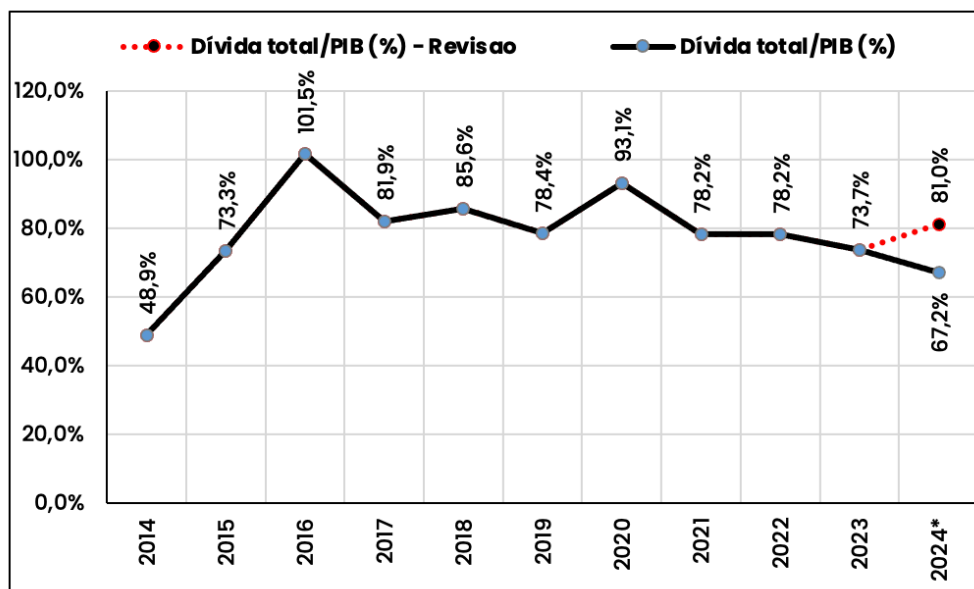
1.2 Risco de reestruturação da Dívida Pública

Devido à previsão de receitas baixas e de maior necessidade de melhorar o serviço social, o novo governo poderá enfrentar um dos maiores défices orçamentais, superando os seus antecessores. Esse défice implicará níveis de endividamento ainda maiores para cobrir a demanda cada vez mais crescente de recursos financeiros. Portanto, o ano de 2025 poderá ser marcado por um aumento significativo nos níveis de endividamento, agravando a já delicada sustentabilidade das Finanças Públicas, que se encontra além dos limites aceitáveis.

O gráfico nº2 evidencia os desafios crescentes na gestão da dívida pública em 2025. Segundo os dados do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)⁷, o rácio dívida/PIB inicialmente projectado para 2024 era de 67,2%. Contudo, até Setembro do mesmo ano, este indicador aumentou significativamente, atingindo 81,0%, o que representa uma subida de 13,8 pontos percentuais em relação à projecção inicial.

É importante destacar que, até Dezembro de 2023, o rácio dívida/PIB era de 73,7%. Contudo, até Setembro de 2024 esse valor aumentou para 81,0%, representando um acréscimo de 7,2%. Esse aumento evidencia uma deterioração preocupante na situação fiscal do país.

Gráfico 2. Evolução do rácio da dívida pública/PIB (%), 2014-2024.



Fonte: MF, CGE; CFMP 2025-2027.

Os dados apresentados indicam que, caso o actual cenário de dificuldades na mobilização de recursos financeiros persista, é provável que os níveis de endividamento público continuem a crescer.

⁷ Ministério das Finanças. (2022). Cenário Fiscal de Médio Prazo 2025-2027. Maputo, Moçambique: Ministério das Finanças. Disponível em <https://www.mef.gov.mz>. [Acessado em: 27 de Janeiro de 2025].

Caixa 1: Alterações políticas dos doadores

As mudanças nas prioridades dos parceiros internacionais têm o potencial de reduzir substancialmente os fluxos de ajuda externa, aumentando a pressão sobre o orçamento público. A possível diminuição ou suspensão da contribuição dos Estados Unidos⁸ para os programas de ajuda ao desenvolvimento, por exemplo, poderá impactar de forma significativa sectores essenciais como a saúde, com destaque para os programas de combate ao HIV/SIDA, que dependem fortemente desse apoio externo para a sua implementação e sustentabilidade.

Com a redução da ajuda internacional, o Governo será obrigado a financiar internamente uma parcela maior das despesas públicas, o que pode resultar num aumento expressivo do défice orçamental. Essa situação tende a elevar a necessidade de contrair novos empréstimos, intensificando o peso da dívida pública.

Desta forma, a limitada capacidade de mobilizar recursos para atender às despesas do Estado, aliada à pressão social para a melhoria de serviços dos sectores críticos como Saúde e Educação – que enfrentam sérias crises – poderá comprometer a capacidade de cumprimento do serviço da dívida pública moçambicana. Diante desse cenário, é esperado que o Governo seja forçado a reestruturar a dívida pública ou serviço da dívida pública com vista a aliviar as pressões fiscais imediatas e ao mesmo tempo garantir a continuidade das operações do Estado.

1.3 Risco de *downgrade* de rating de Crédito Soberano

O agravamento das tensões políticas e sociais, acompanhado por manifestações e instabilidade, tem prejudicado a percepção externa sobre a capacidade do Governo para cumprir com as suas obrigações financeiras de forma sustentável, dado que o país poderá enfrentar dificuldades de mobilização de recursos fiscais. Esses factores aumentam a incerteza e podem provocar uma deterioração significativa na classificação de risco soberano do país.

A deterioração da classificação de risco soberano reduz a atractividade do país para o investimento directo estrangeiro, o que pode comprometer as projecções de crescimento económico e limitar as perspectivas de expansão económica a longo prazo. Sem fluxos consistentes de capital, o país poderá enfrentar desafios adicionais para estimular a economia e fortalecer as suas bases fiscais.

Como consequência, o país pode ver-se obrigado a lidar com um aumento no prémio de risco exigido pelos investidores para financiar a sua dívida, o que resulta em taxas de juros mais elevadas sobre os empréstimos e menor disposição dos credores em conceder crédito. Isso pode forçar o Governo a recorrer ao endividamento interno, agravando ainda mais a já frágil situação fiscal.

O aumento dos custos de financiamento e a falta de recursos dificultam a implementação de políticas públicas essenciais, criando um ciclo de instabilidade económica e social. Nesse cenário, o restabelecimento da confiança dos investidores torna-se uma prioridade urgente para reduzir o risco soberano. Para alcançar esse objectivo são necessárias medidas concretas, como a estabilização do ambiente político, a promoção de reformas económicas e a garantia de uma gestão fiscal mais transparente e eficaz.

⁸ O País. (2024). Estados Unidos congela quase toda a assistência estrangeira. O País. Disponível em [31 de Janeiro de 2025], de <https://opais.co.mz/estados-unidos-congela-quase-toda-a-assistencia-estrangeira/>

1.4 Risco do sector empresarial do Estado

O Sector Empresarial do Estado (SEE) apresenta um elevado potencial de constituir riscos fiscais, principalmente no que se refere à empresas como as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), a Moçambique Telecom (TMCEL) e os Aeroportos de Moçambique (AdM). A fraca performance financeira destas empresas representa um risco para as Finanças Públicas, uma vez que torna as mesmas candidatas a aportes financeiros por parte do Estado com pouca probabilidade de reembolso.

De acordo com o Relatório de Riscos Fiscais de 2025, as empresas citadas têm registado, de forma recorrente, atrasos nos pagamentos a credores internos e externos, tendo acumulando uma dívida de aproximadamente 3,95 mil milhões de MT em 2023.³

Num contexto de fraca mobilização de recursos financeiros, estas empresas obrigam a um desvio de recursos do Estado, que poderiam ser usados para atender a sectores cruciais como a Saúde e a Educação.

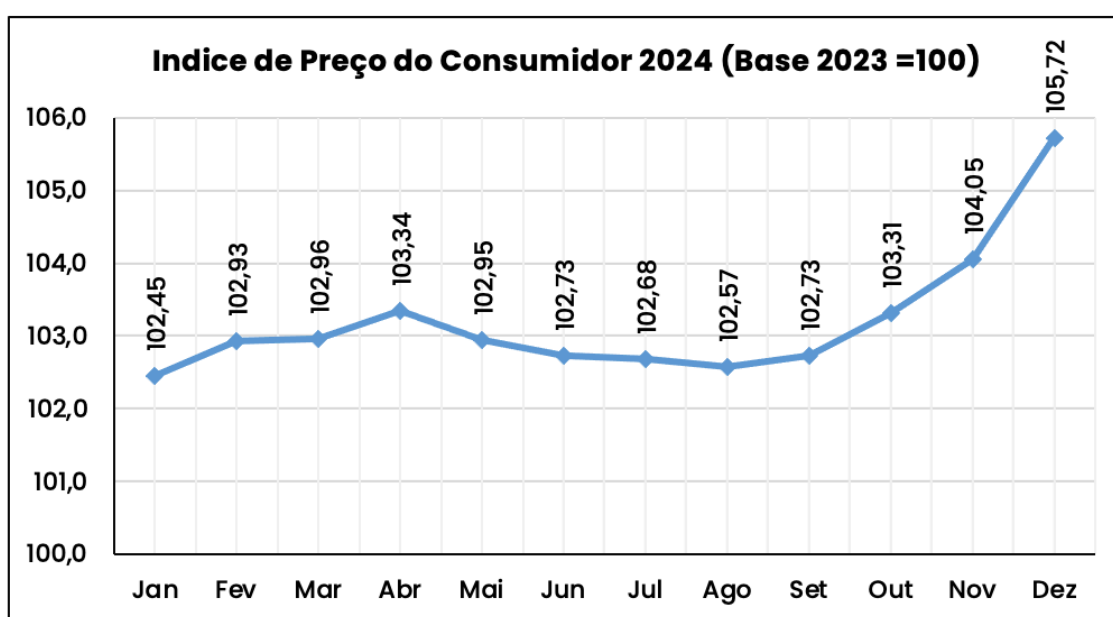
1.5 Risco de aumento do nível geral de preços

As manifestações pós-eleitorais em Moçambique têm estado a gerar impactos económicos significativos, especialmente no aumento de nível de preços, com destaque para produtos alimentares, agravando as dificuldades da população.

O bloqueio e danos às infra-estruturas comprometeram a cadeia de abastecimento, elevaram os custos de transporte, reduziram o volume de importações, causando aumento de preço dos produtos.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que, em 2024, o nível de preços manteve-se relativamente estável até Setembro, altura em que começou a apresentar uma tendência de alta. Esse aumento tornou-se mais acentuado nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, com incrementos de 0,56%, 0,72% e 1,60%, respectivamente.

Gráfico 3. Evolução dos preços no ano de 2024



Fonte: INE.

De acordo com o INE os produtos alimentares e as bebidas não alcoólicas foram os principais responsáveis pelo aumento dos preços, contribuindo com aproximadamente 1,16 pontos em um total global de 1,60.

O aumento acelerado do nível geral de preços representa um risco significativo para as Finanças Públicas, ao aumentar os custos das despesas do Estado. Além disso, pressiona o Orçamento Público devido à necessidade de expandir programas sociais, como subsídios a bens alimentares essenciais e combustíveis, o que pode agravar o déficit fiscal.

1.6 Risco de depreciação do metical

A instabilidade política e social do país pode afastar investidores estrangeiros e reduzir a oferta de divisas, num contexto de base produtiva fragilizada e alta dependência de importações, pressionando o mercado cambial.

Em 2024 houve frequentes reclamações de bancos comerciais e empresários sobre a escassez de divisas no mercado, apesar das garantias do Banco de Moçambique quanto à sua disponibilidade. Apesar da aparente escassez, as taxas de câmbio permaneceram estáveis ao longo do ano. No entanto, em Novembro de 2024, diversos bancos comerciais anunciaram a limitação de transacções internacionais. Isso pode sugerir que a estabilidade cambial está sendo mantida de forma administrativa, uma medida insustentável a longo prazo, o que pode levar à redução da intervenção do Banco de Moçambique no mercado cambial. Com a provável redução é esperado um cenário de depreciação do metical.

A depreciação do metical tem consequências graves sobre as Finanças Públicas, como o aumento do custo da dívida externa e das importações, especialmente de combustíveis, medicamentos e cereais. Considerando que a maior parte da dívida pública é externa (63%), a desvalorização do metical eleva o valor a ser pago em moeda estrangeira, ampliando o déficit fiscal e reduzindo os recursos disponíveis para áreas prioritárias, como saúde, educação e infra-estruturas.

Portanto, a gestão da Política Monetária/Cambial será crucial para a gestão das Finanças Públicas, exigindo um equilíbrio delicado entre a necessidade de manter a estabilidade macroeconómica e o espaço fiscal para implementar políticas públicas que estimulem o crescimento económico e o bem-estar social. Medidas como o fortalecimento das reservas internacionais, o incentivo à diversificação das exportações e o aumento da confiança dos investidores serão essenciais para mitigar os impactos de choques externos e internos. Além disso, uma coordenação eficiente entre as políticas fiscal e monetária será indispensável para minimizar os efeitos negativos da depreciação cambial sobre o custo da dívida externa e o poder de compra da população, preservando a sustentabilidade das contas públicas.

1.7 RESUMO DE RISCOS, PROBABILIDADES E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Risco	Probabilidade	Justificação	Medidas de Mitigação
Reestruturação da Dívida Pública	Alta	Fraca mobilização doméstica de recursos financeiros, aumento das despesas públicas e altos níveis de endividamento	Eliminação de gastos supérfluos,
Downgrade de rating de Crédito Soberano	Alta	Instabilidade sociopolítica, abrandamento da actividade económica; níveis elevados de endividamento, vulnerabilidades económicas.	Criação de condições para a estabilidade política no País
Sector Empresarial do Estado	Alta	Empresas LAM, ADM e TMCEL podem precisar de aportes financeiros	Reformas do Sector Empresarial do Estado
Depreciação do metical	Média	Escassez de divisas	Reduzir a taxa de reservas obrigatórias.
Aumento do nível geral de preços	Alta	Instabilidade sociopolítica, escassez de produtos no mercado devido ao aumento de custos de transporte provocado pelo bloqueio e destruição de vias de transporte, aumento de preços de combustíveis a nível doméstico.	Criação de condições para a estabilidade no País

1.8 Considerações finais

O ano de 2025 poderá ser especialmente desafiador para o novo Governo, que assume a liderança com pouca legitimidade popular, num cenário de crise política e social que poderá agravar ainda mais a situação das Finanças Públicas.

A baixa mobilização de receitas, combinada com a necessidade de implementar medidas de política popular, como melhorias urgentes nos sectores sociais básicos, especialmente saúde e educação, que actualmente enfrentam uma crise profunda, poderá levar a níveis ainda maiores de endividamento, já considerados insustentáveis.

Para minimizar estes riscos, é crucial que o Governo adopte medidas para estimular o sector privado a fim de impulsionar a sua capacidade de absorver a força de trabalho desempregada, tendo em vista que o sector público continua a operar sob severas restrições na contratação de pessoal.

Instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial continuarão a desempenhar um papel estratégico na recuperação da economia moçambicana. Desde o restabelecimento da ajuda financeira externa, interrompida por um período devido aos escândalos das dívidas ocultas, o FMI e o Banco de Moçambique têm-se dedicado a fornecer suporte financeiro, a promover reformas essenciais e a incentivar a boa governança. No entanto, apesar desse apoio, o sucesso do país dependerá, essencialmente, da capacidade do Governo de implementar medidas eficazes para consolidar as Finanças Públicas, ao mesmo tempo em que promove políticas públicas mais inclusivas. Essas ações são cruciais para reduzir o sentimento de exclusão social e, dessa forma, fomentar a estabilidade social e económicas.

1.9 Referência bibliográfica

Carta de Moçambique. (2024). Bancos comerciais limitam transações no estrangeiro. Disponível em <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/18140-bancos-comerciais-limitam-transacoes-no-estrangeiro>. [Acessado a 27 de Janeiro de 2025].

Centro de Integridade Pública (CIP), Moçambique, e Chr. Michelsen Institute, Noruega. (2021) Custos e Consequências das Dívidas Ocultas Para Moçambique. Disponível em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/05/Custos-e-consequencias-das-dividas-ocultas.pdf>. [Acessado a 24 de Janeiro de 2025].

Jornal Notícias. (2025, 21 de Janeiro). Manifestações violentas: Estado perde em receitas 658 milhões de dólares. Jornal Notícias. Disponível em <https://www.jornalnoticias.co.mz/2025/01/21/manifestacoes-violentas-estado-perde-em-receitas-658-milhoes-de-dolares/>. [Acessado a 25 de Janeiro de 2025].

Ministério das Finanças (2020-2023, Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado. Maputo, Moçambique: Ministério das Finanças. Disponível em <https://www.mef.gov.mz>. [Acessado em: 27 de Janeiro de 2025].

Ministério das Finanças (2024), Plano Económico e Social e Orçamento do Estado. Maputo, Moçambique: Ministério das Finanças. Disponível em <https://www.mef.gov.mz>. [Acessado a 27 de Janeiro de 2025].

Ministério das Finanças. (2022). Cenário Fiscal de Médio Prazo 2025-2027. Maputo, Moçambique: Ministério das Finanças. Disponível em <https://www.mef.gov.mz>. [Acessado a 27 de Janeiro de 2025].

Ministério das Finanças. (2022). Conta Geral do Estado 2021. Maputo, Moçambique: Ministério das Finanças. Disponível em <https://www.mef.gov.mz>. [Acessado a 27 de Janeiro de 2025].

Ministério das Finanças. (2025). Relatório de Riscos Fiscais 2025. Maputo, Moçambique: Ministério das Finanças. Disponível em <https://www.worldbank.org/>[Acessado a 27 de Janeiro de 2025].

O País. (2025). Estados Unidos congelam quase toda a assistência estrangeira. Disponível em: <https://opais.co.mz/estados-unidos-congela-quase-toda-a-assistencia-estrangeira/>. [Acessado a 27 de Janeiro de 2025].

World Bank. (2022). Poverty Reduction Setback in Times of Compounding Shocks - Mozambique Poverty Assessment. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/> [Acessado a 27 de Janeiro de 2025].

2. RISCOS A MONITORAR NA INDÚSTRIA EXTRATIVA

O ano de 2025 marca o início do mandato de Daniel Chapo como Presidente de Moçambique. O mandato inicia num contexto político conturbado. O processo eleitoral foi amplamente contestado, resultando em manifestações violentas que adicionam um nível significativo de incerteza e risco ao ambiente político e económico do país. Apesar disso, a previsão do crescimento económico para 2025 é de 4,7%⁹. Este cenário de instabilidade política e optimismo económico destaca a importância de monitorar os riscos que podem afectar a indústria extractiva, sector estratégico para o crescimento e desenvolvimento de Moçambique.

A indústria extractiva em Moçambique desempenha um papel crucial na economia nacional, esperando-se que a sua contribuição aumente de 10,6% do PIB, em 2022, para 16%, em 2030¹⁰. Segundo dados do III trimestre de 2024, este sector foi responsável por aproximadamente 55% das exportações totais do país.¹¹ Os principais recursos extraídos e exportados incluem o carvão mineral, com um peso de 25% das exportações, o gás natural, com um peso de 24%, as areias pesadas, 5% e os rubis, safiras e esmeraldas, com 1%. Além disso, a indústria extractiva gera cerca de 7% dos empregos formais¹², sendo uma fonte vital de geração de emprego e rendimento para muitas comunidades.

2.1 Tendências globais e impactos no sector extractivo

As condições globais de 2025 influenciarão significativamente a indústria extractiva em Moçambique. As perspectivas internacionais para 2025 indicam que o sector será influenciado por diversos factores globais, conforme projectado por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Fórum Económico Mundial (WEF) e as Nações Unidas (ONU).

O FMI projecta uma recuperação económica global pós-pandemia, mas com riscos associados à inflação e à estabilidade dos mercados financeiros.¹³ O Banco Mundial enfatiza a importância da sustentabilidade e das práticas ambientais responsáveis, prevendo uma maior regulamentação internacional em torno da extracção de recursos naturais.¹⁴ A OCDE alerta para as possíveis intervenções governamentais nas políticas fiscais e de comércio, que podem impactar directamente os mercados de matérias-primas.¹⁵ O WEF destaca a necessidade de inovação tecnológica e digitalização para melhorar a eficiência e reduzir o impacto ambiental na indústria extractiva.¹⁶ A ONU foca-se na necessidade do alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo práticas responsáveis e equitativas na gestão de recursos naturais.¹⁷

9 MEF (2024). Cenário Fiscal do Médio Prazo (Quadro Macro Fiscal 2025-2027). Disponível em: <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/cenario-fiscal-de-medio-prazo-cfmp/2182-cenario-fiscal-de-medio-prazo-2025-2027/file?force-download=1> [Acessado em 21 de janeiro de 2025].

10 Diário Económico (2023, 15 de junho). Max Tonela: Contribuição da Indústria Extractiva no PIB Atingirá 16% em 2030. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/06/15/oilgas/extractivas/max-tonela-contribuicao-da-industria-extractiva-no-pib-atingira-16-em-2030/> [Acessado em 20 de janeiro de 2025].

11 Banco de Moçambique (2025, 7 de janeiro). Resumo Mensal de Informação Estatística – Dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz/pt/publicacoes-e-estudos/> [Acessado em 20 de janeiro de 2025].

12 Pais (2018, 27 de junho). IESE Diz que Falta Clareza nas Metas de Criação de Empregos pelo Governo. Disponível em: <https://opais.co.mz/iese-diz-que-falta-clareza-nas-metas-de-criacao-de-empregos-pelo-governo/> [Acessado em 20 de janeiro de 2025].

13 FMI (2025, Janeiro). World Economic Outlook Update - Global Growth: Divergent and Uncertain. ISBN 979-8-40029-167-8. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2025/01/17/world-economic-outlook-update-january-2025> [Acessado em 20 de janeiro de 2025].

14 World Economic Forum (2025). The Global Risks Report 2025. 20th Edition. Insight Report. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/global-risks-report-2025-20th-edition-insight-report-enardeiditjaptzh> [Acessado em 20 de janeiro de 2025].

15 OECONOMICO (2024, 26 de outubro). TotalEnergies aponta para Setembro de 2025, Decisão Final de Investimento, US\$ 550 milhões, do projecto do terminal de importação de gás natural liquefeito, no Porto da Matola. Disponível em: <https://www.oeconomico.com/totalenergies-aponta-para-setembro-de-2025-decisao-final-de-investimento-us-550-milhoes-do-projecto-do-terminal-de-importacao-de-gas-natural-liquefeito-no-porto-da-matola/> [Acessado em 21 de janeiro de 2025].

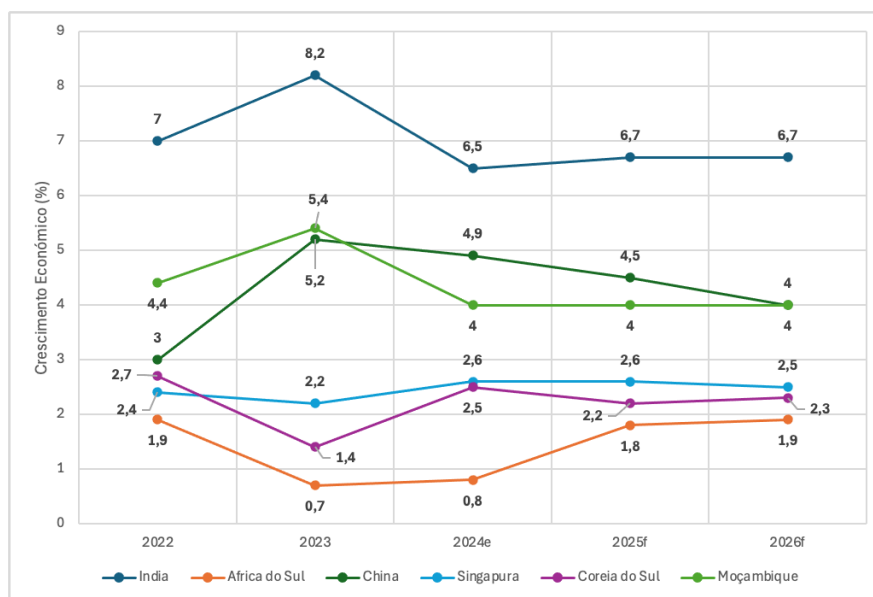
16 World Economic Forum (2025). The Global Risks Report 2025. 20th Edition. Insight Report. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/global-risks-report-2025-20th-edition-insight-report-enardeiditjaptzh> [Acessado em 20 de janeiro de 2025].

17 United Nations (2025). World Economic Situation and Prospects 2025. New York. Disponível em: <https://desapublications.un.org/publications/world-economic-situation-and-prospects-2025> [Acessado em 20 de janeiro de 2025].

2.2 Crescimento económico dos destinos de exportação

Os principais destinos das exportações de Moçambique, Índia (gás natural, carvão, legumes de vagem secos e em grão e castanha de caju), China (gás natural, areias pesadas, sementes e frutos oleaginosos e carvão), África do Sul (energia eléctrica, gás natural, carvão e banana), Singapura (barras de alumínio, gás natural, tabaco, sementes e frutos oleaginosos) e Coreia do Sul (carvão, gás natural, tabaco e fios de alumínio)¹⁸, apresentam tendências económicas heterogêneas para 2025, com impacto directo na procura pelos principais produtos extractivos moçambicanos. Abaixo o gráfico do crescimento esperado para os principais destinos das exportações moçambicanas.

Gráfico 1. Crescimento Económico dos Países, Principal Destino das Exportações Moçambicanas (2022-2026)



Fonte: World Bank. (2025)

O gráfico acima mostra que com um crescimento robusto de 6,7%, previsto para 2025, a Índia continuará sendo um mercado promissor para exportações de gás natural e carvão e produtos agrícolas como castanha de caju. A dependência da Índia por gás natural reforça a posição estratégica de Moçambique como fornecedor. Apesar de um crescimento projectado de apenas 1,8%, a proximidade geográfica e os acordos comerciais favorecem a continuidade das exportações de energia eléctrica, gás natural e carvão para África do Sul.

O gráfico mostra ainda que o crescimento económico chinês desacelerará para 4,5%, influenciado por ajustes estruturais internos.¹⁹ Esse cenário pode reduzir a demanda por areias pesadas e carvão, mas o gás natural continua relevante dada a transição energética global. Tanto Singapura como a Coreia do Sul, apresentam crescimentos moderados de 2,6% e 2,2%, respectivamente. A procura por barras de alumínio e carvão deve manter-se estável, enquanto o tabaco e fios de alumínio poderão enfrentar flutuações de mercado.

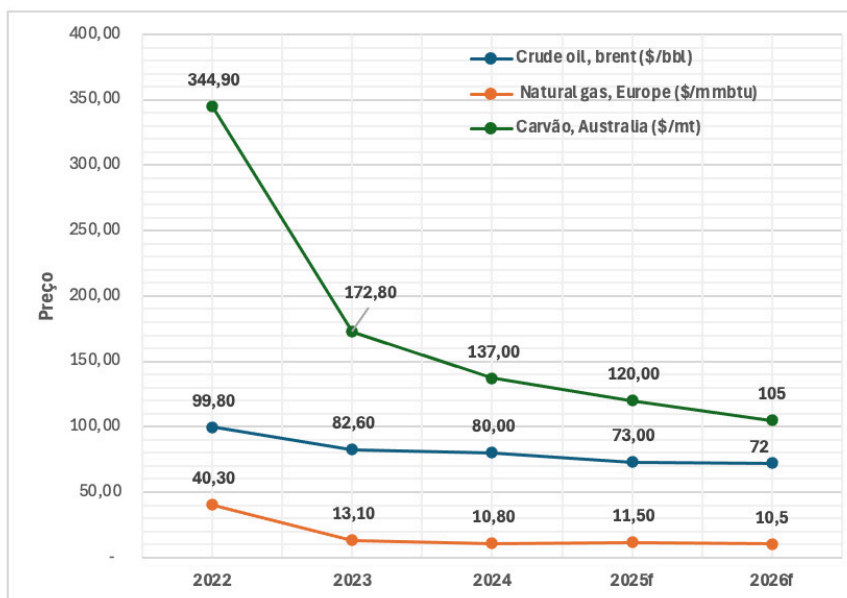
¹⁸ Banco de Moçambique (2024, 26 de novembro). Relatório Semestral da Balança de Pagamentos – I Semestre de 2024. Disponível em: <https://www.banco-moc.mz/pt/publicacoes-e-estudos/> [Acessado em 20 de janeiro de 2025].

¹⁹ World Economic Forum (2025). The Global Risks Report 2025. 20th Edition. Insight Report. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/global-risks-report-2025-20th-edition-insight-report-enardeiditjaptzh> [Acessado a 20 de janeiro de 2025].

2.3 Preços dos principais produtos de exportação

Os preços internacionais dos principais produtos extraídos em Moçambique, nomeadamente o carvão mineral e o gás natural²⁰, seguem uma tendência de queda para o ano 2025. Ver gráfico abaixo.

Gráfico 2: Preços dos Principais Produtos Extractivos de Moçambique (2022-2026)



Fonte: World Bank. Commodity Markets (2025)

O gráfico acima ilustra uma previsão de redução do preço do carvão para USD 120/tonelada, impactando negativamente as receitas de exportação. O carvão apresenta um peso de 25% no total das exportações do país. Ilustra igualmente uma estabilização do preço do gás natural em USD 11,5/mmbtu²¹ para o mercado europeu, o que pode ser positivo considerando a retomada da procura e a importância deste produto para as exportações de Moçambique. Representa cerca de 24% do total das exportações.

O petróleo bruto, produto usado como referência para o preço de vários outros produtos, mostra uma queda para USD 73/barril. Embora o petróleo não seja um produto de exportação significativo para Moçambique, a queda no seu preço pode ter um impacto indirecto na economia. A redução dos preços do petróleo pode diminuir os custos de importação de derivados de petróleo, como gasolina e diesel, o que pode beneficiar sectores como o transporte e a agricultura, reduzindo os custos operacionais e potencialmente estimulando o crescimento económico.

Além disso, a estabilização do preço do gás natural, em USD 11,5/mmbtu, é crucial para Moçambique dado o peso crescente deste produto nas exportações do país. A procura estável por gás natural na Europa pode garantir receitas consistentes para Moçambique, ajudando a equilibrar as finanças públicas e a promover investimentos em infra-estruturas e desenvolvimento social.

²⁰ Incluído devido a sua importância e relação na formação dos preços dos outros produtos

²¹ mmbtu significa “milhão de unidades térmicas britânicas” (million British thermal units), uma medida de energia usada principalmente para descrever a quantidade de energia no gás natural.

2.4 Desafios económicos e políticos

As projeções do CFMP (2025-2027)²² indicam um crescimento do PIB de 4,7% em 2025, ligeiramente superior à estimativa avançada por instituições internacionais, como o Banco Mundial, mas inferior à taxa projectada para 2024, que é de 5,5%. Para 2026, prevê-se uma redução no crescimento em relação a 2025, seguida por uma recuperação em 2027, altura em que o crescimento deverá atingir 5,8%.

Apesar destas projeções, que indicam um crescimento económico moderado, o novo Governo enfrentará pelo menos três desafios significativos, nomeadamente: i) herdar um Estado falido; ii) parte do tecido comercial e industrial destruído, devido às manifestações, o que reduz o potencial de arrecadação de receitas do Estado e aumento do nível de desemprego; e iii) déficit de legitimidade derivado do processo eleitoral contestado o que pode gerar instabilidade política e social, dificultando a governação. Estes desafios poderão impactar de diversas formas o sector extractivo que tem desempenhado um papel crucial na economia de Moçambique.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE)²³, o peso do sector extractivo no PIB foi de 15,88%, em 2023, e de 15,72%, até ao terceiro trimestre de 2024. Esses números reflectem a importância relativa do sector na composição da economia nacional.

Por outro lado, dados do CFMP (2025-2027) destacam o desempenho em termos de crescimento real do sector. Em 2022, o sector cresceu significativamente, registando uma taxa de 9%, impulsionada pelo aumento na produção de minerais como ouro, rutilo e carvão coque. Em 2023, a taxa de crescimento do sector disparou para 34%, reflectindo a recuperação económica pós-pandemia e a retomada dos investimentos. Para 2024, projectava-se um crescimento ainda maior, de 41,8%, sustentado por projectos estratégicos como Coral Sul e a potencial retomada do projecto da ExxonMobil (que não aconteceu).

A partir de 2025, segundo o CFMP (2025-2027), o sector deverá apresentar uma estabilização no ritmo de crescimento, com uma taxa projectada de 18,6%. Em 2026, estima-se uma redução para 7,6%, devido a desafios na atracção de novos investimentos e à necessidade de reformas regulatórias. Já em 2027, o sector deve registar uma recuperação moderada, com um crescimento de 11,7%, impulsionado por novos projectos e melhorias na infra-estrutura e regulação.

No entanto, eventos recentes derivados das manifestações pós-eleitorais impactaram directamente a indústria de areias pesadas em Nampula e o sector de gás em Inhambane. As paralisações e a instabilidade política resultaram em prejuízos significativos para a economia, afectando a confiança dos investidores e atrasando projectos em curso.²⁴

Apesar desses desafios, há sinais positivos para o futuro do sector de gás natural em Moçambique. A possível retomada do projecto da TotalEnergies na Área 1²⁵, assim como a decisão final de investimento (FID) da ExxonMobil para a Área 4 na Bacia do Rovuma, prevista para 2026²⁶, representam marcos importantes. Além disso, a provável FID da TotalEnergies em um novo terminal de importação de gás natural liquefeito (GNL) no Porto da Matola,

22 MEF (2024). Cenário Fiscal do Médio Prazo (Quadro Macro Fiscal 2025-2027). Disponível em: <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/cenario-fiscal-de-medio-prazo-cfmp/2182-cenario-fiscal-de-medio-prazo-2025-2027/file?force-download=1> [Acessado em 21 de janeiro de 2025].

23 INE (2024, 25 de novembro). QuadrosV_III TRIM2024 (1). Disponível em: https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/quadrosv_iii-trim2024-1 [Acessado a 21 de Janeiro de 2025].

24 AIM (2024, 14 de agosto). ExxonMobil poderá tomar decisão final de investimento para a Área 4 em 2026. Disponível em: <https://aimnews.org/2024/08/14/exxonmobil-podera-tomar-decisao-final-de-investimento-para-a-area-4-em-2026/> [Acessado a 21 de janeiro de 2025].

25 Carta de Moçambique (2025, 20 de janeiro). Indústria Extrativa: TotalEnergies sinaliza retorno à Afungi com a chegada do novo gerente. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/18516-industria-extrativa-totalenergies-sinaliza-retorno-a-afungi-com-a-chegada-do-novo-geren>

26 AIM (2024, 14 de agosto). ExxonMobil poderá tomar decisão final de investimento para a Área 4 em 2026. Disponível em: <https://aimnews.org/2024/08/14/exxonmobil-podera-tomar-decisao-final-de-investimento-para-a-area-4-em-2026/> [Acessado a 21 de janeiro de 2025].

avaliado em USD 550 milhões, é esperada até Setembro de 2025²⁷, trazendo perspectivas promissoras para o sector. O projecto Coral Norte, actualmente em fase de consulta, também poderá ter a sua decisão final de investimento em 2025²⁸, consolidando Moçambique como um actor relevante no mercado de gás natural.

2.5 Discurso inaugural de Daniel Chapo evidencia lacunas e aponta melhoria no sector extractivo

O discurso de Daniel Chapo, o novo Presidente da República, destacou a importância de reformas na indústria extractiva para promover transparência e atrair investimentos, prometendo uma “nova era” para Moçambique com foco na inclusão social, combate à corrupção e modernização do sector. Embora um discurso inaugural por sua natureza não permita a inclusão de detalhes operacionais, é essencial que essas iniciativas sejam traduzidas em estratégias claras e detalhadas no Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2025-2029, sob pena de ficarem como promessas vagas e incapazes de enfrentar os desafios estruturais do sector.

Entre os compromissos assumidos, a transformação do Instituto Nacional de Minas (INAMI) em uma Agência de Promoção Mineira é uma proposta ambiciosa. No entanto, é imprescindível que o PQG 2025-2029 delineie como serão alocados os recursos financeiros, subsídios e incentivos fiscais para garantir a modernização e o fortalecimento das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e associações mineiras. Sem esses esclarecimentos, a iniciativa pode não alcançar os resultados esperados, comprometendo a inovação e a competitividade do sector.

Outro aspecto crítico é a criação de um órgão regulador especializado, que, apesar de ser um avanço para a governação do sector levanta dúvidas sobre a sua integração com a Agência de Promoção Mineira e outras entidades relevantes, como o Ministério dos Recursos Minerais e Energia. O PQG deve abordar explicitamente a coordenação interinstitucional para evitar sobreposição de funções e ineficiências que possam desincentivar novos investimentos.

O discurso deixou, também, lacunas importantes em relação à inclusão e ao desenvolvimento local. Questões como a política de conteúdo local, alocação de *royalties* e promoção de empregos e capacitação nas comunidades não foram detalhadas. O PQG precisa garantir que esses temas sejam priorizados dado o impacto directo nas populações que convivem com as operações mineiras. A ausência de medidas concretas nesse sentido pode reforçar desigualdades e limitar os benefícios sociais gerados pelo sector.

Por outro lado, a criação de um Fórum de Transparência do Sector Petrolífero é uma iniciativa positiva, mas a eficácia desse mecanismo dependerá de como será operacionalizado. A inclusão de comunidades locais e organizações da sociedade civil no fórum deve ser uma prioridade no PQG para assegurar que ele funcione como uma plataforma legítima de participação e monitoria.

Por fim, o apoio à mineração artesanal, crucial para a subsistência de grande parte da população, foi tratado de forma superficial. A formalização e regulamentação desse segmento são fundamentais para reduzir práticas ilegais e integrar os mineiros artesanais na economia formal. Sem uma abordagem estruturada, o sector continuará enfrentando desafios de sustentabilidade e inclusão.

27 OECONOMICO (2024, 26 de outubro). TotalEnergies aponta para Setembro de 2025, Decisão Final de Investimento, US\$ 550 milhões, do projecto do terminal de importação de gás natural liquefeito, no Porto da Matola. Disponível em: <https://www.oeconomico.com/totalenergies-aponta-para-setembro-de-2025-decisao-final-de-investimento-us-550-milhoes-do-projecto-do-terminal-de-importacao-de-gas-natural-liquefeito-no-porto-da-matola/> [Acessado a 21 de janeiro de 2025].

28 Diário Económico (2025, 6 de janeiro). Área 4: Eni Aguarda Aprovação Para Avançar Com Coral Norte FLNG. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2025/01/06/oilgas/area-4-eni-aguarda-aprovacao-para-avancar-com-coral-norte-flng/> [Acessado a 21 de janeiro de 2025].

Embora o discurso de Chapo represente um marco inicial promissor, confiar apenas em intenções declaradas sem traduzir essas promessas em acções concretas no PQG pode limitar o impacto positivo esperado. O risco de depender apenas de um discurso é a manutenção do *status quo*, perpetuando as desigualdades e os desafios estruturais. No entanto, com a inclusão de planos específicos, metas mensuráveis e mecanismos claros de monitoria, as reformas propostas têm o potencial de transformar o sector extractivo em um motor de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

2.6 Principais riscos a monitorar

A monitoria dos riscos na indústria extractiva é essencial para mitigar impactos negativos e aproveitar oportunidades. Os principais riscos a considerar em 2025 são listados na tabela abaixo, juntamente com propostas de medidas de mitigação.

Tabela 1: Tabela de Riscos, Probabilidades e Medidas de Mitigação

Risco	Probabilidade	Justificação	Medidas de Mitigação
Instabilidade Política	Alta	Cenário pós-eleitoral conturbado e manifestações violentas	Diálogo político inclusivo e reformas institucionais.
Volatilidade dos Preços das Matérias-Primas (commodities)	Alta	Flutuações nos mercados globais de commodities com queda projectada no preço do carvão e gás natural	Diversificação de mercados e garantir maior valor agregado local
Regulação Ambiental mais rígida	Média	Aumento das exigências ambientais internacionais por práticas sustentáveis	Alinhamento com padrões internacionais e implementar práticas de extracção sustentável e tecnologia limpa.
Falta de Infra-estruturas	Alta	Infra-estruturas inadequadas para suportar operações industriais.	Investir em infra-estruturas e parcerias público-privadas.
Instabilidade Económica	Alta	Inflação e desvalorização da moeda.	Políticas monetárias e fiscais rígidas e atracção de investimentos estrangeiros.
Dependência de Poucos Mercados de Exportação	Alta	Concentração em mercados como Índia e China	Estratégia de diversificação geográfica das exportações
Conflitos Comunitários	Média	Histórico de más praticas em processos de Reassentamentos e compensações insuficientes	Implementação de práticas de reassentamento justas e transparência

Os riscos de instabilidade política e volatilidade dos preços são os mais críticos. A mitigação desses riscos exige estratégias combinadas, incluindo o fortalecimento das instituições públicas, promoção de diálogo entre *stakeholders* e a diversificação económica. Por outro lado, a dependência de mercados específicos e os desafios ambientais requerem esforços de longo prazo, como a inovação tecnológica e a adesão a compromissos globais.

Em conclusão, o sector extractivo de Moçambique enfrenta um futuro desafiador, com 2025 prometendo ser um ano de grandes contrastes. Por um lado, há sinais de optimismo económico com a projecção de crescimento de 4,7% e a expectativa de expansão contínua do sector. Por outro, a instabilidade política e os riscos globais, como a queda nos preços das commodities e as mudanças nos mercados internacionais, apresentam ameaças significativas.

Além disso, o país continua altamente dependente de mercados externos, como Índia, China e África do Sul, e enfrenta desafios em diversificar a sua economia e melhorar a sustentabilidade das suas operações extractivas. As flutuações nos preços do carvão e do gás natural, produtos-chave para as exportações, ressaltam a vulnerabilidade económica e a necessidade urgente de planeamento estratégico e resiliência económica.

Portanto, 2025 não é apenas um ano de riscos, mas também uma oportunidade para reavaliar o papel da indústria extractiva no desenvolvimento sustentável e na transformação estrutural da economia moçambicana.

2.7 Recomendações

Recomendação	Sugestão de Implementação
1. Priorizar a industrialização local e a diversificação económica	<ul style="list-style-type: none"> - Rever a legislação fiscal para criar incentivos à industrialização local. - Estabelecer critérios transparentes para a concessão de incentivos e criar fundos para cadeias produtivas prioritárias. - Realizar auditorias independentes anuais para avaliar a eficácia dos incentivos. - Publicar relatórios dos benefícios concedidos e resultados alcançados. - Criar comitês com a sociedade civil e o sector privado para monitoramento e ajustes periódicos.
2. Reforçar regulamentações ambientais alinhadas aos ODS	<ul style="list-style-type: none"> - Actualizar o quadro regulatório com metas específicas de redução de impactos ambientais. - Exigir auditorias ambientais anuais e publicá-las para consulta pública. - Incluir cláusulas ambientais rigorosas nos contratos de mineração e implementar sanções em caso de não cumprimento. - Garantir que as empresas publiquem relatórios anuais de impacto ambiental acessíveis a todas as partes interessadas.
3. Estabelecer mecanismos eficazes para resolução de disputas	<ul style="list-style-type: none"> - Criar secções especializadas nos tribunais para lidar com litígios do sector minerador. - Estabelecer centros de arbitragem locais com mediadores capacitados. - Capacitar profissionais do sector jurídico em matérias relacionadas à mineração e ao meio ambiente. - Desenvolver plataformas digitais para rastreamento e transparência na resolução de disputas.
4. Explorar novos mercados para produtos extrativos	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um órgão dedicado à promoção de exportações de produtos estratégicos. - Realizar estudos de mercado para identificar novas oportunidades relacionadas à transição energética. - Firmar parcerias comerciais com países interessados em minerais verdes e renováveis. - Participar em feiras e eventos internacionais para diversificar compradores.
5. Aproveitar tendências de digitalização e tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir tecnologias para rastreamento e automação de processos no sector extractivo. - Criar centros de inovação tecnológica com financiamento público-privado. - Realizar programas de formação técnica para trabalhadores sobre tecnologias emergentes.
6. Promover repartição mais justa dos benefícios económicos	<ul style="list-style-type: none"> - Rever e melhorar os mecanismos de gestão e monitoria dos fundos destinados às comunidades, garantindo maior transparência e eficiência. - Criar um comité de transparência composto por representantes do Governo, comunidades locais e sociedade civil para auditar e divulgar o uso de recursos. - Estabelecer sistemas digitais para rastrear a alocação e utilização de fundos. - Realizar consultas regulares com comunidades beneficiárias para priorizar investimentos em áreas críticas, como saúde, educação e infra-estruturas. - Capacitar as comunidades para participar de forma informada na planificação e monitoria dos investimentos.
7. Estabelecer um grupo técnico para monitoramento de riscos e oportunidades globais	<ul style="list-style-type: none"> - Formar um grupo técnico multidisciplinar com representantes de Governo, sector privado, academia e sociedade civil. - Desenvolver relatórios trimestrais sobre tendências globais e sua aplicação no contexto nacional. - Criar parcerias internacionais para troca de informações sobre mercados e tecnologias. - Realizar workshops regulares para disseminar informações aos <i>stakeholders</i> do sector.

2.8 Considerações finais

O sector extractivo de Moçambique enfrenta um cenário complexo em 2025, marcado por um ambiente político instável e um optimismo económico moderado. Embora a previsão de crescimento do PIB seja de 4,7%, factores como a contestação do processo eleitoral e possíveis intervenções governamentais criam um nível elevado de incerteza. No contexto global, as tendências apontam para desafios e oportunidades. A crescente regulamentação ambiental e fiscal, impulsionada por instituições internacionais, pode impor custos adicionais às operações, mas também incentivar a adopção de práticas mais sustentáveis e tecnológicas. Além disso, a recuperação económica dos principais mercados importadores será determinante para a demanda pelos recursos moçambicanos. O crescimento robusto da Índia reforça a sua importância como destino estratégico para gás natural e carvão, enquanto a desaceleração da China pode afectar as exportações de areias pesadas e carvão.

Adicionalmente, a tendência de queda nos preços internacionais de *commodities* como carvão e gás natural representa um risco significativo para as receitas do sector extractivo. A redução no valor dessas exportações pode pressionar as contas públicas e comprometer o potencial de contribuição da indústria para o crescimento económico do país.

Diante deste cenário, torna-se essencial uma abordagem estratégica que combine políticas fiscais estáveis, estímulo à diversificação económica e investimento em inovação. A capacidade de adaptação às dinâmicas globais e domésticas será crucial para garantir que o sector extractivo continue a desempenhar um papel central no desenvolvimento sustentável de Moçambique.

2.9 Referências bibliográficas

AIM (2024, 14 de Agosto). ExxonMobil poderá tomar decisão final de investimento para a Área 4 em 2026. Disponível em: <https://aimnews.org/2024/08/14/exxonmobil-podera-tomar-decisao-final-de-investimento-para-a-area-4-em-2026/> [Acessado a 21 de janeiro de 2025].

AIM (2024, 8 de Dezembro). Protestos afectam indústria extractiva e colocam em risco crescimento económico. Disponível em: <https://aimnews.org/2024/12/08/protestos-afectam-industria-extractiva-e-colocam-em-risco-crescimento-economico/> [Acessado a 21 de Janeiro de 2025].

Banco de Moçambique (2024, 26 de Novembro). Relatório Semestral da Balança de Pagamentos – I Semestre de 2024. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz/pt/publicacoes-e-estudos/> [Acessado a 20 de Janeiro de 2025].

Banco de Moçambique (2025, 7 de janeiro). Resumo Mensal de Informação Estatística – Dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz/pt/publicacoes-e-estudos/> [Acessado a 20 de Janeiro de 2025].

Carta de Moçambique (2025, 20 de janeiro). Indústria Extrativa: TotalEnergies sinaliza retorno à Afungi com a chegada do novo gerente. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/18516-industria-extrativa-totalenergies-sinaliza-retorno-a-afungi-com-a-chegada-do-novo-gerente> [Acessado a 21 de Janeiro de 2025].

Diário Económico (2023, 15 de junho). Max Tonela: Contribuição da Indústria Extractiva no PIB Atingirá 16% em 2030. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/06/15/oilgas/extractivas/max-tonela-contribuicao-da-industria-extractiva-no-pib-atingira-16-em-2030/> [Acessado a 20 de Janeiro de 2025].

Diário Económico (2025, 6 de Janeiro). Área 4: Eni Aguarda Aprovação Para Avançar Com Coral Norte FLNG. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2025/01/06/oilgas/area-4-eni-aguarda-aprovacao-para-avancar-com-coral-norte-flng/> [Acessado a 21 de Janeiro de 2025].

FMI (2025, Janeiro). World Economic Outlook Update - Global Growth: Divergent and Uncertain. ISBN 979-8-40029-167-8. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2025/01/17/world-economic-outlook-update-january-2025> [Acessado a 20 de Janeiro de 2025].

INE (2024, 25 de Novembro). Quadros V_III TRIM2024 (1). Disponível em: https://www.ine.gov.mz/web/guest/d_quadrosv_iii-trim2024-1- [Acessado a 21 de Janeiro de 2025].

MEF (2024). Cenário Fiscal do Médio Prazo (Quadro Macro Fiscal 2025-2027). Disponível em: <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/cenario-fiscal-de-medio-prazo-cfmp/2182-cenario-fiscal-de-medio-prazo-2025-2027/file?force-download=1> [Acessado a 21 de Janeiro de 2025].

País (2018, 27 de Junho). IESE Diz que Falta Clareza nas Metas de Criação de Empregos pelo Governo. Disponível em: <https://opais.co.mz/iese-diz-que-falta-clareza-nas-metas-de-criacao-de-empregos-pelo-governo/> [Acessado a 20 de Janeiro de 2025].

OECD (2024). OECD Economic Outlook, Volume 2024 Issue 2, No. 116. OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/d8814e8b-en> [Acessado a 20 de Janeiro de 2025].

OECONOMICO (2024, 26 de outubro). TotalEnergies aponta para Setembro de 2025, Decisão Final de Investimento, US\$ 550 milhões, do projecto do terminal de importação de gás natural liquefeito, no Porto da Matola. Disponível em: <https://www.oeconomico.com/totalenergies-aponta-para-setembro-de-2025-decisao-final-de-investimento-us-550-milhoes-do-projecto-do-terminal-de-importacao-de-gas-natural-liquefeito-no-porto-da-matola/> [Acessado a 21 de Janeiro de 2025].

United Nations (2025). World Economic Situation and Prospects 2025. New York. Disponível em: <https://desapublications.un.org/publications/world-economic-situation-and-prospects-2025> [Acessado a 20 de Janeiro de 2025].

World Bank (2025). Global Economic Prospects, January 2025. Washington, DC: World Bank. doi: 10.1596/978-1-4648-2147-9. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects> [Acessado em 20 de janeiro de 2025].

World Economic Forum (2025). The Global Risks Report 2025. 20th Edition. Insight Report. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/global-risks-report-2025-20th-edition-insight-report-enardeiditjaptzh> [Acessado a 20 de Janeiro de 2025].

3. RISCOS A MONITORAR NA ÁREA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O processo de aquisições públicas está constantemente exposto a risco de corrupção devido aos elevados montantes envolvidos nas transações. Em Moçambique, pelo menos 33% da despesa pública do país, equivalente a 15% do Produto Interno Bruto, destina-se à aquisição de bens e serviços e contratação de empreitada de obras públicas²⁹.

No discurso inaugural, Daniel Chapo anunciou que irá desencadear reformas no sector de contratação pública. As reformas planificadas aumentam o risco lutas entre os novos e antigos actores nos negócios envolvendo o Estado, alguns dos quais ligados a nova elite política no poder.

Na presente secção pretende-se analisar os principais riscos que poderão ocorrer no sector de contratação pública e apontar-se as possíveis medidas de mitigação desses riscos.

3.1 Risco de emergência de novos actores nos negócios do Estado

A chegada do novo governo representa momentos de entrada em jogo de novos actores, surgindo, neste período, empresários emergentes e a possibilidade de colapso de outros que anteriormente dominavam os negócios do Estado. Foi assim no processo transitório de governação de Joaquim Chissano para Armando Guebuza e de Armando Guebuza para Filipe Nyusi.

Na governação de Armando Guebuza, empresários como Celso Correia, Salimo Abdula, Silvestre Bila e Fernando Sumbana Jr. ganharam preponderância, sendo que alguns destes eram conotados como sendo “testas de ferro”.

Em 2007, Celso Correia, na altura, tido como “testa de ferro” de Armando Guebuza, liderava o grupo Insitec que detinha 18,1% das acções do Banco Comercial de Investimento (BCI). O Insitec viabilizou a compra das acções da hidroeléctrica da Cahora Bassa durante a governação de Armando Guebuza³⁰.

Na mesma altura, o empresário Salimo Abdula, que também ganhou protagonismo na era de Armando Guebuza, era associado à implementação de projectos estratégicos de telecomunicações, através da empresa Intelec, que em 2007 adquiriu 5% das acções da Vodacom, passando a monopolizar o mercado das comunicações móveis em prejuízo da rede pública mCel³¹.

Durante a governação de Filipe Nyusi testemunhou-se a ascensão de novos actores dos negócios do Estado, alguns de origem asiática como são os casos do empresário indiano Joseph Parayanken, figura ligada a empresa Moçambique Holdings Limited (MHL, Lda), que se tornou fornecedora principal de viaturas de marca Mahindra ao Estado³², e dos empresários Hassnein Raza Mamadataki e Mehendi Raza Mamadataki do Royal Group, Limitada em Nampula. O Royal Group ganhou monopólio no comércio de exportação de feijão bóer. A empresa passou a condicionar ao pagamento de uma taxa para exportação de feijão bóer a qualquer empresa exportadora, excepto suas subsidiárias³³.

No mesmo período assistiu-se a entrada de empresário Carlos Mesquita na política, tendo ocupado os cargos de ministro dos Transportes e Comunicação, sector onde ele tem interesses. Posteriormente, foi indicado para ministro das Obras Públicas e Habitação e Recurso Hídricos.

29 World Bank Group & DFID. (2020). MOZAMBIQUE: Assessment of the Public Procurement System, Main Report. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35388/Main-Report.pdf?sequence=1>. [acessado em 15. 01. 2025]

30 @Verdade. (2016, 30 de Setembro). Ministro Celso Correia deve 60 milhões de euros a banca portuguesa relacionados com a reversão de Cahora Bassa. Disponível em: <https://verdade.co.mz/ministro-celso-correia-deve-60-milhoes-de-euros-a-banca-portuguesa-relacionados-com-a-reversao-de-cahora-bassa/>. [acessado em 24. 02. 2025]

31 Reflectindo. (2016, 31 de Outubro). Império empresarial de Guebuza. Disponível em: <https://comunidademocambicana.blogspot.com/2016/11/imperio-empresarial-de-guebuza-expande.html>. [acessado em 25.01.2025]

32 Marcelo Mosse. (2024, 30 de Setembro). A cartelização do procurement público e um adeus ao Rui de Carvalho. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/blogs/item/17715-a-cartelizacao-do-procurement-publico-e-um-adeus-ao-rui-de-carvalho>. [acessado em 11. 02. 2025]

33 René Lavanchy. (2024, 9 de julho). Juiz se recusa a impedir o Royal Group de vender mercadorias apreendidas da ETG. Zitamar. Disponível em: <https://www.zitamar.com/judge-refuses-to-stop-royal-group-selling-goods-seized-from-etg/>. [Acessado em 10 de Fevereiro de 2024]

Houve também empresários que sobreviveram a transição e mantiveram o protagonismo nos concursos públicos. O exemplo é da família Sidat que durante 10 anos manteve o controlo de alguns sectores de actividades sobretudo nos negócios eleitorais, onde ganharam entre 2023 e 2024, mais de 10 mil milhões de meticais³⁴.

Diante deste risco é importante monitorizar a possível emergência de novos players na contratação, sobretudo, num país onde o exercício da política é usado como capital para a entrada e ascensão no mundo dos negócios privados. Além disso, é fundamental a criação de uma base de dados disponível ao público em geral de todos os fornecedores dos Estado, a fim de detectar situações de conflito de interesses ou tráfico de influência logo na fase inicial do processo de selecção de cada contratação pública.

3.2 Risco de reestruturação das Unidades Gestoras Executoras das Aquisições (UGEA)

Entre as medidas anunciadas por Daniel Chapo, em 14 de Janeiro de 2025, para combater a corrupção no procurement público, garantir a qualidade dos serviços oferecidos e contenção de custos, está a criação de uma Central de Aquisições do Estado, em substituição das UGEAs.

Ainda se desconhecem os termos de referências, mas a criação de Central de Aquisições do Estado pode significar a existência de uma única unidade responsável pelo processo de compras, ou seja, que as compras de todas as instituições do Estado sejam enviadas, revistas e aprovadas por esta unidade central.

A existência de uma central de compras única pode constituir risco na medida em que não só poderá centralizar o controlo das aquisições na figura do Presidente da República, como também poderá provocar morosidade do processo de aquisição de bens e serviços, o que poderá afectar sobremaneira o fornecimento em tempo útil dos serviços públicos.

A centralização de compras pode também ser utilizada para falência de fornecedores locais (pequenas e médias empresas) em benefício das grandes empresas que operam na capital do país, e próximo dos decisores políticos ao nível central.

Além disso, o sistema de centralização de compras pode levar a situações de conflitos entre os governos locais (unidades que consomem) e o governo central (unidade responsável pela compra) na medida em que este modelo de compras poderá reduzir a autonomia dos governos locais para adquirir bens e serviços que precisam, o que pode colocar em causa o cumprimento dos planos de governação local e o processo de prestação de contas, bem como afectar negativamente o processo de descentralização em curso no país, que pressupõe a autonomia política, financeira e fiscal dos governos locais.

A proposta de uma nova Central de Aquisições do Estado, também apresenta um risco real de uma nova reconfiguração do processo de apropriação dos fundos públicos. Dependendo de como serão desenhadas as suas atribuições, ela pode centralizar todo o processo de procurement junto de uma entidade que poderá ser controlada por um órgão ou indivíduos próximos do Presidente da República, que poderão usar desse privilégio para obterem enriquecimento ilícito.

Para mitigar este risco é essencial fortalecer os mecanismos de consulta com as entidades públicas directamente afectadas pelo modelo centralizado de compras, e garantir transparência em todas as fases do processo de compra, a fim de evitar irregularidades tais como: conflito de interesses, contratos sobrefacturados e conluio entre fornecedores e altos funcionários da Central de Aquisições do Estado.

³⁴ CIP Eleições (2022, 27 de Novembro). Negócio das eleições: CNE/STAE fizeram ajuste directo de 8.1 mil milhões de meticais ao consórcio Artes Gráficas - Lexton. Disponível em <https://www.cipeleicoes.org/wp-content/uploads/2022/11/Boletim-das-eleicoes-14.pdf> (acessado em 25 de Fevereiro de 2025); e Integrity Magazine (2024, 1 de Outubro). Família Sidat pode ter facturado mais de 15 milhões de meticais nas eleições de 2023/2024. Disponível em <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/32792> (acessado em 25 de Fevereiro de 2025).

3.3 Risco de abuso de ajuste directo

O início das actividades na administração pública, principalmente nos sectores de educação, justiça e segurança pública torna imprescindível a reabilitação das infra-estruturas destruídas no contexto das manifestações pós-eleitorais. Dada a urgência na conclusão destas obras, há o risco de o governo optar pelo ajuste directo como modalidade de contratação dos empreiteiros. Embora o ajuste directo seja previsto por lei³⁵, sobretudo em contextos de emergência e em períodos de grave perturbação da ordem pública, a opção por esta modalidade pode constituir um risco de ausência de integridade na contratação pública e um ambiente favorável à práticas de corrupção.

A experiência mostra que em Moçambique o contexto de emergência tem sido favorável à desvio e ao uso indevido de fundos, e de corrupção, devido, em parte, ao relaxamento de mecanismos de fiscalização e monitoria.

Conforme constatado pelo CIP (2020), entre Março de 2020 e Agosto de 2020, o MISAU gastou 3.32 mil milhões de meticais em pelo menos 110 processos de contratação por ajuste directo para responder a situação de COVID 19, cujo governo estabeleceu que deveria ser aplicado o regime excepcional de contratação pública³⁶.

De acordo com Ministério da Economia e Finanças (2022), dados da auditoria feita às contratações do MISAU pelo Tribunal Administrativo e a Inspeção-Geral das Finanças indicam que no decurso da implementação dos projectos executados foram registadas irregularidades associadas a processos de contratação relativos a contratos não remetidos a fiscalização prévia, contratos fora do prazo com execução de obras em 50%, aprovação de obras com baixa qualidade e desvio de fundos³⁷.

Além disso, a contratação por ajuste directo aumenta o risco de conflito de interesses, na medida em que a autoridade competente tem plenos poderes para seleccionar as empresas, podendo escolhê-las não em benefício do interesse público. Contratos milionários podem ser adjudicados a empresas detidas por empresários ligados aos governantes ou pessoas a eles próximas, incluindo servidores públicos afectos à entidade contratante, alguns dos quais sem experiência comprovada.

Esses ajustes directos para reconstrução das infra-estruturas destruídas durante as manifestações pós-eleitorais podem vir a ser adjudicados pela nova central de aquisições do Estado. Tendo em conta o passado recente de processos de adjudicações em períodos de crise, existe um risco considerável de uma nova entidade de contratação pública cometer os erros do passado recente.

3.4 Risco de sobre facturação, má qualidade das obras executadas e fraca responsabilização

Outro risco associado as obras de reabilitação das infra-estruturas destruídas no contexto das manifestações pós-eleitorais, principalmente com o recurso ao ajuste directo como modalidade de contratação, tem que ver com a baixa qualidade e encarecimento das obras, agravado à fraca responsabilização dos empreiteiros devido ao relaxamento de procedimentos do procurement público, associado à fragilidade dos mecanismos de controlo.

Numa contratação por ajuste directo, os fornecedores não apenas tendem a aumentar os preços dos bens e serviços, como também não têm incentivos para cumprir com o padrão de qualidade exigido nos bens e serviços a fornecer em razão da falta de concorrência. Este facto é recorrente no país.

35 Cfr. Artigo 97 do decreto no252 que aprova o Regulamento n° 79/2022 de 30 de Dezembro de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado

36 CIP. (2020). Regime excepcional de contratação da Covid-19 acarreta altos riscos de corrupção. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2020/08/16/regime-excepcional-de-contratacao-publica-no-contexto-da-covid-19-acarreta-altos-riscos-de-corrupcao/> [acessado em 24.01.2025]

37 Ministério da Economia e Finanças (2022). Relatório de monitoria da execução financeira e física dos fundos alocados em resposta à crise da Covid-19 em Moçambique.

De acordo com CIP e CMI (2016), no caso das obras da Estrada Circular de Maputo, em que não houve concurso público para selecção da empresa, o preço da empreitada (USD 5 milhões/km) é cerca de duas vezes acima do custo mínimo real no mercado (USD 2.5 milhões/km), para além da qualidade da auto-estrada estar muito abaixo do padrão exigido³⁸.

Para mitigar os riscos associados a reabilitação de infra-estruturas destruídas no contexto das manifestações pós-eleitorais é fundamental que o governo evite ajuste directo e recorra a concursos públicos abertos. Igualmente deve reforçar os mecanismos de fiscalização das contratações de empreitadas e de responsabilização dos empreiteiros pela má qualidade dos serviços prestados.

3.5 Riscos associados aos contratos de Parceria Público-Privada

Num ano de início de mandato, em que o governo cessante deixou os cofres vazios, agravando a já deficiente capacidade de gestão e investimento em infra-estruturas públicas, o risco de transferência das empresas públicas em situação de baixo rendimento para a gestão privada é alto. Parte das empresas concessionárias poderá estar ligada a figuras do partido Frelimo.

De acordo com dados do relatório do Ministério da Economia e Finanças sobre os riscos fiscais para 2025, o Estado moçambicano desembolsou 3.700 milhões de meticais de 2020 a 2023 para resgatar financeiramente as empresas Aeroportos de Moçambique e Linhas Aéreas de Moçambique³⁹.

Apesar da intervenção do Estado para manter as operações destas empresas em curso, o seu funcionamento tem sido caracterizado por elevado endividamento e maus resultados operacionais. As condições que caracterizam o funcionamento de grande parte das empresas do Sector Empresarial do Estado poderão ser usadas pelo governo para justificar a sua concessão ao privado.

A forma pouco transparente como os contratos de parceria público-privada são estabelecidos cria oportunidades para a corrupção e pode tornar os acordos desvantajosos para o Governo. Por isso, é necessário maior escrutínio das relações entre o público e o privado, de modo que tragam benefícios para a colectividade.

3.6 Considerações finais

No ano em curso poder-se-á assistir não apenas lutas pelo controlo dos órgãos gestores de procurement, como também adjudicações massivas à novas empresas da elite empresarial e política emergente, situação típica do início de mandato de um novo governo.

A proposta de uma nova Central de Aquisições do Estado, também apresenta um risco real de uma nova reconfiguração do processo de apropriação dos fundos públicos, onde indivíduos e empresas próximas do Presidente da República poderão usar desse privilégio para obterem enriquecimento ilícito, através da manipulação dos concursos públicos.

38 CIP & CMI. (2016). The costs of corruption to the Mozambican economy: Why it is important to fight corruption in a climate of fiscal fragility. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/file/6027-the-costs-of-corruption-to-the-mozambican-economy.pdf>. [acessado em 06.02.2025]

39 Ministério da Economia e Finanças (2024). Relatório de Riscos Fiscais – 2025.

3.7 Referências bibliográficas

@Verdade. (2016, 30 de Setembro). Ministro Celso Correia deve 60 milhões de euros a banca portuguesa relacionados com a reversão de Cahora Bassa. Disponível em: <https://verdade.co.mz/ministro-celso-correia-deve-60-milhoes-de-euros-a-banca-portuguesa-relacionados-com-a-reversao-de-cahora-bassa/>. [acessado em 24. 02. 2025]

CIP. (2020). Regime excepcional de contratação da Covid-19 acarreta altos riscos de corrupção. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2020/08/16/regime-excepcional-de-contratacao-publica-no-contexto-da-covid-19-acarreta-altos-riscos-de-corrupcao/>. [acessado em 24.01.2025]

CIP & CMI. (2016). The costs of corruption to the Mozambican economy: Why it is important to fight corruption in a climate of fiscal fragility. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/file/6027-the-costs-of-corruption-to-the-mozambican-economy.pdf>. [acessado em 06.02.2025]

Marcelo Mosse. (2024, 30 de Setembro). A cartelização do procurement público e um adeus ao Rui de Carvalho. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/blogs/item/17715-a-cartelizacao-do-procurement-publico-e-um-adeus-ao-rui-de-carvalho>. [acessado em 11. 02. 2025]

Ministério da Economia e Finanças (2022). Relatório de monitoria da execução financeira e física dos fundos alocados em resposta à crise da Covid-19 em Moçambique.

Ministério da Economia e Finanças (2024). Relatório de Riscos Fiscais – 2025.

René Lavanchy. (2024, 9 de julho). Juiz se recusa a impedir o Royal Group de vender mercadorias apreendidas da ETG. Zitamar. Disponível em: <https://www.zitamar.com/judge-refuses-to-stop-royal-group-selling-goods-seized-from-etg/>. [Acessado em 10 de Fevereiro de 2024]

Reflectindo. (2016, 31 de Outubro). Império empresarial de Guebuza. Disponível em: <https://comunidadeemocambicana.blogspot.com/2016/11/imperio-empresarial-de-guebuza-expande.html>. [acessado em 25.01.2025]

World Bank Group & DFID. (2020). MOZAMBIQUE: Assessment of the Public Procurement System, Main Report. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35388/Main-Report.pdf?sequence=1>. [acessado em 15. 01. 2025]

Decreto nº 79/2022 de 30 de Dezembro [BR no252, I Série, Supl. de 24 de Maio]

4. RISCOS A MONITORAR NO SECTOR PRIVADO⁴⁰

O sector privado moçambicano desempenha um papel central na economia nacional, abrangendo aproximadamente 90% das empresas formais e contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, a sua sustentabilidade está ameaçada por factores como a instabilidade política, a corrupção, a burocracia excessiva, o acesso limitado ao crédito e a vulnerabilidade a choques externos. No sector comercial, que inclui a importação e exportação de calçados, viaturas, oleaginosas, roupa usada, entre outros, os elevados custos logísticos, as oscilações cambiais e a incerteza regulatória reduzem a competitividade das empresas locais, criando barreiras para o crescimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs). No sector da indústria extractiva, a falta de previsibilidade regulatória e a insegurança em algumas regiões dificultam a captação de investimentos estrangeiros, resultando na estagnação de projectos essenciais para o desenvolvimento económico do país. A exploração da madeira, por sua vez, enfrenta desafios estruturais que incluem desmatamento ilegal, dificuldades na rastreabilidade dos produtos e a necessidade de certificação para acessar aos mercados internacionais exigentes.

A corrupção continua a ser um dos principais entraves ao crescimento sustentável desses sectores, como evidenciado pelo estudo “Os Custos da Corrupção para a Economia Moçambicana”⁴¹. Práticas ilícitas na obtenção de licenças, fraudes fiscais e manipulação de processos de importação elevam os custos operacionais e reduzem a confiança dos investidores. No sector extractivo, a falta de transparência nos contratos de concessão e exploração compromete a sustentabilidade da indústria e limita os benefícios para as comunidades locais. A exploração florestal, por sua vez, é particularmente vulnerável ao desmatamento ilegal facilitado por redes de corrupção que envolvem empresas privadas e actores públicos, prejudicando o acesso da madeira moçambicana aos mercados internacionais regulamentados⁴².

O Business Enabling Environment (BEE), introduzido pelo Banco Mundial para substituir o Doing Business, fornece uma análise abrangente do ambiente de negócios em Moçambique, destacando a necessidade de reformas estruturais para reduzir a burocracia, melhorar a transparência e fortalecer as instituições regulatórias. Com base nas métricas mais recentes do BEE, espera-se que os sectores de comércio, indústria extractiva e exploração da madeira continuem a enfrentar desafios críticos em 2025 devido à volatilidade do Metical, ao aumento dos custos de importação e à desvalorização dos activos nacionais. Segundo as previsões do BdM⁴³, o PIB per capita poderá cair, de US\$ 646 em 2023, para aproximadamente US\$ 598 em 2025, reflectindo um período prolongado de estagnação económica e aumento da pobreza.

Diante desse cenário, a presente análise examina os desafios e as oportunidades nos sectores de comércio, indústria extractiva e exploração de madeira, abordando os riscos associados à austeridade económica, à retração da demanda interna e à instabilidade política. Serão discutidas estratégias para mitigar os impactos negativos da corrupção e ineficiências regulatórias, com base nas recomendações do BEE, BdM, BM e FMI. Ao promover um ambiente de negócios mais previsível e transparente, Moçambique pode fortalecer a resiliência económica e garantir um crescimento sustentável e inclusivo para os sectores produtivos do país.

40 Nota: A escolha das áreas de comércio, indústria extractiva e exploração da madeira como foco desta secção é estratégica e de carácter piloto, alinhando-se com a introdução desse pilar no novo plano estratégico. Essas áreas foram seleccionadas devido ao seu impacto directo na economia moçambicana e à necessidade de aprimorar a governação, a transparência e a competitividade nesses sectores-chave.

41 Centro de Integridade Pública (CIP), Chr. Michelsen Institute (CMI), & U4 - Anti-Corruption Resource Centre. (2016). Os custos da corrupção para a economia moçambicana: Por quê é que é importante combater a corrupção num clima de fragilidade fiscal. Maputo, Moçambique: CIP. Disponível em <http://www.cip.org.mz/>. Acessado a 12/02/2025, às 06:30hrs.

42 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>. Acessado a 14/02/2025, às 12:34hrs.

43 Banco de Moçambique (2024). Conjuntura Económica de Moçambique – Relatório Anual 2024. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:34hrs

4.1 Risco de austeridade económica e redução da procura interna

A economia moçambicana enfrentou severas restrições fiscais em 2024, agravadas pela desaceleração global e pela volatilidade das commodities, resultando na desaceleração do consumo interno, que representa 55,8% do PIB, e na redução do rendimento real das famílias⁴⁴. As políticas de austeridade para conter o défice fiscal impactaram particularmente as áreas urbanas e as MPMEs, que sofrem com o acesso restrito ao crédito, queda na demanda e custos operacionais elevados, podendo levar ao encerramento de até 22% dessas empresas em zonas urbanas e periurbanas. A retração económica pode reduzir o PIB per capita de US\$ 646, em 2023, para US\$ 598, em 2025⁴⁵, ampliando a pobreza e a instabilidade financeira. Diante da alta probabilidade de falência em larga escala, é essencial implementar linhas de crédito subsidiadas, prorrogar prazos fiscais e fortalecer programas de capacitação empresarial. A criação de fundos emergenciais, aliada à redução da burocracia e ao incentivo à transparência, será determinante para evitar um colapso económico no sector privado e preservar a competitividade das MPMEs.

A desvalorização cambial e as políticas de austeridade económica representam um risco significativo para o sector do comércio em Moçambique. Esta desvalorização tem impactos directos sobre a importação de bens essenciais como calçados, viaturas, roupas usadas, oleaginosas, entre outros. A contínua depreciação do Metical aumenta os custos de importação, reduzindo o poder de compra dos consumidores e tornando esses produtos menos acessíveis à população. A contração da demanda pode levar ao fechamento de diversas MPMEs⁴⁶. O BEE aponta que a alta burocracia nos processos alfandegários e a falta de previsibilidade económica comprometem a atractividade do sector comercial para investidores, dificultando a sua sustentabilidade a longo prazo⁴⁷. Além disso, a corrupção nas alfândegas tende a agravar-se diante das dificuldades económicas, com práticas como suborno para agilizar desembaraços aduaneiros e manipulação de facturas para reduzir tarifas de importação, criando um ambiente de concorrência desleal⁴⁸. A informalidade pode crescer significativamente à medida que os altos custos do comércio formal tornam inviáveis as operações de MPMEs, deslocando a actividade económica para circuitos ilegais e reduzindo a arrecadação fiscal⁴⁹. Para mitigar esses riscos é essencial implementar reformas estruturais, como a digitalização dos processos alfandegários, o fortalecimento da fiscalização e a criação de incentivos fiscais para empresas que operam dentro dos padrões de transparência e conformidade regulatória, garantindo maior previsibilidade ao sector comercial e reduzindo a sua vulnerabilidade à volatilidade cambial e às distorções de mercado.

A indústria extractiva moçambicana, especialmente as PMEs que actuam no sector, enfrenta um risco médio a alto decorrente da desvalorização do Metical e da retração da demanda global por recursos naturais, factores que aumentam os custos operacionais e reduzem a competitividade das exportações minerais. A inflação cambial eleva os preços de equipamentos, insumos e tecnologias importadas, essenciais para a mineração e exploração de hidrocarbonetos, comprometendo a viabilidade dos pequenos operadores e aumentando a sua dependência de crédito externo⁵⁰. A volatilidade dos preços das commodities intensifica a incerteza no sector, reduzindo o fluxo de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e levando ao adiamento ou cancelamento de projectos de grande escala, como o megaprojeto da

44 Banco de Moçambique (2024). Conjuntura Económica de Moçambique – Relatório Anual 2024. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:34hrs

45 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:65hrs.

46 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 32. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:65hrs.

47 Banco Mundial. (2025). Ambiente favorável aos negócios: Avaliação global 2025. Washington, DC: Banco Mundial, p. 19. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1751-2>, Acessado a 14/02/2025, às 06:65hrs.

48 Centro de Integridade Pública (CIP), Chr. Michelsen Institute (CMI), & U4 - Anti-Corruption Resource Centre. (2016). Os custos da corrupção para a economia moçambicana: Por quê é que é importante combater a corrupção num clima de fragilidade fiscal, p. 47. Maputo, Moçambique: CIP. Disponível em <http://www.cip.org.mz/>, Acessado a 12/02/2025, às 06:30hrs

49 Banco de Moçambique (2024). Conjuntura Económica de Moçambique – Relatório Anual 2024, p. 56. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:34hrs

50 Banco de Moçambique (2024). Conjuntura Económica de Moçambique – Relatório Anual 2024, p. 37. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:34hrs

TotalEnergies em Cabo Delgado, cujo reinício depende de condições económicas e políticas mais estáveis⁵¹. Além disso, a corrupção no sector pode se agravar com a crise económica, favorecendo práticas como subfacturação de exportações, evasão fiscal e concessões ilegais de exploração para empresas politicamente conectadas, minando a arrecadação pública e a competitividade das PMEs locais⁵². Para mitigar esses riscos, torna-se urgente a digitalização dos processos de exportação, a implementação de auditorias independentes e o fortalecimento da transparência na gestão de royalties e contratos de concessão, assegurando um ambiente de negócios mais estável e atractivo para investimentos sustentáveis no sector extractivo.

A exploração da madeira em Moçambique enfrenta um risco elevado devido à desvalorização cambial, ao aumento dos custos operacionais e à falta de regulamentação eficaz, comprometendo tanto a viabilidade económica das MPMEs do sector quanto a conformidade ambiental exigida pelos mercados internacionais⁵³. A inflação cambial encarece os insumos essenciais, como maquinaria e ferramentas importadas, reduzindo a competitividade das empresas que operam de forma legal e dificultando a implementação de práticas sustentáveis⁵⁴. A queda da demanda global por madeira certificada pode levar os exportadores a buscar mercados menos exigentes em termos de conformidade ambiental, aumentando o risco de sanções comerciais por parte da UE e dos EUA, que possuem restrições rigorosas contra madeira sem rastreamento adequado⁵⁵. Paralelamente, a pressão sobre os custos operacionais pode incentivar a extracção ilegal e a falsificação de certificações, ampliando a actuação de redes criminosas que exploram as falhas regulatórias para exportar madeira de forma irregular, minando a arrecadação fiscal e prejudicando as empresas formais⁵⁶. A corrupção no sector madeireiro tende a intensificar-se em cenários de crise económica, manifestando-se na emissão irregular de licenças de exploração, subfacturação de exportações e conivência de fiscais ambientais com práticas ilícitas. Para mitigar esses riscos, é essencial fortalecer os sistemas de rastreamento digital da madeira, intensificar as auditorias independentes e endurecer as sanções contra as actividades ilegais, além de promover incentivos à exploração sustentável e ao reflorestamento para garantir a competitividade do sector a longo prazo.

4.2 Risco de desvalorização do metical e aumento dos custos de importação

Em 2024, Moçambique enfrentou desafios significativos com a desvalorização do Metical, oscilando em torno de 1 USD ≈ 65 MZN⁵⁷. Esse cenário impactou severamente os sectores de comércio, indústria extractiva e exploração da madeira, encarecendo a importação de insumos essenciais e pressionando os custos operacionais. A elevada dependência de bens importados, como viaturas, calçados, roupas usadas, oleaginosas, entre outros, expôs os comerciantes a aumentos significativos de preços, reduzindo a competitividade das MPMEs e afectando a capacidade de compra dos consumidores.

No sector comercial a desvalorização do Metical representa um risco elevado para as MPMEs que actuam na importação e exportação de calçados, viaturas, oleaginosas, roupas usadas, entre outros, pois encarece significativamente os

51 Centro de Integridade Pública (CIP), Chr. Michelsen Institute (CMI), & U4 - Anti-Corruption Resource Centre. (2016). Os custos da corrupção para a economia moçambicana: Por que é que é importante combater a corrupção num clima de fragilidade fiscal, p. 63. Maputo, Moçambique: CIP. Disponível em <http://www.cip.org.mz/>, Acessado em 12/02/2025, às 06:30hrs

52 Idem, p. 82.

53 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 56. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:65hrs.

54 Banco de Moçambique (2024). Conjuntura Económica de Moçambique – Relatório Anual 2024, p. 42. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:34hrs

55 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 77. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>, Acessado a 14/02/2025, às 12:34hrs.

56 Centro de Integridade Pública (CIP), Chr. Michelsen Institute (CMI), & U4 - Anti-Corruption Resource Centre. (2016). Os custos da corrupção para a economia moçambicana: Por que é que é importante combater a corrupção num clima de fragilidade fiscal, p. 91. Maputo, Moçambique: CIP. Disponível em <http://www.cip.org.mz/>, Acessado a 12/02/2025, às 06:30hrs

57 Banco de Moçambique (2024). Conjuntura Económica de Moçambique – Relatório Anual 2024. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:34hrs.

custos operacionais, reduzindo a competitividade e a viabilidade financeira desses negócios⁵⁸. A teoria das taxas de câmbio e inflação explica que a depreciação da moeda nacional aumenta o custo das importações, elevando a inflação e pressionando o consumo interno⁵⁹. O BEE enfatiza que os ambientes macroeconómicos instáveis desestimulam investimentos e intensificam barreiras comerciais, criando um cenário de incerteza para empresários e investidores⁶⁰. Em Moçambique, onde a economia é altamente dependente de bens importados, a manutenção da inflação acima de 11% em 2025 pode comprometer ainda mais o poder de compra da população e reduzir a demanda por produtos comercializados pelas MPMEs⁶¹. Além disso, a burocracia excessiva e a ineficiência nos processos alfandegários favorecem a corrupção, manifestando-se na subfacturação de importações, na manipulação de facturas e na cobrança de propinas para liberação de mercadorias, o que distorce a concorrência e agrava a evasão fiscal⁶². Sem reformas urgentes para estabilizar o câmbio, sem digitalizar os processos alfandegários e fortalecer a fiscalização contra práticas ilícitas, a probabilidade desse risco concretizar-se em 2025 é **alta**, podendo resultar no crescimento do comércio informal, no agravamento da especulação sobre o Metical e na ampliação das desigualdades no sector comercial.

No segmento da indústria extractiva, a desvalorização do Metical impõe um risco elevado às MPMEs do sector extractivo moçambicano, pois encarece a aquisição de equipamentos importados e compromete a viabilidade financeira dos projectos, resultando na redução da produtividade e na perda de competitividade global⁶³. A teoria da vantagem comparativa sugere que os países ricos em recursos naturais podem compensar a sua defasagem tecnológica importando maquinário avançado, mas quando a moeda se desvaloriza, os custos operacionais disparam e as margens de lucro das MPMEs tornam-se insustentáveis⁶⁴. O BEE alerta que a volatilidade cambial prejudica a previsibilidade financeira dos investimentos no sector extractivo, dificultando a atração de capital estrangeiro e levando ao adiamento de projectos estratégicos⁶⁵. Além disso, a alta nos preços dos combustíveis impacta diretamente a mineração e os hidrocarbonetos, aumentando o custo do transporte e da distribuição de matéria-prima, reduzindo a margem de lucro das empresas⁶⁶. Em um cenário de crise económica, a corrupção tende a intensificar-se, manifestando-se na subfacturação das exportações, evasão fiscal e manipulação de contratos de concessão para beneficiar as empresas com ligações políticas⁶⁷. Se medidas de estabilização cambial e políticas fiscais eficazes não forem implementadas, o sector extractivo pode enfrentar retração severa em 2025, comprometendo a arrecadação de royalties e impostos, além de ampliar a exploração ilegal de recursos naturais e enfraquecer a governação do sector.

A desvalorização do Metical impõe um risco elevado às MPMEs do sector florestal moçambicano pois, apesar do potencial ganho na competitividade das exportações, os custos de importação de equipamentos essenciais para uma exploração sustentável aumentam significativamente, dificultando a modernização da cadeia produtiva⁶⁸. Segundo a teoria da vantagem comparativa, os países com vastos recursos naturais devem investir na eficiência

58 Idem, p. 47.

59 Fundo Monetário Internacional (FMI) (2024). Mozambique Economic Outlook 2024. Washington, DC: FMI. DOI: 10.5089/9781484324524.002, p. 22. Acessado a 20 de Janeiro de 2025.

60 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 34. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:65hrs.

61 Centro de Integridade Pública (CIP), Chr. Michelsen Institute (CMI), & U4 - Anti-Corruption Resource Centre. (2016). Os custos da corrupção para a economia moçambicana: Por que é que é importante combater a corrupção num clima de fragilidade fiscal, p. 88. Maputo, Moçambique: CIP. Disponível em <http://www.cip.org.mz/>. Acessado a 12/02/2025, às 06:30hrs

62 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 102. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>, Acessado a 14/02/2025, às 12:34hrs.

63 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 57. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:65hrs.

64 Fundo Monetário Internacional (FMI) (2024). Mozambique Economic Outlook 2024. Washington, DC: FMI. DOI: 10.5089/9781484324524.002, p. 22. Acessado a 20 de Janeiro de 2025.

65 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 82. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de janeiro de 2025, às 06:65hrs.

66 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 66. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:65hrs.

67 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 94. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>, Acessado a 14/02/2025, às 12:34hrs.

68 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 73. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:65hrs.

produtiva para garantir sustentabilidade, mas a volatilidade cambial força muitas empresas a recorrer a métodos rudimentares, intensificando a exploração predatória⁶⁹. O BEE alerta que a falta de regulamentação robusta e a infra-estrutura precária em sectores dependentes da exportação comprometem a atractividade de investimentos e incentivam práticas ilegais⁷⁰. O aumento dos custos operacionais também pode ampliar a exploração clandestina de madeira em regiões com fiscalização deficiente, uma vez que as empresas que enfrentam dificuldades financeiras podem burlar regulamentos ambientais para manter a lucratividade, agravando o desmatamento descontrolado e a evasão fiscal⁷¹. A corrupção no sector tende a intensificar-se em períodos de crise económica, manifestando-se na falsificação de certificações ambientais, na subfacturação de exportações e no favorecimento de empresas politicamente conectadas na obtenção de concessões de exploração⁷². A probabilidade desse cenário concretizar-se em 2025 é **alta**. A falta de um sistema eficaz de rastreamento e controlo pode facilitar o tráfico de recursos naturais e a concessão irregular de licenças. Caso políticas eficazes para a estabilização cambial e incentivo à modernização do sector não sejam implementadas, Moçambique poderá enfrentar sanções comerciais e restrições à exportação de madeira, prejudicando a arrecadação fiscal, o emprego e a sustentabilidade do sector florestal.

4.3 Risco de instabilidade política e insegurança

A instabilidade política e os conflitos armados em Moçambique, especialmente em Cabo Delgado, continuam a impactar negativamente o sector privado, afectando directamente as áreas de comércio, indústria extrativa e exploração da madeira. O aumento da incerteza e a falta de segurança jurídica desestimulam investimentos e comprometem o ambiente de negócios. A instabilidade na região, essencial para a exploração de gás natural, gera efeitos colaterais em todo o país, resultando na retração das exportações, na perda de capital estrangeiro e no aumento dos custos operacionais para as empresas dos sectores estratégicos.

No comércio, a instabilidade política e a insegurança representam um risco elevado para as MPMEs que actuam na importação e exportação de viaturas, roupas usadas, oleaginosas, entre outros, impactando directamente os custos logísticos e a previsibilidade dos negócios⁷³. Segundo o BEE, a volatilidade cambial e a falta de infra-estrutura adequada aumentam os custos de transporte e armazenamento, reduzindo a competitividade das empresas locais e dificultando o acesso a mercados internacionais⁷⁴. Além disso, a alta burocracia e a corrupção nos processos alfandegários são factores críticos que restringem a eficiência comercial, levando ao pagamento de subornos para a liberação de mercadorias e à manipulação de tarifas de importação, prejudicando a transparência e elevando os custos operacionais⁷⁵. A probabilidade desse cenário concretizar-se em 2025 é alta, pois a insegurança nas estradas e as dificuldades no acesso ao crédito para comerciantes tendem a agravar a retração económica e a fomentar práticas informais e ilegais no sector. Caso não sejam implementadas medidas urgentes, como a digitalização dos processos alfandegários, fortalecimento da infra-estrutura logística e políticas de incentivo ao comércio formal, o país poderá enfrentar um agravamento da inflação e uma perda significativa de competitividade no mercado regional, dificultando a recuperação económica e a atracção de investimentos estratégicos.

69 Fundo Monetário Internacional (FMI) (2024). Mozambique Economic Outlook 2024. Washington, DC: FMI. DOI: 10.5089/9781484324524.002, p. 45. Acessado a 20 de Janeiro de 2025.

70 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 102. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:65hrs.

71 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 94. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>. Acessado em 14/02/2025, às 1234hrs.

72 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 131. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>. Acessado em 14/02/2025, às 1234hrs.

73 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 102. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado em 20 de janeiro de 2025, às 0665hrs.

74 Idem, p. 89.

75 Idem, p. 131

Na indústria extrativa, a instabilidade política e a insegurança representam um risco alto para as MPMEs que actuam na mineração e nos hidrocarbonetos, impactando directamente o investimento, a competitividade e a arrecadação fiscal⁷⁶. A continuidade da insurgência em Cabo Delgado e a falta de previsibilidade regulatória têm afastado investidores e dificultado a execução de novos contratos de concessão e exploração, resultando na suspensão de projectos estratégicos, como o da TotalEnergies, e na redução do IDE em até 15%⁷⁷. Além da insegurança, o ambiente de negócios instável favorece práticas de corrupção, incluindo a adjudicação irregular de concessões, subfacturação de exportações e evasão fiscal, comprometendo a transparência e a governação do sector⁷⁸. A mineração informal e ilegal tende a crescer, ampliando os impactos ambientais e reduzindo a arrecadação fiscal, enquanto as empresas estrangeiras buscam mercados mais previsíveis. Caso Moçambique não implemente medidas urgentes, como reforço da segurança em áreas estratégicas, digitalização do licenciamento e incentivos fiscais para atrair capital externo, o sector extractivo poderá sofrer uma crise prolongada, prejudicando a arrecadação, o emprego e a credibilidade internacional do país.

O sector da exploração da madeira em Moçambique enfrenta um risco alto de instabilidade devido à fragilidade na governação florestal, à insegurança logística e à crescente pressão internacional por certificações ambientais rigorosas⁷⁹. De acordo com o BEE, a ausência de um ambiente regulado e seguro favorece práticas ilícitas, como a concessão irregular de licenças, o contrabando e a exploração clandestina de madeira, reduzindo a arrecadação fiscal e comprometendo a reputação do país no mercado internacional⁸⁰. A instabilidade política e a violência em regiões estratégicas têm dificultado a fiscalização, permitindo que redes criminosas operem livremente e incentivando as empresas a recorrerem a práticas ilegais para reduzir os custos operacionais. Caso essa tendência se mantenha em 2025, espera-se uma retracção nas exportações de madeira devido ao aumento das restrições por parte da UE e de outros mercados regulados, além de um agravamento da degradação ambiental e da informalidade no sector⁸¹. Para mitigar esses riscos, é essencial digitalizar o rastreamento da madeira, fortalecer a fiscalização ambiental e adoptar mecanismos de certificação confiáveis, garantindo a conformidade do sector com os padrões internacionais e assegurar a viabilidade económica da indústria florestal moçambicana no longo prazo.

4.4 Risco de transformação digital e inovação tecnológica

A transformação digital é um factor determinante para a competitividade dos sectores de comércio, indústria extrativa e exploração da madeira em Moçambique. No entanto, em 2024 o país ainda se encontrava em estágio inicial desse processo, com apenas 30% das MPMEs possuindo presença digital significativa⁸². Esse cenário limita a capacidade das empresas moçambicanas de competir num mercado global cada vez mais digitalizado e dependente de tecnologias avançadas.

No sector comercial, a falta de digitalização representa um risco alto para a competitividade das MPMEs que actuam na importação e exportação, restringindo o seu acesso a mercados internacionais e aumentando os custos operacionais⁸³. O BEE destaca que a digitalização é um factor determinante para a eficiência regulatória e a facilitação

76 Idem, p. 117.

77 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 142. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>, Acessado a 14/02/2025, às 12:34hrs.

78 Idem, p. 89.

79 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 112. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de janeiro de 2025, às 06:65hrs.

80 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 87. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>, Acessado a 14/02/2025, às 12:34hrs.

81 Idem, p. 136.

82 Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado em 20 de janeiro de 2025, às 06:65hrs.

83 Banco Mundial. 2024. Mozambique Digital Transformation and Innovation Report, p. 93. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acessado em 20 de janeiro de 2025.

do comércio, reduzindo a burocracia e garantindo maior transparência nas transações comerciais⁸⁴. No entanto, a infra-estrutura digital limitada, os elevados custos de internet e a baixa adoção de plataformas de e-commerce impedem que as empresas moçambicanas se integrem nas cadeias globais de suprimentos, dificultando a exportação de produtos como calçados, viaturas, roupas usadas, oleaginosas, entre outros⁸⁵. A ausência de digitalização não apenas encarece os processos logísticos, mas também favorece práticas de corrupção, como a manipulação de tarifas alfandegárias, subfaturação de mercadorias e solicitação de propinas para acelerar desembarços aduaneiros⁸⁶. Caso esse cenário persista, Moçambique poderá perder oportunidades de comércio, aumentando a dependência de intermediários comerciais e expandindo o mercado informal, onde as transações ocorrem sem fiscalização e controlo de qualidade. Para mitigar esses riscos, é essencial a implementação de um programa nacional de digitalização do comércio, modernizando a infraestrutura digital, capacitando empresários e trabalhadores e estabelecendo parcerias estratégicas com plataformas globais de comércio eletrónico, garantindo maior eficiência logística e transparência nos processos comerciais.

Na indústria extractiva, a baixa adoção de tecnologia representa um risco elevado para a competitividade e a sustentabilidade do sector, limitando a eficiência produtiva e dificultando a conformidade com os padrões ambientais e tecnológicos globais⁸⁷. Segundo o BEE, a digitalização e a automação são essenciais para aumentar a produtividade e atrair investimentos. Mas Moçambique ainda opera com métodos convencionais, sem rastreamento digital, automação ou monitoramento ambiental eficaz⁸⁸. A ausência de inovação tecnológica eleva os custos operacionais das MPMEs do sector extractivo, tornando-as menos competitivas frente a mercados globais que exigem rastreabilidade e conformidade regulatória rigorosa⁸⁹. Além do impacto económico, a falta de modernização intensifica práticas corruptas, como manipulação de dados de produção, concessões irregulares de licenças minerárias e fraudes fiscais, minando a transparência na gestão dos recursos naturais⁹⁰. A probabilidade desse risco concretizar-se em 2025 é alta, devido à insuficiência de infraestrutura digital, ausência de incentivos fiscais para inovação e escassez de mão de obra qualificada no sector tecnológico. Para reverter esse cenário, Moçambique deve adoptar políticas de modernização, incluindo incentivos financeiros para a inovação, investimentos em tecnologia de rastreamento digital e capacitação profissional para a transição digital no sector extractivo. Sem essas medidas, o país continuará vulnerável a crises económicas e ambientais, perderá competitividade no comércio global e terá dificuldades em atrair investimentos estratégicos.

Na exploração da madeira, a falta de transformação digital representa um risco elevado para a transparência, sustentabilidade e competitividade do sector, conforme destacado pelo BEE, que aponta a digitalização como um factor essencial para fortalecer a governação do sector e a conformidade regulatória⁹¹. Actualmente, a ausência de ferramentas tecnológicas, como blockchain, para a certificação de origem e monitoramento via satélite impede a rastreabilidade eficaz da madeira, favorecendo a extração ilegal, a subfaturação e a exportação fraudulenta⁹². A crescente pressão internacional por padrões ambientais mais rigorosos pode levar à exclusão da madeira moçambicana de mercados estratégicos como os da UE e os dos EUA, resultando em embargos comerciais e perda

84 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 93. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>, Acessado em 14/02/2025, às 1234hrs.

85 Idem, p. 78.

86 Banco Mundial. 2024. Mozambique Digital Transformation and Innovation Report, p. 97. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acessado em 20 de janeiro de 2025.

87 Idem, p. 112.

88 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 89. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>, Acessado em 14/02/2025, às 1234hrs.

89 Idem, p. 76.

90 Banco Mundial. 2024. Mozambique Digital Transformation and Innovation Report, p. 118. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acessado em 20 de janeiro de 2025.

91 Banco Mundial. 2024. Mozambique Digital Transformation and Innovation Report, p. 134. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acessado em 20 de janeiro de 2025.

92 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 89. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>, Acessado em 14/02/2025, às 1234hrs.

de investimentos estrangeiros⁹³. Além disso, a informalidade e a exploração ilegal do sector tendem a aumentar sem um sistema eficiente de fiscalização digital, intensificando a degradação ambiental, os conflitos territoriais e a evasão fiscal. A ausência de um sistema robusto de rastreamento também abre brechas para práticas corruptas, incluindo licenciamento fraudulento, manipulação de registos de exportação e falsificação de certificações ambientais, minando ainda mais a credibilidade do sector florestal moçambicano no mercado global⁹⁴. A probabilidade desse cenário concretizar-se em 2025 é alta, considerando que Moçambique ainda não adoptou regulamentações eficazes para rastrear a exploração madeireira. Para mitigar esses riscos, o país deve implementar urgentemente um sistema digital de rastreamento baseado em blockchain, regulamentar a certificação ambiental digital e investir em infraestrutura tecnológica e capacitação técnica. A modernização da fiscalização reduziria as práticas ilícitas e garantiria maior eficiência regulatória, protegendo a competitividade da madeira moçambicana e assegurando a sua sustentabilidade no comércio global. Caso essas medidas não sejam adoptadas, Moçambique poderá enfrentar uma crise severa no sector, com perdas fiscais significativas, exclusão de mercados estratégicos e agravamento da exploração predatória de recursos naturais.

4.5 Risco de exploração sustentável de recursos naturais

A exploração de recursos naturais continua a ser um pilar estratégico para a economia moçambicana, impactando directamente os sectores de comércio, indústria extractiva e exploração da madeira. Em 2024, a exportação de gás natural gerou aproximadamente US\$ 1,5 bilião, consolidando a sua importância como fonte de divisas e motor do crescimento económico⁹⁵. Além do gás, recursos como o carvão, a grafite e os rubis impulsionam a arrecadação fiscal e atraem investimentos internacionais. No entanto, a excessiva dependência dessas commodities coloca a economia em situação vulnerável, especialmente diante da volatilidade dos preços globais e dos desafios ambientais e sociais associados à exploração desses recursos.

A dependência das MPMEs moçambicanas do comércio de importação e exportação, especialmente de bens essenciais como calçados, viaturas, roupas usadas, oleaginosas, entre outros, expõe o sector a riscos estruturais elevados, agravados pela volatilidade cambial e pela corrupção sistémica nas alfândegas⁹⁶. A fragilidade do Metical, somada à oscilação dos preços internacionais de commodities, pode elevar significativamente os custos de importação, reduzindo a margem de lucro das empresas e limitando o poder de compra da população⁹⁷. A ineficiência logística e a excessiva burocracia alfandegária incentivam práticas ilícitas, como subfacturação, evasão fiscal e concessão irregular de licenças de importação, criando distorções de mercado que favorecem a expansão do comércio informal e minam a arrecadação fiscal⁹⁸. A probabilidade desse risco concretizar-se em 2025 é de média a alta, impulsionada pela crescente incerteza económica global e pela tendência de políticas internacionais de descarbonização, que podem reduzir a demanda por recursos exportados por Moçambique, restringindo a liquidez no sector comercial. Para mitigar esses impactos, torna-se essencial diversificar a economia, fortalecer a produção interna e digitalizar os processos alfandegários, garantindo maior transparência e reduzindo as oportunidades para corrupção. Caso tais estratégias não sejam implementadas, o comércio moçambicano poderá enfrentar um cenário de retracção severa, inflação elevada e avanço do contrabando, comprometendo a sustentabilidade das MPMEs e a competitividade do país no mercado global.

93 Idem, p. 76.

94 Banco Mundial. 2024. Mozambique Digital Transformation and Innovation Report, p. 147. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acessado em 20 de janeiro de 2025.

95 Banco de Moçambique. 2024. Conjuntura Económica de Moçambique – Relatório Anual 2024. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz>. Acessado em 20 de janeiro de 2025, às 0634hrs.

96 Banco Mundial. 2024. Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 112. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado em 20 de janeiro de 2025, às 0665hrs.

97 Banco de Moçambique (2024). Conjuntura Económica de Moçambique – Relatório Anual 2024, p. 78. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz>. Acessado em 20 de janeiro de 2025, às 0634hrs.

98 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 94. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>, Acessado em 14/02/2025, às 1234hrs.

A vulnerabilidade das MPMEs moçambicanas na indústria extractiva está fortemente ligada à volatilidade dos preços globais de minérios e hidrocarbonetos, o que impacta directamente a arrecadação fiscal e os investimentos no sector⁹⁹. Segundo a teoria do ciclo de commodities e o paradoxo da abundância, as economias excessivamente dependentes da exploração de recursos naturais enfrentam ciclos de crescimento e recessão, tornando-se altamente susceptíveis a choques externos e internos. A descarbonização global e a redução da demanda chinesa por carvão podem reduzir drasticamente o fluxo de IDE, enquanto a burocracia excessiva, a incerteza regulatória e a corrupção comprometem a viabilidade de novos projectos¹⁰⁰. A probabilidade desse risco concretizar-se em 2025 é de média a alta, considerando a crescente exigência de padrões ESG e a necessidade de conformidade ambiental, factores que elevam os custos operacionais e desestimulam investimentos na mineração. Além disso, o enfraquecimento da indústria extractiva pode aumentar o desemprego em regiões dependentes do sector, ampliando a pressão social sobre o Governo para a redistribuição de receitas e intensificando a instabilidade política¹⁰¹. A crise no sector também pode impulsionar práticas ilícitas como a concessão irregular de licenças, subfacturação de exportações e evasão fiscal, minando ainda mais a arrecadação do Estado. Para mitigar esses riscos é essencial reformular a regulamentação do sector, fortalecer a transparência na gestão dos recursos naturais e diversificar a economia reduzindo a dependência excessiva da mineração e promovendo alternativas produtivas sustentáveis.

A exploração da madeira em Moçambique apresenta alto risco de instabilidade em 2025 devido à ausência de regulamentação eficaz, à fragilidade na fiscalização e à crescente pressão internacional por padrões ambientais rigorosos¹⁰². A teoria da tragédia dos comuns evidencia que a falta de governação florestal pode levar à sobre-exploração dos recursos, resultando em degradação ambiental irreversível e na redução da competitividade global. A UE e os EUA já impõem restrições à importação de madeira de origem duvidosa e Moçambique, sem um sistema robusto de rastreamento e certificação, corre o risco de perder acesso a esses mercados regulados¹⁰³. A persistência da exploração ilegal e a ausência de políticas de reflorestamento podem não apenas reduzir a arrecadação fiscal, mas também incentivar o crescimento do contrabando, resultando na expansão do mercado informal e na intensificação da corrupção, especialmente em processos de licenciamento e fiscalização¹⁰⁴. Além disso, o favorecimento de grupos empresariais com ligações políticas pode distorcer a concorrência e comprometer as iniciativas de exploração sustentável. Para mitigar esses riscos, Moçambique deve adoptar um sistema nacional de rastreabilidade digital da madeira, fortalecer a governação ambiental e estabelecer parcerias estratégicas com os mercados internacionais que exijam certificação ecológica. Sem essas medidas, o país não só enfrentará sanções comerciais e quedas nas exportações, como verá um aumento da degradação ambiental e do impacto socioeconómico negativo sobre as comunidades que dependem da exploração sustentável dos recursos florestais.

99 Banco Mundial. 2024. Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 147. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado em 20 de janeiro de 2025, às 06:65hrs.

100 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 89. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>, Acessado a 14/02/2025, às 12:34hrs.

101 Idem, p 103.

102 Banco Mundial. 2024. Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery, p. 163. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:65hrs.

103 Muianga, M., & Norfolk, S. (2017). Investimento chinês no sector florestal moçambicano. IIED - International Institute for Environment and Development, p. 72. Disponível em <http://pubs.iied.org/13592PIIED>, Acessado a 14/02/2025, às 12:34hrs

104 Idem, p. 97.

4.6 Considerações finais

O sector privado moçambicano enfrenta desafios estruturais críticos para 2025, com impactos directos sobre o comércio, a indústria extractiva e a exploração da madeira. A instabilidade política e a insegurança, aliadas à desvalorização do Metical e ao aumento dos custos de importação, comprometem a competitividade das MPMEs e desincentivam os investimentos estratégicos. A corrupção sistémica nas alfândegas e na concessão de licenças agrava ainda mais o ambiente de negócios, reduzindo a transparência e ampliando as desigualdades no acesso a mercados e a financiamento. Além disso, a baixa digitalização do comércio e a ausência de mecanismos eficazes de rastreabilidade na exploração florestal expõem Moçambique a sanções comerciais e perdas significativas de receitas. A tendência de retração da demanda interna e o risco de falência de até 22% das MPMEs reflectem a urgência de reformas estruturais para estabilizar a economia e garantir a sustentabilidade do sector privado.

Para mitigar esses riscos, torna-se essencial a implementação de políticas públicas eficazes que promovam um ambiente regulatório mais previsível, o fortalecimento da governação e a digitalização dos processos comerciais e industriais. A diversificação da economia, com incentivos à agricultura sustentável, manufactura e turismo, pode reduzir a dependência de commodities e melhorar a resiliência económica do país. A modernização da infraestrutura logística e a criação de mecanismos de rastreamento para a exploração de recursos naturais são fundamentais para garantir a conformidade com padrões internacionais e evitar restrições comerciais. O sucesso dessas estratégias dependerá de uma maior coordenação entre o Governo, o sector privado e parceiros internacionais, assegurando que Moçambique fortaleça a sua competitividade, atraia investimentos de longo prazo e construa um sector produtivo mais sustentável e inclusivo.

4.7 Referências Bibliográficas

- African Development Bank. 2024. Mozambique Natural Resources: Opportunities and Challenges. Abidjan: AfDB. Disponível em: <https://www.afdb.org/>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025.
- Banco de Moçambique. (2024). Relatório sobre a política monetária e a inflação em Moçambique - 2024. Banco de Moçambique. Disponível em <https://www.bancomoc.mz>. Acesso a 14/02/2025, às 10:35hrs.
- Banco de Moçambique (2024). Conjuntura Económica de Moçambique – Relatório Anual 2024. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz>. Acessado a 20/01/2025, às 06:34hrs.
- Banco Mundial. (2024). Business Enabling Environment (BEE): Relatório de Avaliação Global 2024. Banco Mundial. Disponível em: <https://www.worldbank.org/bee>. Acesso a 14/02/2025, às 11:10hrs.
- Banco Mundial (2024). Mozambique Digital Transformation and Innovation Report. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025.
- Banco Mundial (2024). Mozambique Economic Update: Preparing for Recovery. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 06:65hrs.
- Centro de Integridade Pública (CIP). (2016). Os Custos da Corrupção para a Economia Moçambicana. CIP Moçambique. Disponível em: <https://cipmoz.org>. Acesso a 14/01/2025, às 12:20hrs.
- CFMP 2025-2027 (2024). Cenário Fiscal de Médio Prazo para Moçambique (2025-2027). Ministério da Economia e Finanças de Moçambique. Maputo.
- Forbes África Lusófona (2024). Relatório sobre Desenvolvimento Socioeconômico em Moçambique. Disponível em: <https://www.forbesafricalusofona.com>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025.
- Fundação Friedrich Ebert. (2017). Austeridade e recuperação: Experiências internacionais e lições para o Brasil. Fundação Friedrich Ebert. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13751.pdf>, Acessado a 11/02/2025, às 12:25hrs.
- Fundação Heinrich Böll. (2017). Austeridade e regressão de direitos: Impactos das medidas de austeridade sobre os direitos humanos no Brasil. Heinrich Böll Stiftung. Disponível em:
- FMI (2024). Perspectivas Económicas Mundiais: Impactos da Incerteza Cambial em Economias Emergentes. FMI. Disponível em <https://www.imf.org>. Acesso a 13 de Fevereiro de 2025, às 16h45.
- FMI (2024). Mozambique Economic Outlook 2024. Washington, DC: FMI. DOI: 10.5089/9781484324524.002. Acessado a 20 de janeiro de 2025.
- FMI (2024). Relatório de Perspectivas Económicas Mundiais 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025, às 09:32hrs; https://br.boell.org/sites/default/files/publicacao_dhesca_preliminar_2_baixa.pdf, Acessado a 11/02/2025, às 12:21hrs.
- INE (2024). Indicadores Macroeconómicos e Estatísticas de Comércio Externo - 2024. INE Moçambique. Disponível em: <https://www.ine.gov.mz>. Acesso a 14/02/2025, às 14:00hrs.
- RTP (2016, 28 de Junho). Peso da burocracia é factor de corrupção nos negócios em Moçambique. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/mundo/613170>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025.
- ONU. (2025). World Economic Situation and Prospects (WESP). Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/en/desa/wesp/>. Acesso a 14/02/2025, às 15:15hrs.

RFI(2024). Impactos nefastos da corrupção em Moçambique. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/mocambique/20161209-impactos-nefastos-da-corrupcao-em-mocambique>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025.

WEF (2025). Global Risks Report 2025. Genebra: World Economic Forum. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/global-risks-report-2025>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025.

TotalEnergies. (2024). Actualização do projecto de exploração de gás natural em Moçambique. TotalEnergies. Disponível em: <https://www.totalenergies.com>. Acesso a 13/02/2025, às 17:50hrs.

Trading Economics (2024). Mozambique Exchange Rate Report. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/mozambique/currency>. Acessado a 20 de Janeiro de 2025.

United Nations (ONU) (2025). World Economic Situation and Prospects 2025 (WESP). Nova Iorque: Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-2025/>. Acessado a 20/01/2025, às 13:45hrs.

5. RISCOS NA ESTRATÉGIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO: NÃO SERÁ A REPETIÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO DOS SEUS ANTECESSORES SEM RESPALDO NA PRÁTICA?

No seu discurso de tomada de posse, o Presidente da República (PR), Daniel Chapo (DC), dentre vários assuntos que abordou e que servirão de pedra angular para a governação nos próximos 5 anos, destacou o combate à corrupção. Logo no início do discurso DC referiu que pretende combater “[o] uso abusivo de bens públicos, os “funcionários fantasmas” que sugam os recursos do povo, os concursos simulados para favorecer amigos, os cartéis que enriquecem à custa do sofrimento do Povo ...”¹⁰⁵. Chapo, como se observa, apresenta-se bastante preemptório no seu propósito de combater a corrupção. No entanto, do discurso político à prática de actos concretos nesse sentido existe uma grande distância.

Como refere o académico José Jaime Macuane, para que Chapo consiga atingir o desiderato de combater a corrupção deve implodir o sistema e provocar uma verdadeira ruptura dentro da Frelimo¹⁰⁶. A questão que fica é de saber se DC tem capital político e autoridade suficiente para acabar com as redes de corrupção dentro do partido Frelimo.

Os antecessores de Chapo na presidência sempre colocaram o acento tónico no combate à corrupção, mas nunca apresentaram resultados concretos. Ou seja, existe o risco de Chapo seguir os seus antecessores, prometendo combater a corrupção e, de facto, não conseguir alcançar resultados substanciais. Por exemplo, desde 1995, o primeiro ano em que começou a ser publicado o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional, Moçambique nunca conseguiu se classificar pelo menos na média deste índice, que seriam 50 pontos. Sempre esteve abaixo desta média, ou seja, entre os países mais corruptos do mundo. Quer isto significar que, nos sucessivos ciclos de governação do país, desde Joaquim Alberto Chissano até Filipe Jacinto Nyusi, passando por Armando Emílio Guebuza que Moçambique é considerado como um dos países mais corruptos do mundo. A questão que deve ser colocada é: Será que Daniel Chapo vai conseguir mudar esta tendência quase que consolidada?

5.1 Riscos que Daniel Chapo pode enfrentar para o combate à corrupção

Desde a altura da campanha eleitoral que DC promete combater a corrupção. Agora que tomou posse, a primeira acção que devia tomar neste domínio é de liderar esse combate, como sempre se referiu, acrescentando que o faria pelo exemplo. Sendo assim, logo na primeira sessão do Conselho de Ministros, realizada no dia 18/01/2025, DC instou os ministros a fazerem a declaração de bens. Este acto podia ter ganhado contornos de maior seriedade se DC tivesse referido que já teria apresentado a sua declaração de bens ou que seria o primeiro a fazê-lo. Se assim tivesse procedido, DC estaria a sinalizar com um acto concreto o seu discurso de pretender combater a corrupção pelo exemplo, através de um acto concreto que teria repercussão em todos os servidores públicos obrigados por lei a fazer a declaração de bens.

No discurso de tomada de posse, DC apresentou as suas linhas estratégicas para o combate à corrupção. Referir que as ideias apresentadas mostram-se ainda bastante lacunosas no sentido de que precisam de ser melhor explicadas no que diz respeito a forma como serão materializadas no quadro legal e institucional vigente. Noutros casos, essas ideias parecem colidir com o esse mesmo quadro legal e institucional vigente.

¹⁰⁵ Discurso de investidura do 5º Presidente da República de Moçambique, sua excelência Daniel Francisco Chapo - Maputo, 15 de Janeiro de 2025

¹⁰⁶ SAVANA. (13 de Setembro 2024). Combate à corrupção: Chapo precisaria de implodir o sistema e provocar ruptura na Frelimo. Savana disponível em: <https://savana.co.mz/?p=7223> (acessado a 24 de Janeiro de 2025);

5.2 Risco da central de aquisições do Estado (contratação pública) falhar

Trata-se de uma medida virada para o combate à corrupção no processo de contratação pública. O principal risco que pode levar a não concretização desta medida, pelo menos a curto e médio prazo tem que ver com o facto de que, para o efeito, em primeiro lugar, ser necessário criar um regime jurídico específico para o funcionamento dessa central de aquisições e conferir-lhe a necessária autonomia para funcionar sem que existam interferências, principalmente de ordem política e, concretamente, de membros do partido Frelimo¹⁰⁷. Será que Daniel Chapo tem capacidade e autoridade suficiente para iniciar este combate no seio do seu partido?

No entanto, existe o risco de a criação da central de aquisições do Estado não conduzir ou não auxiliar no controlo da corrupção na contratação pública, uma vez que o problema não parece ser de ordem institucional ou legal. É, em termos legais, o decreto sobre as aquisições que tem vindo a ser alterado ao longo do tempo sem que este processo introduza melhorias no combate à corrupção¹⁰⁸.

É também preciso questionar os ganhos que a criação de uma central de aquisições pode trazer para a área da contratação pública, em termos de combater actos de corrupção. É que já existe a Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições (UFSA) a qual compete coordenar e supervisionar todas as actividades relacionadas com a contratação pública, dentre outras competências. Não existirá o risco de repetir um modelo que já se mostrou falhado? Não será preciso questionar o que está a falhar com a UFSA antes de criar uma entidade “quase” similar (é preciso saber o que vai mudar)? Portanto, existe o risco desta medida falhar se não for feito um diagnóstico dos motivos que levam a UFSA a falhar nas suas atribuições e competências.

Um outro risco inerente à criação da central de aquisições do Estado é o potencial desta comprometer o processo de descentralização em curso no país. Até que ponto, uma central baseada na cidade de Maputo irá conseguir coordenar e responder, de forma eficiente e eficaz, às necessidades de aquisições sectoriais dos governos provinciais e distritais? Será que não há riscos a autonomia financeira dos governos provinciais que procuram uma maior descentralização para dar vazão as demandas locais?

Até que ponto o acesso à informação privilegiada sobre as necessidades em bens e serviços do Estado, por parte dos funcionários afectos a esta unidade central de aquisições, não irá criar condições propícias para a centralização da corrupção em actores localizados em Maputo, que eliminam a possibilidade do surgimento e consolidação de um sector empresarial ao nível provincial que presta serviços ao Estado uma vez que potencialmente redes clientelares de empresários e lobistas sediados em Maputo poderão passar a ter acesso e controlo desta central de aquisições?

5.3 Risco de duplicação de órgãos com a criação da Inspeção-geral do Estado

Levanta-se a questão de saber que tipo de órgão será este. Quais serão as suas atribuições e competências? É que já existe a Inspeção-geral da Administração Pública (IGAP)¹⁰⁹. O risco que pode advir é o da duplicação de órgãos com as mesmas, ou quase as mesmas, atribuições e competências. Por isso, poder-se-ia, como forma de até economizar recursos do Estado, acrescer às competências da IGAP (podendo até mudar a sua denominação para Inspeção-geral do Estado), sem necessariamente criar-se mais órgãos públicos, alguns dos quais se acabam tornando irrelevantes.

107 Centro de Integridade Pública. (26 de Agosto de 2013). Elite política moçambicana à “caça” de contratos de prestação de serviços na Indústria Extractiva. CIP disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2013/08/26/elite-politica-moc%CC%A7ambicana-a-cac%CC%A7a-de-contratos-de-prestac%CC%A7a%CC%83o-de-servic%CC%A7os-na-industria-extractiva/> (acessado a 24 de Janeiro de 2025).

108 <https://www.dlapiperfrica.com/pt/mozambique/insights/2022/amendments-to-the-public-procurement-regulation.html>

109 Criada pelo Decreto n.º 24/2020 de 30 de Abril e aprova o Regulamento da Actividade da Inspeção-Geral da Administração Pública

Pensamos, por isso, que a IGAP pode ser transformada no órgão que Daniel Chapo pretende criar porque, analisando as suas atribuições e competências, as duas entidades iriam tratar das mesmas matérias ligadas à promoção da transparência nas entidades públicas. Trata-se, portanto, de uma medida que não traz muita substância para o propósito do combate à corrupção e promoção da transparência na esfera pública.

5.4 Risco de digitalização dos serviços do Estado não ser implementada

A Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública já previa a informatização da função pública¹¹⁰. Significa que não se trata de uma medida pioneira só que nunca foi amplamente cumprida (existem alguns serviços da administração pública informatizados). Há também aqui um risco desta medida voltar a ficar por implementar. Seria necessário, antes, fazer um diagnóstico da situação actual para saber o que é que falhou para que a função pública não esteja toda informatizada. No entanto é preciso desburocratizar e informatizar a Administração Pública no sentido de evitar que funcionários públicos usem da actual situação para a prática de actos de corrupção.

5.5 Risco de o reforço da supervisão das empresas públicas falhar

Trata-se de uma medida que também vai esbarrar com os interesses do partido Frelimo, designadamente dos seus membros. É que as empresas públicas sempre foram usadas pelo partido Frelimo para satisfazer os seus interesses privados e dos seus membros individualmente considerados, retirando fundos do erário¹¹¹. Há, por exemplo, que questionar a necessidade da existência dos chamados ‘administradores não executivos’ em empresas públicas e entidades reguladoras, onde, amiúde, tais cargos são ocupados por membros proeminentes do partido Frelimo, auferindo salários e remunerações bastante altos. Será que Chapo terá legitimidade suficiente para acabar com estas práticas de puro clientelismo no partido Frelimo? A título ilustrativo, Roque Silva, antigo secretário-geral do partido Frelimo, foi nomeado administrador não executivo da HCB¹¹², em substituição de Manuel Tomé, que perdeu a vida e que também foi secretário-geral do partido Frelimo¹¹³. Também existe o caso de Filipe Paúnde,¹¹⁴ que também foi secretário-geral do partido Frelimo, nomeado administrador do Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM), e do finado Fernando Faustino, que foi administrador da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e presidente da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLIN)¹¹⁵, num fenómeno que é designado por “portas giratórias”¹¹⁶. Neste sentido, é de referir que se Chapo pretende combater a falta de transparência, que muitas vezes conduz à corrupção, deve antes criar medidas com vista a separar ‘negócios do Estado’ e os interesses privados do partido Frelimo. Os actos descritos acabam resvalando em situações de falta de ética e de conflito de interesses.

110 Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública (2011-2025) - Aprovada pelo Conselho de Ministros na sua 29ª Sessão Ordinária, de 14 de Agosto de 2012.

111 Rfi. (11 de Outubro de 2022). CIP acusa Frelimo de usar empresas públicas como saco azul. Rfi disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/mo/C3%A7ambiente/20221011-cip-acusa-frelimo-de-usar-empresas-p%C3%BAblicas-como-saco-azul> (24 de Janeiro de 2025);

112 Agência de Informação de Moçambique. (17 de Julho de 2024). Roque Silva indicado administrador não executivo da HCB. AIM disponível em: <https://aimnews.org/2024/07/17/roque-silva-indicado-administrador-nao-executivo-da-hcb/> (24 de Janeiro de 2025);

113 IntegrityMagazine. (14 de Julho de 2024). Roque Silva substitui o falecido Manuel Tomé na função de Administrador não executivo da HCB. Disponível em: <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/29452>

114 <https://cartamz.com/index.php/politica/item/8922-frelimo-nao-abandona-o-job-for-the-boys-filipe-paunde-nomeado-administrador-do-incm> (acessado a 24 de Janeiro de 2025);

115 https://www.cmh.co.mz/images/Relatorio&Contas/Relatorio_&_Contas_AF20.pdf

116 https://www.rtp.pt/noticias/politica/portas-giratorias-um-em-cada-quatro-governantes-portugueses-saiu-da-politica-para-grandes-empresas_v1378710

5.6 Outros riscos que podem contribuir para o fracasso de Daniel Chapo no combate à corrupção

A Estratégia de Prevenção e Combate à Corrupção na Administração Pública - EPCCAP (2023 – 2034) - foi completamente ignorada no discurso de tomada de posse de Daniel Chapo. No entanto, trata-se de um documento que mostra a visão estruturante do país no combate à corrupção e que irá vigorar por 10 anos. Isso justificaria a sua menção por parte de Daniel Chapo. O que se observa é que as medidas referidas por Daniel Chapo para o combate à corrupção não estão previstas na EPCCAP. São medidas soltas que não permitem a sua monitorização, atendendo que não apresentam indicadores e metas para o efeito. Ou seja, há um desalinhamento notório entre a principal medida de combate à corrupção aprovada na anterior governação liderada por Nyusi e a actual. Será que vai investir mais tempo e recursos do Estado na criação de uma nova EPCCAP ou pretende melhorar a já existente?

A questão relacionada com a descontinuidades dos programas e projectos de governos precedentes pelos actuais, mesmo que já tenham sido concebidos e estejam em implementação, deve ser ponderada. Em certos casos, existe a necessidade de haver continuidade, poupando-se dessa forma recursos públicos.

O risco que já se apresenta é de o governo liderado por Daniel Chapo não se estar a identificar com a EPCCAP, o que pode levar a que este não se empenhe na sua implementação, melhoria e monitoria. Contudo, a EPCCAP deveria ser o documento principal do governo de Daniel Chapo na sua pretensão de combater à corrupção.

Outro aspecto que cria grandes expectativas durante a governação de Daniel Chapo está relacionado com a possibilidade da realização do julgamento de Manuel Chang em Moçambique. É que Chang tem cerca de dois anos e meio para cumprir pena nos Estados Unidos da América (EUA)¹¹⁷. Depois será deportado para Moçambique, onde está em tramitação um processo-crime em que foi constituído arguido, relacionado com o caso das ‘dívidas ocultas’. Sendo assim, existe a possibilidade de se criarem entraves políticos para que o julgamento de Chang não aconteça uma vez que o mesmo poderá denunciar factos ainda não conhecidos e que, provavelmente não tenha revelado no julgamento realizado nos EUA, mas que interessam à justiça moçambicana. Este facto poderá testar o compromisso de DC em combater a corrupção uma vez que o poder político é que deverá criar todas as condições para que o julgamento aconteça. Entretanto, como é sabido, o poder político condiciona o judicial¹¹⁸ e o Ministério Público em Moçambique.

No que concerne às acções que têm vindo a ser realizadas para retirar o país da lista cinzenta do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), referir que existe essa possibilidade de saída, prevendo-se que tal se concretize ainda no primeiro trimestre de 2025¹¹⁹, uma vez que já foram cumpridas 25 das 26 recomendações para o efeito¹²⁰. No entanto, existe sempre em potencial o risco de o país voltar a integrar a referida lista se as medidas implementadas não forem consistentes e efectivas para o combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. É que o país, mesmo depois de sair da lista cinzenta será sujeito a monitoria para verificar a efectividade na continuação da implementação dessas medidas. A não acontecer poderá acarretar prejuízos a nível internacional, tanto para empresas como para cidadãos, que poderão ver a suas transacções financeiras sujeitas a um maior escrutínio e consequentes restrições. Recorde-se que Moçambique passou a integrar a lista cinzenta do GAFI em 2022.¹²¹

A actual crise pós-eleitoral trouxe um novo actor que de forma decisiva vem assumindo um papel de destaque na perseguição das pessoas que se opõem ao regime do partido Frelimo no poder, no caso, a Procuradoria-Geral da República (PGR). É que a PGR tem vindo de forma recorrente a ameaçar manifestantes e opositores do regime

117 Rádio Moçambique. (18 de Janeiro de 2025). Manuel Chang condenado a 8 anos nos EUA. RM disponível em: <https://www.rm.co.mz/manuel-chang-condenado-a-8-anos-nos-eua/> (acesso a 24 de Janeiro 2025);

118 <https://www.voaportugues.com/a/mo%C3%A7ambique-presidente-do-supremo-quer-autonomia-financeira-do-sistema-judicial/6806616.html>

119 <https://aimnews.org/2024/11/06/mocambique-podera-sair-da-lista-cinzenta-no-primeiro-trimestre-de-2025/>

120 <https://observador.pt/2025/01/28/mocambique-espera-sair-em-marco-da-lista-cinzenta-de-juridicoes-financeiras/>

121 <https://savana.co.mz/?p=7898>

com a abertura de processos judiciais. Contudo, quando membros das Polícia da República de Moçambique (PRM) cometem crimes de diversa natureza, incluindo homicídios, já não se vê a mesma actuação contundente da PGR contra eles, através da abertura de processos-crime. Esta forma de actuação selectiva da PGR está a levar a que a população retalie contra os agentes da Polícia, o que poderá conduzir a uma situação de anarquia na sociedade. Várias pessoas poderão vir a ser mortas, tanto do lado da Polícia como dos manifestantes. Sendo assim, a PGR, como fiscal da legalidade e defensora dos interesses do Estado, deve adoptar uma conduta em respeito/homenagem ao princípio da legalidade, ou seja, deve perseguir e investigar todos os indícios de crime na mesma proporção e deixar de ser uma extensão do Governo e da PRM. A grande recomendação para Daniel Chapo e para o seu governo é no sentido de já se dever passar dos meros discursos políticos de combate à corrupção para a produção de medidas concretas visando atacar este mal. Mas, sobretudo, é necessário que as medidas que venham a ser tomadas sejam aplicadas de forma rigorosa. Já basta de discursos apelativos no sentido de que se vai combater o fenómeno corruptivo de forma enérgica, sem que na prática nenhuma acção seja tomada. Por esse facto, Daniel Chapo deve, no programa quinquenal do Governo, apresentar medidas com indicadores e metas mensuráveis de modo a que se faça uma monitoria do cumprimento das suas promessas no que concerne ao combate à corrupção.

5.7 Considerações

É corriqueiro quando inicia um novo ciclo de governação que se refira sempre a necessidade de combater à corrupção. No entanto, esse ímpeto inicial nunca se concretizou nos sucessivos governos da Frelimo. A corrupção tem sido um dos grande nós de estrangulamento para o desenvolvimento do país e de forma contínua. Por exemplo, no presente ano, o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional – Corruption Perception Index (2025) – voltou a destacar que o país ficou estagnado em termos de combate à corrupção com relação a 2024, sendo que com relação a 2023, registou uma descida/queda. Ou seja, estes dados mostram que as medidas que alegadamente o Governo está a implementar para combater à corrupção não estão a surtir efeitos. É sábio que a tarefa fundamental de traçar as linhas para combater à corrupção é da responsabilidade do Governo, o que indicia existirem falhas no processo que devem ser acauteladas. Chapo deve passar do discurso político à prática, o que exige do mesmo coragem e capacidade para fazer mudanças a partir de dentro do partido Frelimo, dando exemplos de que mesmo que os envolvidos em casos de corrupção sejam membros do partido que dirige, estes devem ser sancionados de forma exemplar. Ou seja, numa situação em que o partido Frelimo controla o judiciário (procuradorias e tribunais), é fundamental que Chapo confira todos os poderes para que as procuradorias e os tribunais investiguem os casos de corrupção, sem olhar para o estatuto político, social e económico dos acusados. Ou seja, a lei não pode ser aplicada de forma selectiva se, de facto, se pretende combater à corrupção de forma enérgica.

5.8 Referências bibliográficas

Rádio Moçambique. (2025, 18 de Janeiro). Manuel Chang condenado a 8 anos nos EUA. RM disponível em: <https://www.rm.co.mz/manuel-chang-condenado-a-8-anos-nos-eua/> (acesso 24 de Janeiro 2025);

CIP (2023, 26 de Agosto). Elite política moçambicana à “caça” de contratos de prestação de serviços na Indústria Extrativa. CIP disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2013/08/26/elite-politica-moc%CC%A7ambicana-a-cac%CC%A7a-de-contratos-de-prestac%CC%A7a%CC%83o-de-servic%CC%A7os-na-industria-extractiva/> (acessado a 24 de Janeiro de 2025).

Decreto n.º 24/2020 de 30 de Abril e aprova o Regulamento da Actividade da Inspeção-Geral da Administração Pública

Discurso de investidura do 5º Presidente da República de Moçambique, sua excelência Daniel Francisco Chapo - Maputo, 15 de Janeiro de 2025

Savana. (2024, 13 de Setembro). Combate à corrupção: Chapo precisaria de implodir o sistema e provocar ruptura na Frelimo. Savana disponível em: <https://savana.co.mz/?p=7223> (acessado a 24 de Janeiro de 2025);

Integrity Magazine. (2024, 14 de Julho). Roque Silva substitui o falecido Manuel Tomé na função de Administrador não executivo da HCB. Disponível em: <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/29452>; <https://cartamz.com/index.php/politica/item/8922-frelimo-nao-abandona-o-job-for-the-boys-filipe-paunde-nomeado-administrador-do-incm> (acessado a 24 de Janeiro de 2025);

Rfi. (2022, 11 de Outubro). CIP acusa Frelimo de usar empresas públicas como saco azul. Rfi disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20221011-cip-acusa-frelimo-de-usar-empresas-p%C3%BAblicas-como-saco-azul> (24 de Janeiro de 2025);

Agência de Informação de Moçambique. (2024, 17 de Julho). Roque Silva indicado administrador não executivo da HCB. AIM disponível em: <https://aimnews.org/2024/07/17/roque-silva-indicado-administrador-nao-executivo-da-hcb/> (24 de Janeiro de 2025);

Voa (2022, 26 de Outubro). Moçambique: Presidente do “Supremo” quer autonomia financeira do sistema judicial. Disponível em <https://www.voaportugues.com/a/mo%C3%A7ambique-presidente-do-supremo-quer-autonomia-financeira-do-sistema-judicial/6806616.html>

Observador (2025, 28 de Janeiro). Moçambique espera sair em Março da “lista cinzenta” das jurisdições financeiras. Disponível em <https://observador.pt/2025/01/28/mocambique-espera-sair-em-marco-da-lista-cinzenta-de-jurisdicoes-financeiras/>

6. RISCOS DE INTEGRIDADE POLÍTICA NA GOVERNAÇÃO DE DANIEL CHAPO

A tomada de posse de Daniel Chapo como quinto presidente da história de Moçambique inaugura uma nova fase da democracia moçambicana. O acto marcou, também, o clímax da regressão democrática moçambicana, iniciada em 2010, justamente no início do segundo mandato de Armando Guebuza (Intelligence Unit, 2011).

Quando em 2015 Filipe Nyusi toma posse como o quarto presidente da Moçambique, a expectativa era de que fosse capaz de travar a degradação dos valores democráticos que o país tinha acumulado nos passados 25 anos após o início da transição democrática, iniciada em 1990. No entanto, o ano de 2015 marca o retorno do país aos regimes autoritários, deixando de fazer parte da lista das democracias híbridas (Intelligence United, 2016).

Os 10 anos que se seguiram foram de consolidação de autoritarismo do Estado, com a supressão silenciosa dos direitos constitucionais dos cidadãos, sobretudo os direitos às liberdades de manifestação, de expressão, de reunião, entre outros. As comunicações antecipadas para a realização das manifestações foram constantes e persistentemente recusadas. As manifestações pacíficas foram violentamente reprimidas e as eleições foram cada vez mais fraudulentas e violentas. Nesse período, o país testemunhou a fase mais negra da curta história da democracia moçambicana.

A tomada de posse de Daniel Chapo, a 15 de Janeiro do ano em curso, é marcada por contestações violentas dos resultados eleitorais que determinaram a sua ascensão ao poder. Mais de 300 pessoas foram assassinadas pelas forças policiais. O candidato declarado vencido pelo Conselho Constitucional, Venâncio Mondlane, continua com níveis de legitimidade mais altos, do que de Daniel Chapo, o que antevê um mandato ensombrado por possíveis manifestações violentas, convocadas por Venâncio Mondlane.

6.1 Risco de aumento de autoritarismo do Estado

Daniel Chapo ascendeu ao poder através de mecanismos fraudulentos, associados à violência das forças de defesa e segurança, que agem em defesa de interesses partidários em detrimento de republicanos. As promessas de reformas do aparelho estatal, através do qual recebeu toda a socialização política até chegar ao cargo de Presidente da República, podem não ser cumpridas, por duas razões: a primeira é que as decisões governamentais não dependem do Presidente da República, mas da Comissão Política do partido Frelimo, que ele preside a partir de 14 de Fevereiro¹²²; a segunda é que a sua ascensão política deve-se, em grande parte, a mecanismos fraudulentos usados através da máquina do Estado, sem a qual o poder do partido que ele dirige a partir de 14 de Fevereiro é residual.

As manifestações pós-eleitorais violentas vieram destapar o défice de legitimidade da Frelimo e do seu candidato, como consequência das eleições fraudulentas em que foram declarados vencedores pelo Conselho Constitucional. Aparentemente, a maioria dos cidadãos reconhece o candidato da oposição, Venâncio Mondlane como legítimo vencedor. Este dilema constitui um risco político elevado para a governação de Chapo. Nos próximos cinco anos, Venâncio Mondlane poderá, sempre que julgar conveniente, usar da legitimidade popular para convocar manifestação ou desestabilizar a governação de Daniel Chapo.

As manifestações poderão obrigar Daniel Chapo a recorrer a meios coercivos como as forças de defesa e segurança para reprimir os contestatários e eliminar os líderes das manifestações, como está a acontecer agora em todo o país¹²³. Aliás, recentemente, em entrevista à cadeia televisão Portuguesa, Daniel Chapo mostrou um desconforto em relação à possibilidade de um governo-sombra que Venâncio Mondlane pretende criar. Deixou claro que em Moçambique

¹²² O partido Frelimo realizou a sessão extraordinária do Comité Central onde Filipe Nyusi irá renunciar o cargo do Presidente do partido e Daniel Chapo irá assumir o cargo, acumulando com o de Presidente da República.

¹²³ Os membros do partido PODEMOS, que lideraram as manifestações durante três meses (21 de Outubro a 16 de Janeiro), muito próximos de Venâncio Mondlane, estão a ser caçados e eliminados clandestinamente.

ele é o único Presidente da República. Só ele forma o Governo e é ele “o comandante em chefe das forças de defesa e segurança e o garante do cumprimento da Constituição da República de Moçambique”.

No dia 24 de Fevereiro passado, Daniel Chapo veio dar indicações de que poderá recorrer ao autoritarismo do Estado para governar ao afirmar, em pleno Comício popular em Cabo Delgado que: “Tal como estamos a combater o terrorismo e há jovens que estão a derramar o seu sangue para a integridade territorial de Moçambique, para a soberania de Moçambique, para manter a nossa independência, aqui em Cabo Delgado, mesmo se for para jorrar o sangue para defender esta pátria contra manifestações, vamos jorrar sangue. Vamos combater o terrorismo, vamos combater os Naparramas e vamos combater manifestações”¹²⁴.

O risco de Daniel Chapo aumentar os níveis de autoritarismo como forma de governar e manter o poder em contexto de baixa legitimidade de Chapo é muito provável de se concretizar, sobretudo no contexto actual em que o Estado está falido. O Estado não tem disponibilidade financeira para realizar massivos investimentos públicos em sectores estratégicos, tais como a educação, saúde, infra-estruturas; para realizar melhorias salariais na função pública e alavancar a economia de modo a criar mais oportunidades de emprego, aspectos que possibilitassem ganhar alguma simpatia na sociedade.

Para que este risco não ocorra é imprescindível que o Presidente Daniel Chapo recupere a legitimidade perdida nas eleições de 9 de Outubro. Isso só é possível através da adopção de uma governação responsável, colocando o interesse nacional acima de interesses individuais ou grupais. Porém, a adopção de política ou governação responsável impõe que dirigentes tomem medidas que vão ao encontro das expectativas dos cidadãos. Para isso é indispensável que se observem altos padrões de ética e de integridade política, que enfatizam a necessidade de os governantes fazerem julgamentos morais e éticos sobre a relevância das suas decisões para os cidadãos.

A referência às suas funções de comandante das forças da defesa e segurança e de garante do cumprimento da Constituição parece um recado cristalino a Venâncio Mondlane de que ele, Daniel Chapo, irá, sempre que se justificar, recorrer a meios coercivos para impor a ordem constitucional.

6.2 Risco de surgimento de nova rede clientelista

Tradicionalmente os governos da Frelimo, após o início de transição democrática em 1990, são caracterizados pela emergência, em cada início de governação, de uma nova rede e estrutura clientelista, constituída por novos actores em volta do “big man”. Esta rede é responsável por distribuir concursos públicos, licenças de concessão mineiras e negócios de Estado em troca de lealdade. Emergem, igualmente, novos actores de corrupção, mas também muitos outros conseguem transitar de governação em governação, consolidando os seus tentáculos no Estado.

Entre os actores que poderão emergir e os que poderão consolidar os seus tentáculos há nacionais e estrangeiros. Enquanto os actores nacionais poderão concentrar-se nos concursos públicos, licenças de concessão, corrupção e intermediação de negócios ilícitos, lobby; os intervenientes estrangeiros, maioritariamente asiáticos, com destaque para chineses, poderão destacar-se na pilhagem de recursos naturais, pedras preciosas, madeiras e contratos com Estado. Os outros actores asiáticos poderão concentrar-se em negócios ilícitos sob intermediação de moçambicanos com destaque para o tráfico de drogas e de pedras preciosas. Parte destes actores podem ter financiado a campanha eleitoral da Frelimo e de Chapo, em claro clientelismo eleitoral.

Por clientelismo eleitoral refere-se ao acto em que um empresário ou político dá todo o seu apoio para conferir uma certa vantagem a alguém de fraco poder, concorrente à eleição, na expectativa de que, ao alcançar a vitória, lhe retribuirá os favores, através de contratos chorudos de prestação de serviços, ocupação de cargos políticos, encobrimento de crimes que outrora cometera ou outros (Levieque, 2024: 64).

¹²⁴ Discurso de Daniel Chapo transmitido em directo pela Televisão de Moçambique a 24 de Fevereiro de 2025, em Pemba, capital de Cabo Delgado.

Um dos exemplos de clientelismo eleitoral é o caso das dívidas ocultas. A Frelimo e o seu candidato Filipe Nyusi receberam da Privinvest 10 milhões e 1 milhão de dólares americanos, respectivamente, para a campanha eleitoral em 2014¹²⁵, e das isenções aduaneiras que a Frelimo atribuía aos empresários de Nacala-Porto por terem financiado as eleições de 2009¹²⁶.

No seu livro *Os Riscos do Sistema Político*, Macuácu (2023) alerta para a existência do risco de captura do Estado através do financiamento aos partidos políticos pelos agentes económicos. Este risco é real na medida em que as campanhas eleitorais da Frelimo são financiados por diversos actores, entre contrabandistas de madeiras como ficou evidenciado em estudo do CIP em 2014¹²⁷.

6.3 Risco de bloqueios da Comissão Política

A Comissão Política do partido Frelimo constitui um sério risco de governação de Daniel Chapo na medida em que pode bloquear as decisões do Governo. Compete a este órgão orientar o Governo, o que significa que o Presidente da República recebe instruções da Comissão Política sobre as medidas a implementar na governação. A inexistência de autonomia decisória do Presidente da República na governação do país expõe-no ao risco de bloqueios políticos dentro do seu partido, impedindo-o de tomar medidas para a solução dos problemas dos cidadãos.

Em entrevista ao jornal *O País*, em 2012, o então secretário-geral da Frelimo foi claro em relação à supremacia do partido sobre o Governo: “o partido é que orienta o Governo. (...) O presidente receberá instruções da Comissão Política, ele irá implementá-las na Presidência (da República)”¹²⁸.

Por exemplo, Daniel Chapo só conseguiu completar a nomeação dos ministros para o seu governo 15 dias após a tomada de posse. Os primeiros 12 ministros foram nomeados a 17 de Janeiro, dois dias após a sua tomada de posse¹²⁹. Ainda faltava por nomear seis ministros. As dificuldades de nomear ministros podem estar relacionados com o bloqueio que a Comissão Política da Frelimo possa estar a fazer às propostas de Daniel Chapo, pois compete a este órgão pronunciar-se sobre a composição do Governo da Frelimo¹³⁰.

A Comissão Política da Frelimo é um órgão composto por 21 membros, cada um com seus interesses. A actual Comissão Política foi constituída por Filipe Nyusi, o que significa que a governação de Daniel Chapo pode estar refém de vários interesses desses membros, a maioria leal ao anterior presidente da Frelimo e da República.

125 CIP (2017). Partido Frelimo recebeu 10 milhões de dólares das dívidas ocultas. Disponível em <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/10/di%CC%81vidas-ocultas-.pdf> (acessado a 23 de Janeiro de 2025).

126 Nhamire, B. & Mabunda, L. (2014). Isenções Aduaneiras do partido Frelimo: Carta do Comité Central confirma negócio ilícito do partido no poder. Disponível em https://macua.blogs.com/files/cip-a_transparencia_07.2014.pdf [acessado a 22.01.2025]

127 Mabunda, L. (2014). Partido Frelimo financia-se com dinheiro de contrabando de madeira na Zambézia. <https://www.cipmoz.org/pt/2014/10/18/partido-frelimo-financia-se-com-dinheiro-de-contrabando-de-madeira-na-zambezia/> [acessado a 24.01. 2025]

128 Mabunda, L. (2012, 6 de Agosto). O que há de errado na recandidatura de Guebuza à presidência do partido? Disponível em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/08/o-que-h%C3%A1-de-errado-na-recandidatura-de-guebuza-%C3%A0-presid%C3%Aancia-do-partido.html (acessado em 23 de Janeiro de 2025) e pode ver-se o artigo 76, no2, alínea a) dos Estatutos da Frelimo. Disponíveis em https://www.frelimo.org.mz/wp-content/uploads/2023/10/estatudo_do_partido_06_02_23.pdf (acedido a 22 de Janeiro de 2025)

129 Esta informação pode ser consultada em <https://www.presidencia.gov.mz/por/Actualidade/Presidente-da-Republica-nomeia-Primeiro-Ministro-e-membros-do-governo> (consultada a 22 de Janeiro de 2025).

130 Artigo 76, alínea q) dos estatutos do partido Frelimo. Disponíveis em https://www.frelimo.org.mz/wp-content/uploads/2023/10/estatudo_do_partido_06_02_23.pdf (acedido a 22 de Janeiro de 2025)

6.4 Risco de fuga de investidores, do aumento de desemprego e da pobreza devido à instabilidade política e social

As manifestações pós-eleitorais resultaram na destruição do tecido empresarial, sobretudo nas cidades de Maputo e Matola. Até ao início de Fevereiro diversas cadeias de comercialização de produtos, com maior destaque para os de primeira necessidade, ainda não tinham sido reabertas. Os exemplos são as cadeias de comercialização de bens de consumo a preços relativamente acessíveis como o grupo de supermercados Recheio. A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) estima que cerca de 40% do tecido industrial do país foi vandalizado, com prejuízos avaliados 32.2 mil milhões de meticais e 16.4 mil cidadãos perderam empregos¹³¹. A maioria dos danos ocorreu na província de Maputo, afectando significativamente o sector industrial.¹³² As destruições conduziram ao desemprego 12 mil cidadãos. O número poderá atingir, segundo a CTA, os 500 mil desempregados como resultado de destruições ou abandono de investidores. O desemprego irá reflectir-se no aumento dos níveis de pobreza dado que milhares de famílias poderão passar a estar privadas de receitas para cobrir as suas despesas.

Há relatos de que alguns investidores abandonaram o país, desistindo de continuar a investir no país devido à prevalência de alto risco de instabilidade. Há receio de que possíveis novas manifestações venham provocar prejuízos incalculáveis ao nível do sector privado. Moçambique tornou-se, para os investidores directos estrangeiros, um país de risco político e social elevado, tornando-o não recomendável para investimentos estrangeiros.

Recentemente os governos dos Estados Unidos de América e do Reino Unido publicaram uma nota aos seus cidadãos considerando Moçambique um país de elevado risco para a realização de viagens¹³³.

A solução para a estabilização política e social passa por uma governação não apenas responsiva, como também de diálogo sério e genuíno com as outras forças políticas nacionais. Entretanto isso não está a acontecer uma vez que Daniel Chapo prefere ignorar por completo o estabelecimento de uma plataforma de diálogo com Venâncio Mondlane, preferindo sentar-se à mesa com actores politicamente irrelevantes no que diz respeito a mobilização de massas, tais como, Albino Forquilha, Ossufo Momade, Lutero Simango e Salomão Muchanga.

O arrastamento deste clima de indefinição política, devido ausência deste diálogo político, não é bom para o restabelecimento da confiança dos investidores, quer sejam nacionais ou estrangeiros. Empresas, famílias e indivíduos, todos têm receio do clima de incerteza, protelando investimentos estruturantes num cenário de incerteza.

As reformas políticas anunciadas devem levar à despartidarização do Estado e à sua democratização, tornando-o num Estado republicano em que o interesse nacional prevaleça sempre sobre o interesse particular ou partidário. A governação deve colocar o interesse nacional acima dos interesses particulares, o que fará com que os moçambicanos se sintam incluídos no novo projecto nacional. O sentimento de pertença poderá reduzir o risco de destruição dos bens, incluindo públicos.

A atracção de investimento directo estrangeiro, que se reflectirá no aumento de emprego, passa pela criação de um ambiente favorável, estável e de confiança para investidores.

131 CTA (2025, 20 de Fevereiro). Relatório Índice de robustez empresarial IV Trimestre: Crise pós eleitoral abala desempenho empresarial. Maputo: CTA.

132 Integrity Magazine (2024, 30 de Dezembro). “Manifestações pós-eleitorais deixam 12 mil moçambicanos desempregados”, afirma CTA. Disponível em <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/36474> (acessado a 30 de Janeiro de 2025).

133 Visão Moçambique (2025, 14 de Fevereiro). EUA e Reino Unidos desaconselham viagens a Moçambique devido a risco de segurança. Disponível em <https://jornalvisaomoz.com/eua-e-reino-unido-desaconselham-viagens-a-mocambique-devido-a-riscos-de-seguranca/> (acessado a 17 de Fevereiro de 2025).

6.5 Risco de aumento de desconfiança dos cidadãos às instituições públicas

As instituições públicas moçambicanas padecem de crise de falta de confiança dos cidadãos. As evidências foram vistas aquando das confrontações dos cidadãos manifestantes contra a Polícia, com destruição de esquadras, na vandalização de escolas, centros de saúde e outros serviços públicos. Quando um cidadão se rebela contra instituições públicas está a emitir a mensagem de total ausência de confiança sobre elas porque não lhes beneficiam. Um dos principais factores apontados como responsável pela desconfiança dos cidadãos em relação às instituições públicas é a corrupção. E para o caso de Moçambique acrescentam-se o clientelismo e a sua partidarização.

Os cidadãos passaram a não se identificar com as instituições alegadamente por servirem aos que nelas trabalham e aos políticos que governam. As instituições públicas são vistas como sendo do partido Frelimo. Para o cidadão destruir instituição pública parece ter o mesmo significado que destruir uma sede do partido Frelimo.

A contínua ausência de confiança em instituições públicas aumentará o risco de confrontações violentas que poderão resultar, muitas vezes, em paralisações, destruições de instituições e perseguições a funcionários públicos nos bairros, sobretudo a elementos da Polícia.

Para que esse risco seja reduzido ou eliminado é preciso que se invista na imposição de observância de ética e da moralização das instituições de modo que os cidadãos se sintam também proprietários dos mesmos. Os serviços públicos devem beneficiar, em primeiro lugar, o cidadão.

Aliás, a suposição é de que a confiança em instituição se traduza na expectativa pública quanto à probabilidade de que o sistema político produzirá os resultados esperados e preferidos pelos cidadãos. Ou seja, a confiança em instituições envolve a crença na probabilidade de os membros da comunidade política poderem obter do sistema político os resultados preferidos por eles se e quando as instituições cumprirem as expectativas públicas a seu respeito (Moisés, 2010:11-12).

Segundo Moisés (2010), a desconfiança dos cidadãos em relação às instituições reduz o seu compromisso de cooperarem com elas e aumenta o risco de ignorarem as leis e as normas que regulam o funcionamento do Estado. Quer dizer, a percepção e a expectativa pública de que as instituições irão cumprir com as funções que lhes foram atribuídas reduz o risco de conflitualidade e de violência dentro de um Estado. O governo de Chapo tem a dura missão de criar nos cidadãos esta expectativa e crença de modo a evitar conflitos. Para isso a Polícia deve agir de forma republicana e não partidária, abstendo-se de sequestrar e assassinar apoiantes de Venâncio Mondlane.

6.6 Risco de surgimento de grupos armados descontrolados

Cabo Delgado é hoje uma província devastada pelo terrorismo, que eclodiu há quase 8 anos. As manifestações pós-eleitorais criaram condições para o potencial de surgimento de grupos armados descontrolados. Nas províncias de Nampula e Zambézia, sobretudo nos distritos de Ribáuè e Morrumbala, respectivamente, tem havido circulação e ataques de milícias tradicionais, denominados Naparamas¹³⁴.

Em resposta, as forças armadas têm-se desdobrando na perseguição e combate a estes grupos cujas motivações ainda são desconhecidas. Poderão não estar relacionadas com as manifestações contra as fraudes eleitorais. Aparentemente o grupo não tem nenhuma ligação com a Renamo.

Outro facto a não descurar é que a Renamo pode ainda constituir uma fonte de instabilidade política em Moçambique. A crise interna que se verifica no partido, associada ao deficiente processo de desmobilização, poderá constituir uma

134 Carta de Moçambique (2025, 3 de Fevereiro). Tensão pós-eleitoral: Morrumbala volta a ser palco de terror e... Manuel de Araújo culpa PRM e SERNIC. Disponível <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/18628-tensao-pos-eleitoral-morrumbala-volta-ser-palco-de-terror-e-manuel-de-araujo-culpa-prm-e-sernic> (acessado a 30 de Janeiro de 2025).

real fonte de instabilidade nas regiões centro e norte do país.

Daniel Chapo terá a missão de resolver todos estes focos de tensão, mediante uma governação responsável que privilegie a inclusão. A continuação de políticas exclusivistas, clientelistas e corruptas só levará o país a vários conflitos de desestabilização.

6.7 Considerações finais

No cômputo geral, Daniel Chapo vai ter uma governação difícil em contexto de ausência de legitimidade do seu governo, como consequência da forma como ganhou as eleições e da crise de confiança dos cidadãos em relação às instituições públicas: corruptas, fracas e politizadas.

A ausência de expectativas de que as instituições poderão cumprir com as suas atribuições, em virtude de estarem partidárias, poderá aumentar o risco de conflitos e de violência contra elas.

Os conflitos internos pelo controlo da rede clientelista que gere os grandes negócios do Estado poderão entrar e anular quaisquer vontades de Daniel Chapo de reformar o sistema político de modo a credibilizar as instituições públicas, num contexto em que ele tem a plena noção de quem são os indivíduos e grupos a quem deve retribuir pelo facto de o terem colocado no poder de forma fraudulenta.

A estabilidade política e social em Moçambique depende da resposta que Daniel Chapo for dar, através de decisões políticas responsáveis para devolver aos cidadãos a crença de que as instituições trabalharão para eles.

6.8 Referências bibliográficas

Carta de Moçambique (2025, 3 de Fevereiro). Tensão pós-eleitoral: Morrumbala volta a ser palco de terror e... Manuel de Araújo culpa PRM e SERNIC. Disponível <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/18628-tensao-pos-eleitoral-morrumbala-volta-ser-palco-de-terror-e-manuel-de-araujo-culpa-prm-e-sernic> (acessado a 30 de Janeiro de 2025).

Carta de Moçambique (2025, 3 de Fevereiro). Tensão pós-eleitoral: Morrumbala volta a ser palco de terror e... Manuel de Araújo culpa PRM e SERNIC. Disponível <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/18628-tensao-pos-eleitoral-morrumbala-volta-ser-palco-de-terror-e-manuel-de-araujo-culpa-prm-e-sernic> (acessado a 30 de Janeiro de 2025).

CIP (2017). Partido Frelimo recebeu 10 milhões de dólares das dívidas ocultas. Disponível em <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/10/di%CC%81vidas-ocultas-.pdf> (acessado a 23 de Janeiro de 2025).

Frelimo (2023, 6 de Fevereiro). Estatutos do partido Frelimo. Disponíveis em https://www.frelimo.org.mz/wp-content/uploads/2023/10/estado_do_partido_06_02_23.pdf (acedido a 22 de Janeiro de 2025)

Integrity Magazine (2024, 30 de Dezembro). “Manifestações pós-eleitorais deixam 12 mil moçambicanos desempregados”, afirma CTA. Disponível em <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/36474> (acessado a 30 de Janeiro de 2025).

Intelligence Unit (2012). Democracy Index 2011: Democracy under stress. Disponível em https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2011.

Intelligence Unit (2016). Democracy Index 2015. Revenge of the “deplorables”. Acessível em https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2016.

Lavieque, A (2024). Os desvaneios de um agente eleitoral em Moçambique. Maputo: Publifix Edições.

Mabunda, L. (2014). Partido Frelimo financia-se com dinheiro de contrabando de madeira na Zambézia. <https://www.cipmoz.org/pt/2014/10/18/partido-frelimo-financia-se-com-dinheiro-de-contrabando-de-madeira-na-zambezia/> [acessado a 24.01. 2025]

Mabunda, L. (2012, 6 de Agosto). O que há de errado na recandidatura de Guebuza à presidência do partido? Disponível em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/08/o-que-h%C3%A1-de-errado-na-recandidatura-de-guebuza-%C3%A0-presid%C3%Aancia-do-partido.html (acessado a 23 de Janeiro de 2025)

Macuácuá, E. (2023). Riscos do sistema político Moçambicano. Maputo: Escolar Editora.

Moisés, J. (2010). Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp.

Nhamire, B. & Mabunda, L. (2014). Isenções Aduaneiras do partido Frelimo: Carta do Comité Central confirma negócio ilícito do partido no poder. Disponível em https://macua.blogs.com/files/cip-a_transparencia_07.2014.pdf [acessado a 22.01.2025]

Presidência da República (2025, 18 de Janeiro). Presidente da República nomeia Primeiro-Ministro e membros do Governo. Disponível em <https://www.presidencia.gov.mz/por/Actualidade/Presidente-da-Republica-nomeia-Primeiro-Ministro-e-membros-do-governo> (consultada a 22 de Janeiro de 2025).

Visão Moçambique (2025, 14 de Fevereiro). EUA e Reino Unido desaconselham viagens a Moçambique devido a risco de segurança. Disponível em <https://jornalvisaomoz.com/eua-e-reino-unido-desaconselham-viagens-a-mocambique-devido-a-riscos-de-seguranca/> (acessado a 17 de Fevereiro de 2025).

7. RISCOS INSTITUCIONAIS NA GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZADA PROVINCIAL E MUNICIPAL

7.1 Riscos de continuidade das “guerras de protagonismo” entre o Governador de Província e o Secretário de Estado na Província

Durante o primeiro ciclo de implementação da governação descentralizada provincial (2020-2024) o Governo não operou revisões sobre a legislação que pudesse resolver de forma cabal o problema do conflito de competências e atribuições entre as os serviços de representação de Estado na província, chefiadas pelo secretário de Estado, e as direcções provinciais, estas últimas chefiadas pelo governador de província eleito.

Assim, a se manter a legislação em vigor desde 2020, há riscos de o novo ciclo de governação descentralizada provincial (2025-2029) enfrentar a mesma “guerra de protagonismo” na gestão e na condução dos destinos da província, entre o governador de província e o secretário de Estado, provocando alguma ingovernabilidade a nível da província, conforme apontaram os vários estudos realizados durante o referido período¹³⁵.

Como forma de mitigar este risco, é urgente a revisão dos instrumentos normativos aprovados e concebidos pelo Governo, que fixam as competências dos órgãos acima referidos, designadamente os Decretos n.ºs 63 e 64/2020, de 7 de Agosto¹³⁶. Desta forma, torna-se necessário que o secretário de Estado exerça somente as funções exclusivas e de soberania (conforme os artigos 141 e 268, n.º 2 da CRM), reservando-se todas as funções executivas para o governador de província (conforme os artigos 279 e 280 da CRM).

Daniel Chapo, actual Presidente da República, também se referiu a esse exercício como uma das suas prioridades, na sequência do seu discurso de investidura ao cargo no dia 15 de Janeiro, ao afirmar que o secretário de Estado na província ficará, apenas, com as funções de fiscalização e monitoria dos interesses centrais do Estado na província¹³⁷.

Com efeito, a Comissão de Reflexão sobre o Modelo de Descentralização (CREMOD), criada pelo Governo em Julho de 2023¹³⁸ com vista a estudar fórmulas de ultrapassar os dilemas resultantes da implementação do novo modelo de descentralização, deverá ser um recurso importante para resolver esta importante questão.

7.2 Riscos de incumprimento das promessas feitas durante a campanha eleitoral

Diferentemente do que acontece com o caso das autarquias locais, o regime financeiro e fiscal dos governos descentralizados provinciais não se encontra regulamentado. Embora a Lei n.º. 16/2019, de 24 de Setembro, que define o regime financeiro e patrimonial dos órgãos de governação provincial, aponte como fontes de financiamento as taxas por licenças concedidas e pela prestação de serviços, de multas, de rendimentos que resultem de serviços administrativos e de transferências financeiras do Estado¹³⁹, a verdade é que decorridos 6 anos após a sua aprovação, não foi criado um instrumento que regulasse estas matérias, como, por exemplo, a concepção de um Código Tributário/Fiscal Provincial.

A contínua falta de regulamentação do sistema tributário ou fiscal próprio da província pode representar uma limitação no cumprimento dos programas políticos de governação do executivo provincial, conforme se assistiu no quinquénio passado. Durante o mandato passado (2020-2024), os governos descentralizados financiavam-se somente das transferências do Governo central¹⁴⁰, o que, em certa medida, compromete o cumprimento de promessas

135 Maússe, I. (2024, 23 de Maio). Governação Descentralizada Provincial: 4 anos após implementação, Serviços e Direcções Provinciais permanecem com competências concorrentes. In Centro de Integridade Pública (CIP). Disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2024/05/23/governacao-descentralizada-provincial-4-anos-apos-implementacao-servicos-e-direccoes-provinciais-permanecem-com-competencias-concorrentes/>, consultado a 10 de Janeiro 2025.

136 Que regulamentam, respectivamente, a Lei n.º 7/2019, de 31 de Maio, que estabelece o quadro legal de organização e funcionamento dos órgãos de representação do Estado na Província, e a Lei n.º 4/2019, de 31 de Maio, que estabelece o quadro legal dos princípios, normas e competências dos órgãos executivos dos órgãos de governação descentralizada provincial.

137 Discurso de Investidura do 5.º Presidente da República de Moçambique, Maputo, 2024. p. 9.

138 Criada pela Resolução n.º 21/2023, de 17 de Julho.

139 A lei dá um conceito genérico de receitas próprias, sem ter em conta se a sua obtenção depende ou não do esforço de entidade beneficiária, o que resulta que, tanto o produto das transferências do estado como de legados, heranças e outros, constituem receita própria. Assim, segundo o artigo 15 da Lei n.º 16/2019, de 24 de Setembro, são receitas próprias dos OGDP: (1) o produto de cobrança de taxas por licenças concedidas, (2) o produto de taxas resultantes da prestação de serviços, (3) o produto de multas definidas por lei, regulamentos ou posturas, (4) produto de legados, doações e outras liberalidades, (5) rendimento de serviços administrados em concessão ou exploração, (6) rendimento de bens e direitos próprios, moveis e imoveis em concessão ou exploração, (7) produto de alienação, abate de bens e direitos próprios, (8) transferências financeiras do Estado.

140 O Relatório da extinta CRED – Comissão de Reflexão sobre a Viabilidade das Eleições Distritais em 2024, apontou que com a implantação de descentralização provincial levou a um aumento das despesas de funcionamento nas províncias em mais de 7,8 mil milhões de MT entre o ano 2019 e 2023. Estas despesas acrescidas das outras despesas que estão a cargo do nível central, como é o caso de alguns investimentos e parte dos salários dos OGDP, têm sufocado as contas

de resolução dos problemas dos cidadãos locais¹⁴¹.

Assim, como forma de mitigar este risco, é urgente a regulamentação do regime tributário dos órgãos executivos da governação descentralizada, uma vez que a sua ausência torna estes órgãos quase totalmente dependes dos fundos do paco Orçamento de Estado¹⁴².

A concepção desse regime permitiria o estabelecimento claro das fontes de financiamento dos governos descentralizados provinciais, o cumprimento dos seus programas de governação, criando alguma independência financeira do Governo central. Seria igualmente útil que os próximos Relatórios Trimestrais de Progresso submetidos pela CREMOD ao Conselho de Ministros, conforme a resolução que a cria¹⁴³, apontassem saídas ao problema.

7.3 Riscos de a CREMOD terminar mandato sem Relatório consensual, sólido e harmonizado sobre Modelo de Descentralização

Através da Resolução n.º 21/2023, de 17 de Julho, do Conselho de Ministros, foi criada a CREMOD com o objectivo de conceber propostas para suprir os principais dilemas do actual modelo de descentralização, iniciado com a revisão constitucional de 2018¹⁴⁴. A CREMOD vai, este ano (2025), para o seu segundo e último mandato. Até ao momento apenas submeteu dois Relatórios Trimestrais de Progresso dos seis que já devia ter submetido, pelo menos em conformidade com o n.º 1 do artigo 9 da referida Resolução.

Além disso, nenhum dos dois Relatórios Trimestrais de Progressos, até aqui submetidos pela CREMOD ao Conselho de Ministros, foi a debate público. Ou seja, tanto o conteúdo do primeiro como do segundo relatório permanece em “segredo” entre os membros da Comissão e o Governo do Presidente Filipe Nyusi que, recentemente, cessou funções.

A falta de publicação destes relatórios, marcada pela ausência de abertura para a discussão dos resultados preliminarmente por ela trazidos, pode colocar em causa, não só a relevância da criação da CREMOD, mas também a credibilidade, consensualidade e solidez do resultado que esta Comissão trará no contexto do fim de seu mandato em Julho próximo¹⁴⁵.

Perante o cenário aqui apresentado, conforme o estudo desenvolvido pelo Centro de Integridade Pública (CIP)¹⁴⁶, há riscos de a CREMOD findar o seu mandato de dois anos em Julho sem que tenha resolvido os prementes constrangimentos que marcam o modelo actual de descentralização vigente no país, desde Janeiro de 2020, com destaque para:

- (I) a sobreposição de competências e atribuições entre os Órgãos de Representação do Estado na Província e os Órgãos de Governação Descentralizada Provincial;
- (II) a falta de clareza sobre os critérios de alocação do orçamento para cada província;
- (III) a ausência de regulamentação do regime fiscal próprio que se aplique ao novo modelo de governação descentralizada. Por causa disso, governos provinciais eleitos sobrevivem com base em fundos transferidos pelo Governo central; e
- (IV) a concepção de soluções frágeis que não respondam perfeitamente aos problemas que enfermam o actual modelo de descentralização, podendo, inclusivamente, ser fonte geradora de outro tipo de constrangimentos a se registarem neste novo ciclo de governação.

públicas (Vide Relatório da CRED, Maputo, Abril de 2023, pp. 13 e 14).

141 Artigo 267, n.º 1 da CRM.

142 A dependência financeira dos órgãos de governação descentralizada provincial embaraça as contas públicas centrais e num contexto em que o governo central se ressent de um défice no Orçamento do Estado, considerando os atrasos no pagamento de salários na função pública, atrasos no pagamento das horas extraordinárias e sérias dúvidas no pagamento do décimo terceiro salário, etc., que já resultaram em manifestações e greves na função pública (Carta (2023, 7 de Dezembro). Governo apresenta Orçamento para 2024 com défice de 2.5 biliões de USD. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/15512-governo-apresenta-orcamento-para-2024-com-defice-de-2-5-biloes-de-usd>, consultado a 23 de Janeiro de 2025; vide, também, DW (2025, 17 de Janeiro). Greve da função pública em Moçambique por 13.º salário. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/greve-da-fun%C3%A7%C3%A3o-p%C3%ABblica-em-mo%C3%A7ambique-por-13%C2%BA-sal%C3%A1rio/a-71330755>, consultado a 23 de Janeiro de 2025).

143 Vide n.º 1 do artigo 9 da Resolução n.º 21/2023, de 17 de Julho, do Conselho de Ministros.

144 Lei n.º 1/2018, de 12 de Junho.

145 De acordo com o n.º 2 do artigo 9 da Resolução que a cria, Resolução n.º 21/2023, de 17 de Julho, “[a] CREMOD deve ainda, no fim do prazo do mandato, apresentar um relatório final com as principais constatações e recomendações”.

146 Maússe, I. (2024, 27 de Novembro). A menos de dois meses do fim de mandato: Governo mantém em profundo “segredo” as conclusões preliminares sobre o modelo de descentralização proposto pela CREMOD, In Centro de Integridade Pública (CIP). Disponível em: <https://www.cipmoz.org/en/2024/11/27/a-menos-de-dois-meses-do-fim-de-mandato-governo-mantem-em-profundo-segredo-as-conclusoes-preliminares-sobre-o-modelo-de-descentralizacao-proposto-pela-cremod/>, consultado a 22 de Janeiro de 2025.

Como forma de mitigar este risco, é preciso que o Governo chefiado por Daniel Chapo se abra para discutir publicamente os resultados preliminares a que a CREMOD conseguiu chegar até a este momento. Isto permitirá que os mesmos sejam escrutinados por vários actores sociais, podendo sugerir recomendações de melhorias visando a concepção de um modelo de descentralização que seja marcadamente consensual, sustentável, harmonioso e duradouro. Combinada à medida, pode-se estudar a possível extensão do mandato da CREMOD para que traga mais subsídio para o processo de descentralização.

7.4 Riscos de ocorrência de deficiência na provisão de serviços públicos pelas entidades descentralizadas

O período após as eleições gerais de 9 de Outubro de 2024, particularmente a partir do anúncio dos resultados eleitorais pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) no dia 24 de Outubro, foi marcado por uma onda de manifestações e protestos que terminaram em vandalismo, destruição de infraestruturas diversas, entre públicas e privadas. Durante o mesmo período, alguns estabelecimentos comerciais geradores de receitas fiscais às autoridades provinciais e municipais, no contexto da descentralização, ficaram encerrados¹⁴⁷.

Vale também referir que, embora as 25 medidas a vigorar pelos próximos 100 dias, contados a partir de 17 de Janeiro, recentemente anunciadas por Venâncio Mondlane¹⁴⁸ – candidato presidencial derrotado nas últimas eleições presidenciais – não se refiram à subtração ao pagamento de taxas e impostos a favor das entidades descentralizadas, é caso para dizer que, do ponto de vista hipotético, a manter-se a tensão pós-eleitoral há riscos dessas medidas progredirem para abranger fontes de receita destas entidades.

Esse risco, caso se efective, poderá colocar constrangimentos sobre a governação descentralizada, tornando-a, até certo ponto, incapaz de garantir a provisão de determinados serviços públicos essenciais, cuja materialização é muito dependente das fontes de financiamento destas entidades que se debatem com a falta de capital para cobrir as suas despesas, a destacar salários, água, luz, combustível, etc¹⁴⁹.

A este respeito, um estudo que usou como amostra sete (7) municípios do país, desenvolvido pelo Centro de Integridade Pública (CIP) em Maio de 2023¹⁵⁰, concluiu que os municípios não são sustentáveis, sobretudo quando são tidas em conta apenas as suas receitas próprias, não reunindo capacidades mínimas para exercer as suas atribuições.

Assim, por forma a mitigar este risco, é preciso que se trave um diálogo político franco e sereno entre os principais opositores políticos saídos do último processo eleitoral, medida que vinha sendo ensaiada pelo Presidente da República cessante, Filipe Nyusi, nos seus últimos dias de mandato.¹⁵¹

A acontecer este diálogo, garantir-se-á que haja mais investimentos nos territórios sob a jurisdição das entidades descentralizadas, permitindo que haja manutenção, recuperação e incremento das fontes de arrecadação de receitas que tornam possíveis a realização das despesas de funcionamento e de investimentos dessas entidades¹⁵². Só assim será viável a provisão de serviços públicos e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos residentes nessas áreas.

147 É o que, por exemplo, aconteceu em sede do Mercado Grossista do Zimpeto, na Cidade de Maputo, de acordo com a reportagem exibida pela TV Sucesso, no dia 13 de Dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1385583415907862>, consultado a 22 de Janeiro de 2025.

148 O documento, em referência, tem a designação de Decreto n.º 1/2025, de 17 de Janeiro. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2025/01/decreto-n%C2%BA-12025-de-17-de-janeiro-ven%C3%A2ncio-mondlane.html, consultado a 4 de Fevereiro de 2025.

149 VOA (2022, 12 de Outubro). Moçambique: Sem impostos, municípios tornam-se insustentáveis. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/mo%C3%A7ambique-sem-impostos-munic%C3%ADpios-tornam-se-insustent%C3%A1veis/6787140.html>, consultado a 23 de Janeiro de 2025.

150 Centro de Integridade Pública (CIP) (2023, 17 de Maio). Sustentabilidade Financeira das Autarquias Locais: uma crítica às propostas de incremento do número de Autarquias Locais em Moçambique. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/05/SUSTENTABILIDADE-FINANCIARA-DAS-AUTARQUIAS-LOCAIS-2.pdf>, consultado a 22 de Janeiro de 2025.

151 O País (2024, 30 de Dezembro). Presidente da República reúne-se com partidos políticos. Disponível em: <https://opais.co.mz/presidente-da-republica-reune-se-com-partidos-politicos/>, consultado a 23 de Janeiro de 2025.

152 AIM (2024, 21 de Novembro). IMD aponta problemas socioeconómicos como causa das manifestações. Disponível em: <https://aimnews.org/2024/11/21/imd-aponta-problemas-sociais-como-sendo-o-motor-das-manifestacoes/>, consultado a 23 de Janeiro de 2025.

7.5 Riscos inerentes ao novo figurino de competências entre o Secretário de Estado na Província e o Governador de Província resultante da potencial revisão da lei

Constitui consenso nacional que a actual legislação sobre a descentralização carece de revisão, olhando particularmente para o problema de conflito de competências entre o secretário de Estado na província e o governador de província. Tanto o anterior Governo, ao criar a CREMOD¹⁵³, como o actual, através dos pronunciamentos do Presidente da República, Daniel Chapo, no seu discurso de tomada de posse, concordam com a urgente revisão da legislação com vista a clarificar as competências de cada um destes órgãos¹⁵⁴.

A efectivação da alteração da lei sobre a descentralização pode gerar risco de novos focos de conflito resultantes do novo formato de atribuições e competências do secretário de Estado ao nível provincial, na sua relação com os governadores. E, ligado a este, emerge aqui um risco inerente a descontinuidades de rotinas, competências e atribuições ao nível dos governos provinciais e distritais, que acaba sobrecarregando os funcionários e/ou o quadro pessoal dessas instituições, utentes dos serviços públicos e público em geral. Aliás, foi assim nos primeiros meses de implementação do actual modelo de descentralização¹⁵⁵.

Para mitigar esse risco é necessário que o processo de revisão destas normas seja abrangente, abrindo-se para a participação de vários intervenientes sociais. O Governo não se pode fechar nesse desiderato fazendo da revisão coisa exclusivamente sua. A este respeito vale recordar que as normas actualmente vigentes, geradoras desse conflito de competências entre o secretário de Estado e o governador de província, foram solitariamente concebidas pelo anterior governo. Mesmo depois de pontuais alterações, operadas em Abril e Agosto de 2020¹⁵⁶, não foi possível estancar o problema da sobreposição de competências e atribuições entre os dois órgãos a nível da província.

153 Cfr. artigo 5 da Resolução que cria a CREMOD, Resolução n.º 21/2023 de 17 de Julho.

154 Cfr. Discurso de Tomada de Posse de Daniel Chapo ao cargo de Presidente da República. Disponível <https://www.presidencia.gov.mz/index.php/por/Informacao/Imprensa/Discursos/DISCURSO-DE-INVESTIDURA-DO-51-PRESIDENTE-DA-REPUBLICA-DE-MOCAMBIQUE-SUA-EXCELENCIA-DANIEL-FRANCISCO-CHAPO>, consultado a 4 Fevereiro de 2025.

155 A este respeito, veja mais desenvolvimento no estudo desenvolvido pelo CIP. Cfr. Maússe, I. (2024, 23 de Maio). Governação Descentralizada Provincial: 4 anos após implementação, Serviços e Direcções Provinciais permanecem com competências concorrentes. In Centro de Integridade Pública (CIP). Disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2024/05/23/governacao-descentralizada-provincial-4-anos-apos-implementacao-servicos-e-direccoes-provinciais-permanecem-com-competencias-concorrentes/>, consultado a 10 de Janeiro 2025.

156 O Decreto n.º 63/2020, de 7 de Agosto, regulamenta as normas, competências e princípios dos Órgãos de Representação do Estado na Província (Lei n.º 7/2019, de 31 de Maio). Este decreto revogou os Decretos n.ºs 5/2020, de 10 de Fevereiro, e 16/2020, de 30 de Abril; e o Decreto n.º 64/2020, de 7 de Agosto, regulamenta as normas, competências e princípios dos órgãos executivos dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial (Lei n.º 4/2019, de 31 de Maio). Este decreto revogou os Decretos n.ºs 2/2020, de 8 de Janeiro, e 15/2020, de 13 de Abril.

7.6 Referências bibliográficas

25 Medidas Anunciadas por Venâncio Mondlane, segundo candidato presidencial mais votado nas eleições presidenciais de 9 de Outubro de 2024, através do Decreto n.º 1/2025, de 17 de Janeiro. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2025/01/decreto-n%C2%BA-12025-de-17-de-janeiro-ven%C3%A2ncio-mondlane.html, consultado a 4 de Fevereiro de 2025.

AIM (2024, 21 de Novembro). IMD aponta problemas socioeconómicos como causa das manifestações. Disponível em: <https://aimnews.org/2024/11/21/imd-aponta-problemas-sociais-como-sendo-o-motor-das-manifestacoes/>, consultado a 23 de Janeiro de 2025.

Carta (2023, 7 de Dezembro). Governo apresenta Orçamento para 2024 com défice de 2.5 biliões de USD. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/15512-governo-apresenta-orcamento-para-2024-com-defice-de-2-5-bilioes-de-usd>, consultado a 23 de Janeiro de 2025.

CIP (2023, 17 de Maio). Sustentabilidade Financeira das Autarquias Locais: uma crítica às propostas de incremento do número de Autarquias Locais em Moçambique. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/05/SUSTENTABILIDADE-FINANCEIRA-DAS-AUTARQUIAS-LOCAIS-2.pdf>, consultado a 22 de Janeiro de 2025.

Discurso de Investidura do 5.º Presidente da República de Moçambique, Maputo, 2024. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2025/01/discurso-de-posse-de-daniel-chapo-como-presidente-da-rep%C3%ABablica-de-mo%C3%A7ambique-15012025.html, consultado a 4 de Fevereiro de 2025.

Discurso de Tomada de Posse de Daniel Chapo ao cargo de Presidente da República. Disponível: <https://www.presidencia.gov.mz/index.php/por/Informacao/Imprensa/Discursos/DISCURSO-DE-INVESTIDURA-DO-51-PRESIDENTE-DA-REPUBLICA-DE-MOCAMBIQUE-SUA-EXCELENCIA-DANIEL-FRANCISCO-CHAPO>, consultado a 4 de Fevereiro de 2025.

DW (2025, 17 de Janeiro). Greve da função pública em Moçambique por 13.º salário. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/greve-da-fun%C3%A7%C3%A3o-p%C3%ABablica-em-mo%C3%A7ambique-por-13%C2%BA-sal%C3%A1rio/a-71330755>, consultado a 23 de Janeiro de 2025.

Maússe, I. (2024, 23 de Maio). Governação Descentralizada Provincial: 4 anos após implementação, Serviços e Direcções Provinciais permanecem com competências concorrentes. In Centro de Integridade Pública (CIP). Disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2024/05/23/governacao-descentralizada-provincial-4-anos-apos-implementacao-servicos-e-direccoes-provinciais-permanecem-com-competencias-concorrentes/>, consultado a 10 de Janeiro 2025.

Maússe, I. (2024, 23 de Maio). Governação Descentralizada Provincial: 4 anos após implementação, Serviços e Direcções Provinciais permanecem com competências concorrentes. In Centro de Integridade Pública (CIP). Disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2024/05/23/governacao-descentralizada-provincial-4-anos-apos-implementacao-servicos-e-direccoes-provinciais-permanecem-com-competencias-concorrentes/>, consultado a 10 de Janeiro 2025.

Maússe, I. (2024, 27 de Novembro). A menos de dois meses do fim de mandato: Governo mantém em profundo “segredo” as conclusões preliminares sobre o modelo de descentralização proposto pela CREMOD, In Centro de Integridade Pública (CIP). Disponível em: <https://www.cipmoz.org/en/2024/11/27/a-menos-de-dois-meses-do-fim-de-mandato-governo-mantem-em-profundo-segredo-as-conclusoes-preliminares-sobre-o-modelo-de-descentralizacao-proposto-pela-cremod/>, consultado a 22 de Janeiro de 2025.

O País (2024, 30 de Dezembro). Presidente da República reúne-se com partidos políticos. Disponível em: <https://opais.co.mz/presidente-da-republica-reune-se-com-partidos-politicos/>, consultado a 23 de Janeiro de 2025.

CRED (2023). Relatório da Comissão de Reflexão sobre a Viabilidade das Eleições Distritais em 2024. Reportagem sobre manifestação para a recusa do pagamento de taxas de mercado pelos vendedores do Mercado

Grossita do Zimpeto, exibida pela TV Sucesso, do dia 13 de Dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1385583415907862>, consultado a 22 de Janeiro de 2025.

VOA (2022, 12 de Outubro). Moçambique: Sem impostos, municípios tornam-se insustentáveis. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/mo%C3%A7ambique-sem-impostos-munic%C3%A0dpios-tornam-se-insustent%C3%A1veis/6787140.html>, consultado a 23 de Janeiro de 2025.

▪ **Legislação**

Lei n.º 7/2019, de 31 de Maio, que estabelece o quadro legal de organização e funcionamento dos órgãos de representação do Estado na Província.

Lei n.º 4/2019, de 31 de Maio, que estabelece o quadro legal dos princípios, normas e competências dos órgãos executivos dos órgãos de governação descentralizada provincial.

Lei n.º 1/2018, de 12 de Junho, que aprova a Revisão Pontual da Constituição da República.

Resolução n.º 21/2023 de 17 de Julho, que cria a CREMOD – Comissão de Reflexão sobre o Modelo de Descentralização.

Decreto n.º 63/2020, de 7 de Agosto, regulamenta as normas, competências e princípios dos Órgãos de Representação do Estado na Província (Lei n.º 7/2019, de 31 de Maio).

Decreto n.º 64/2020, de 7 de Agosto, regulamenta as normas, competências e princípios dos órgãos executivos dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial (Lei n.º 4/2019, de 31 de Maio).

8. RISCOS CLIMÁTICOS E DE GOVERNAÇÃO AMBIENTAL

Nesta secção aborda-se os principais riscos a ser monitorados na área de governação ambiental no ano de 2025, nomeadamente a vulnerabilidade climática em Moçambique e o crescente envolvimento de pessoas politicamente expostas (PPEs) no sector mineiro¹⁵⁷ que pode dificultar a fiscalização ambiental adequada. O sector mineiro é responsável por deteriorar a qualidade ambiental com impactos negativos para a população e para os ecossistemas. A secção apresenta ainda as recomendações de adaptação às mudanças climáticas e para prevenir e mitigar os problemas ambientais.

8.1 Riscos climáticos

Os riscos de governação ambiental em Moçambique são analisados num contexto de crescentes preocupações globais relacionadas com as mudanças climáticas, problemas ambientais e os conflitos sociais.

Moçambique, caracterizado pelo clima tropical a subtropical, classificado na quinta posição no ranking mundial de vulnerabilidade climática¹⁵⁸, é altamente exposto a eventos climáticos extremos, como secas, ciclones e inundações¹⁵⁹.

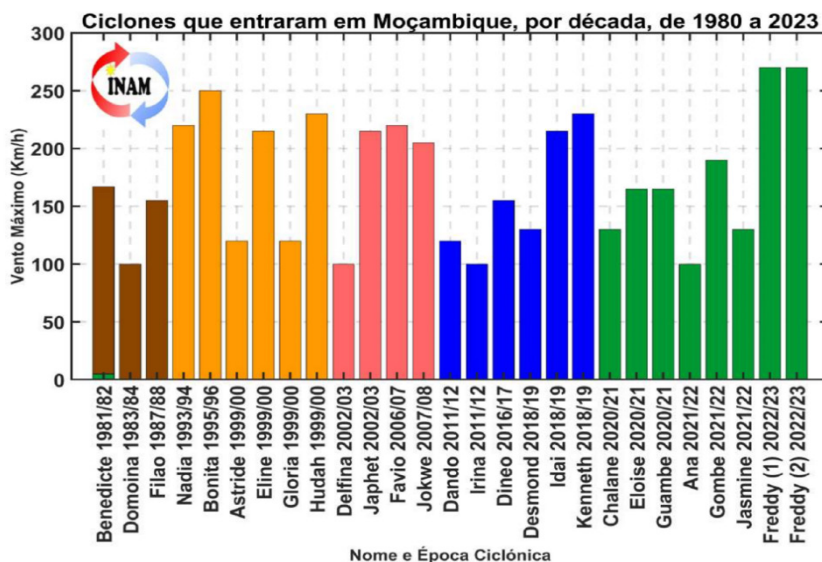
Os ciclones tornam a população ainda mais vulneráveis e agravam a sua pobreza. Mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza e aproximadamente dois terços habita em regiões costeiras, onde enfrentam condições precárias de moradia e infraestrutura pública degradada¹⁶⁰. Os principais impactos oriundos dos ciclones incluem:

- i. As recorrentes crises humanitárias agravadas na estação chuvosa;
- ii. A perda de habitação e infraestruturas, particularmente em áreas costeiras vulneráveis;
- iii. A redução da produtividade agrícola e aumento da insegurança alimentar.

Os ciclones têm sido registados em Moçambique desde 1980 até 2023 (**Gráfico 1**) e continuam a assolar o país até ao presente. Em Dezembro de 2024, o Ciclone Chido causou impactos significativos, seguido pelo Ciclone Dikeledi em 2025. Estes fenómenos têm provocado perdas humanas, ferimentos e destruição de habitações e infraestruturas essenciais, incluindo unidades sanitárias e escolas, agravando a vulnerabilidade das comunidades afectadas¹⁶¹.

Nos últimos 10 anos, os ciclones anualmente têm causado problemas socioeconómicos e ambientais e a resposta do governo tem sido ineficiente e ineficaz, ampliando danos e dificuldades na reconstrução pós-desastres.

Gráfico 1. Ciclones que atingiram a costa moçambicana de 1980-2023



Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia, 2023¹⁶².

157 Calangue, M. (2025, 18 de Fevereiro). Governo de Chapo composto por homens de negócios. In CIP <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2025/02/Governo-de-Chapo-composto-por-homens-de-negocios-1.pdf> [acessado a 19 de Fevereiro de 2025 às 11:00h].

158 AFRICAIA, Lda (2022). Relatório sobre o Impacto das Mudanças Climáticas no Saneamento em Moçambique. <https://www.wateraid.org/mz/sites/g/files/jkxooof341/files/o-impacto-das-mudanas-climticas-no-saneamento-em-moambique.pdf> [acessado a 14 de Janeiro de 2025 às 10:30h]

159 Food and Agriculture Organization-FAO (2016). AQUASTAT Country Profile –Mozambique. 17 pp. FAO, Rome.

160 Miguel, R. (2024, 12 de Setembro). Moçambique, entre pobreza, eventos climáticos e falta de recursos para atender afetados. In VOA. <https://www.voaportugues.com/a/moçambique-entre-pobreza-eventos-climáticos-e-falta-de-recursos-para-atender-afetados/7781867.html> [acessado a 14 de Janeiro de 2025 às 12:00h].

161 UNICEF Mozambique (2025). Ciclone Dikeledi e Chido em Moçambique. <https://www.unicef.org/mozambique/ciclone-dikeledi-e-chido-em-moçambique> [acessado a 20 de Janeiro de 2025 às 12:00h].

162 Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) (2023). Relatório do Estado do Clima de Moçambique em 2023. <https://www.inam.gov.mz> [acessado a 14 de

Os impactos dos ciclones são devastadores para a população, a economia e o meio ambiente, atingindo sectores-chave como a agricultura, habitação e infraestruturas de transporte. A fraca capacidade de resposta do governo aos ciclones cíclicos compromete a resiliência do país face às mudanças climáticas. Apesar do governo estar ciente da vulnerabilidade climática do país, não tem adoptado medidas eficientes e eficazes para minimizar os efeitos dos ciclones.

Outro factor que representa um risco significativo e agrava os problemas climáticos é a fraca fiscalização, aliada à falta de transparência na gestão e prestação de contas de doações para vítimas de eventos climáticos, o que alimenta a corrupção.

Verifica-se que nem toda a população afectada recebe assistência humanitária e, entre aquelas que a recebem, a distribuição dos recursos ocorre de forma precária e pouco transparente com indícios de corrupção e de desvios de bens¹⁶³. Além disso, apesar dos esforços para a reconstrução de infraestruturas após os desastres, estas acabam por ser novamente destruídas durante a época ciclónica seguinte, comprometendo a resiliência das comunidades afectadas e representando um desperdício significativo de recursos económicos alocados no sector de infraestruturas.

Em Moçambique, as novas construções não têm sido projectadas de acordo com as exigências impostas pelas mudanças climáticas, tornando-as altamente vulneráveis a desastres naturais. Como consequência, infraestruturas recém-inauguradas são frequentemente destruídas por eventos extremos. Um exemplo emblemático ocorreu em Metuge, Cabo Delgado, onde o Centro de Saúde de Naminawe, inaugurado em Novembro de 2024¹⁶⁴ foi destruído apenas um mês depois pelo Ciclone Chido, em Dezembro do mesmo ano.

A falta de políticas eficazes para construir infraestruturas resilientes ao clima pode estar ligada a interesses económicos ocultos. Empresas que lucram com a reconstrução pós-desastres podem deliberadamente evitar a implementação de medidas de construção sustentável, garantindo assim a manutenção de contratos lucrativos para reconstrução após cada desastre. Essa dinâmica pode beneficiar grupos ligados ao poder político, resultando numa resposta governamental intencionalmente ineficaz.

As medidas recomendadas para prevenir, adaptar e mitigar os desastres naturais incluem:

- i. Consultar arquitetos especializados em arquitetura bioclimática para orientar nas construções de infraestruturas resistentes a tempestades tropicais, ciclones e estradas elevadas com valetas para prevenir inundações;
- ii. Introduzir um regulamento que obriga a construção de infraestruturas resilientes ao clima e de valas de drenagem em todas as obras públicas;
- iii. Construir bacias de retenção/terras húmidas;
- iv. Discutir o plano de reassentamento com o Assembleia da República, universidades, as comunidades locais e Organizações da Sociedade Civil (OCS);
- v. Prestar contas ao Parlamento dos valores recebidos para a gestão de calamidades naturais em sessões plenárias com transmissão pela imprensa;
- vi. Criar comités de fiscalização do trabalho do INGC que inclua sociedade civil;
- vii. Avaliar o nível de satisfação das comunidades reassentadas através de realização de inquéritos conduzidos por entidades independentes;
- viii. Conscientizar a população, sobre os sistemas de captação e conservação da água das chuvas e sobre os métodos para a construção de residências e outros assentamentos resilientes ao clima a partir de materiais locais.

Setembro de 2024 às 12:20h].

163 Sebastião, A. (2029, 02 de Abril). Moçambique: Mais fiscalização na distribuição de alimentos. In Deutsche Welle (DW). <https://www.dw.com/pt-002/moçambique-ingc-reconhece-desonestidade-na-distribuição-de-bens-às-vítimas-do-idai/a-48169879> [acessado a 21 de Janeiro de 2025 às 08:20h].

164 Nações Unidas, Moçambique (2024, 21 de Novembro). Cabo Delgado: Presidente Filipe Jacinto Nyusi inaugura Centro de Saúde de Naminawe, distrito de Metuge. <https://mozambique.un.org/pt/284257-cabo-delgado-presidente-filipe-jacinto-nyusi-inaugura-centro-de-saude-de-naminawe-distrito> [acessado a 11 de Fevereiro de 2025 às 10:20h].

8.2 Envolvimento dos PPEs no sector mineiro

Além dos riscos climáticos, o sector mineiro, considerado uma fonte significativa de receitas para o Estado, enfrenta desafios crescentes relacionados ao envolvimento de Pessoas Politicamente Expostas (PPEs), constituindo um outro risco na governação ambiental. Esse envolvimento levanta preocupações sobre conflitos de interesse, corrupção e agravamento da degradação ambiental, comprometendo não apenas a sustentabilidade dos recursos naturais, mas também os direitos e a qualidade de vida das comunidades locais.

A ligação de empresas multinacionais com Pessoas Politicamente Expostas (PPEs) podem influenciar acções das agências governamentais responsáveis pela fiscalização ambiental. Por exemplo, a população de Moatize tem relatado graves impactos ambientais negativos causados pela Vulcan¹⁶⁵ e o governo não tem tomado medidas para restringir suas operações ou exigir práticas que não poluam o meio ambiente. A fraca actuação do governo intensifica as preocupações sobre a influência política na ausência de responsabilização ambiental.

Muitas das PPEs envolvidas no sector mineiro vivem no centro das cidades, em particular na capital do país, enquanto muitas das minas que exploram encontram-se em zonas remotas e isoladas, onde as condições de vida são precárias e as vias de acesso as minas estão danificadas, dificultando ainda mais o transporte e a comunicação. Essa distância geográfica e social faz com que estas elites não sintam os impactos negativos da degradação ambiental, enquanto as populações locais sofrem directamente as consequências da mineração descontrolada.

O envolvimento das PPEs no sector mineiro pode incrementar a mineração predatória¹⁶⁶, uma vez que projectos das PPEs dificilmente serão fiscalizados e responsabilizados. A falta de fiscalização e responsabilização poderá incrementar os desafios no sector mineiro, nomeadamente:

- i. Processo de consultas comunitárias inapropriado, muitas vezes caracterizado por falta de transparência e exclusão da participação efectiva das comunidades locais.
- ii. Concessão de licenças ambientais a empresas que tenham fraudado ou manipulado Estudos de Impacto Ambiental (EIA), resultando em aprovação de projectos sem avaliação rigorosa dos seus impactos ecológicos e sociais.
- iii. Expropriação de terras das comunidades afectadas, forçando deslocações e aumentando a vulnerabilidade socioeconómica da população.
- iv. Perda de meios de subsistência, incluindo terras agrícolas produtivas e árvores utilizadas para energia, alimentação e construção, comprometendo a segurança alimentar e económica das famílias locais.
- v. Desflorestamento ilegal, perda de biodiversidade e destruição de ecossistemas sensíveis, como mangais e dunas primárias, essenciais para a protecção costeira e o equilíbrio ecológico.
- vi. Exploração desenfreada dos recursos naturais, favorecendo lucros privados em detrimento da sustentabilidade ambiental e das necessidades das comunidades.
- vii. Falta de tratamento de efluentes gasosos, sólidos e líquidos, provocando poluição atmosférica, do solo e da água, afectando a saúde pública e os ecossistemas locais.
- viii. Encerramento inadequado de minas, sem reabilitação ambiental efectiva, incluindo:
 - a. Falta de utilização de plantas nativas ou pré-existentes para a recuperação de habitats degradados.
 - b. Ausência de reposição e fertilização de solos, comprometendo seu uso futuro para a agricultura e

165 Catueira, A. (2024, 29 de Agosto). População dá ultimato, mas poluição e detonações da mineradora Vulcan continuam em Moatize. In VOA. <https://www.voaportugues.com/a/populacao-da-ultimato-mas-poluicao-e-detonacoes-da-mineradora-vulcan-continuam-em-moatize/7764281.html> [acessado a 11 de Fevereiro de 2025 às 11:00h].

166 Rodrigues, M., Mate R. e Massingue R. (2024, 19 de Setembro). Mineração predatória – Impactos socioeconómico e ambiental da exploração de areias pesadas pela empresa Haiyu Mining, para as comunidades do distrito de Angoche. In CIP. <https://www.cipmoz.org/pt/2024/09/19/mineracao-predatoria-impactos-socioeconomico-e-ambiental-da-exploracao-de-areias-pesadas-pela-empresa-haiyu-mining-para-as-comunidades-do-distrito-de-angoche/> [acessado a 11 de Janeiro de 2025 às 10:20h].

segurança alimentar local.

- ix. Falta de fiscalização ambiental efectiva e ausência de responsabilização das empresas que praticam mineração predatória, permitindo que a degradação ambiental ocorra sem punições ou medidas correctivas.
- x. Falta de transparência na gestão das receitas mineiras.

Para mitigar a crescente influência das PPEs no sector mineiro e do impacto ambiental negativo associado, é essencial implementar mecanismos de monitorização e responsabilização para garantir maior transparência e sustentabilidade. As principais medidas incluem:

- i. Envolver as Organizações da Sociedade Civil (OSC) no processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) para garantir que a concessão de licenças ambientais siga critérios rigorosos.
- ii. Divulgar e garantir o livre acesso aos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), assegurando transparência no processo de aprovação de projectos.
- iii. Criar sistemas de monitoramento rigoroso por parte das OSC para fiscalizar projectos com impactos ambientais negativos, especialmente os associados a PPEs como beneficiários efectivos.
- iv. Implementar fiscalização ambiental regular em todas as fases do projecto, garantindo a participação de OSC e comunidades locais para evitar irregularidades.
- v. Assegurar a fiscalização dos sistemas de tratamento de efluentes pelas OSC, garantindo que as empresas cumpram os padrões ambientais e não contaminem o ambiente.
- vi. Divulgar e garantir acesso público aos relatórios sobre a qualidade ambiental produzidos pelas empresas, assegurando a verificação independente dos dados.
- vii. Promover a transparência na prestação de contas dos projectos mineiros, permitindo o acompanhamento da quantidade de minérios extraídos, receitas geradas e lucros das empresas.
- viii. Reforçar a responsabilização das empresas infractoras, incluindo PPEs envolvidas em práticas predatórias, assegurando sanções adequadas e a recuperação ambiental das áreas afectadas.

8.1 Conclusão

Os efeitos das mudanças climáticas e da degradação ambiental são uma realidade alarmante em Moçambique, impactando severamente populações vulneráveis e ecossistemas essenciais. A governação ambiental permanece frágil, com acções governamentais insuficientes e frequentemente influenciadas por interesses económicos privados, muitas vezes em detrimento do bem-estar das comunidades afectadas e da sustentabilidade ambiental.

É urgente fortalecer a governação ambiental, fortalecer as políticas públicas, garantir a implementação de infraestruturas resilientes ao clima, melhorar os mecanismos de fiscalização e envolver activamente a sociedade civil na protecção ambiental. Sem medidas concretas, Moçambique permanecerá refém de práticas insustentáveis, comprometendo o seu desenvolvimento socioeconómico e a preservação dos seus recursos naturais para as futuras gerações.

8.2 Referências bibliográficas

- AFRIKAIA, Lda (2022). Relatório sobre o Impacto das Mudanças Climáticas no Saneamento em Moçambique. <https://www.wateraid.org/mz/sites/g/files/jkxoof341/files/o-impacto-das-mudanas-climticas-no-saneamento-em-moambique.pdf> [acessado a 14 de Janeiro de 2025 às 10:30h]
- Calangue, M. (2025, 18 de Fevereiro). Governo de Chapo composto por homens de negócios. In *CIP*. <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2025/02/Governo-de-Chapo-composto-por-homens-de-negocios-1.pdf> [acessado a 19 de Fevereiro de 2025 às 11:00h].
- Catueira, A. (2024, 29 de Agosto). População dá ultimato, mas poluição e detonações da mineradora Vulcan continuam em Moatize. In *VOA*. <https://www.voaportugues.com/a/populacao-da-ultimato-mas-poluicao-e-detonacoes-da-mineradora-vulcan-continuam-em-moatize/7764281.html> [acessado a 11 de Fevereiro de 2025 às 11:00h].
- Food and Agriculture Organization-FAO (2016). AQUASTAT Country Profile –Mozambique. 17 pp. FAO, Rome.
- Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) (2023). Relatório do Estado do Clima de Moçambique em 2023. <https://www.inam.gov.mz> [acessado a 14 de Setembro de 2024 às 12:20h].
- Miguel, R. (2024, 12 de Setembro). Moçambique, entre pobreza, eventos climáticos e falta de recursos para atender afetados. In *VOA*. <https://www.voaportugues.com/a/mocambique-entre-pobreza-eventos-climaticos-e-falta-de-recursos-para-atentder-afetados/7781867.html> [acessado a 14 de Janeiro de 2025 às 12:00h].
- Nações Unidas, Moçambique (2024, 21 de Novembro). Cabo Delgado: Presidente Filipe Jacinto Nyusi inaugura Centro de Saúde de Naminawe, distrito de Metuge. <https://mozambique.un.org/pt/284257-cabo-delgado-presidente-filipe-jacinto-nyusi-inaugura-centro-de-saude-de-naminawe-distrito> [acessado a 11 de Fevereiro de 2025 às 12:30h].
- Rodrigues, M., Mate R. e Massingue R. (2024, 19 de Setembro). Mineração predatória – Impactos socioeconómico e ambiental da exploração de areias pesadas pela empresa Haiyu Mining, para as comunidades do distrito de Angoche. In *CIP*. <https://www.cipmoz.org/pt/2024/09/19/mineracao-predatoria-impactos-socioeconomico-e-ambiental-da-exploracao-de-areias-pesadas-pela-empresa-haiyu-mining-para-as-comunidades-do-distrito-de-angoche/> [acessado a 11 de Janeiro de 2025 às 10:20h].
- Sebastião, A. (2029, 02 de Abril). Moçambique: Mais fiscalização na distribuição de alimentos. In *Deutsche Welle (DW)*. <https://www.dw.com/pt-002/mocambique-ingc-reconhece-desonestidade-na-distribuição-de-bens-às-vítimas-do-idai/a-48169879> [acessado a 21 de Janeiro de 2025 às 08:20h].
- UNICEF Mozambique (2025). Ciclone Dikeledi e Chido em Moçambique. <https://www.unicef.org/mozambique/ciclone-dikeledi-e-chido-em-mocambique> [acessado a 20 de Janeiro de 2025 às 12:00h].



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norway



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos

